



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARÃES

**INVISIBILIDADE DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: análises
socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari/AP**

Macapá/AP

Abril-2025

MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARÃES

**INVISIBILIDADE DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: análises
socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari/AP**

Projeto de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
Área de Concentração: Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia. Linha de Pesquisa: **Sociedade e Dinâmicas Territoriais.**

Orientado pela Prof^{ta} Dr^a Daginete Maria Chaves Brito.

Macapá/AP

Abril-2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

G963i Guimarães, Moroni Pascale Bemuyal.

Invisibilidade dos atingidos por barragens: análises socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari/AP / Moroni Pascale Bemuyal Guimarães. - Macapá, 2025. 1 recurso eletrônico. 122 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia, Macapá, 2025.

Orientadora: Daginete Maria Chaves Brito.

Coorientador:

Modo de acesso: World Wide Web. Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Usinas hidrelétricas. 2. Impactos Socioterritoriais. 3. Comunidade ribeirinha. I. Brito, Daginete Maria Chaves, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 910.7


GUIMARÃES, Moroni Pascale Bemuyal. **Invisibilidade dos atingidos por barragens:** análises socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari/AP. Orientadora: Daginete Maria Chaves Brito. 2025. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Geografia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARÃES


**INVISIBILIDADE DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: Análises
socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari/AP**

Projeto de defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).
Área de Concentração: Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia. Linha de Pesquisa: **Sociedade e Dinâmicas Territoriais**.
Orientado pela Prof^a Dr^a Daguinete Maria Chaves Brito.


Aprovado em: 05/06/2025

Documento assinado digitalmente
 **DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO**
Data: 25/06/2025 14:40:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Daguinete Maria Chaves Brito
Orientadora - Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO ANGELO PEREIRA DE LIMA**
Data: 25/06/2025 19:09:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Avaliador Interno - Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGEO/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 **MARIA MADALENA DE AGUIAR CAVALCANTE**
Data: 25/06/2025 20:05:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Avaliadora Externa - Programas de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UNIR

MACAPÁ/AP
2025

Á meus filhos Inorom, Rosilane, Amanda,
Morane e Maironi.

Á minha amada mãe Lair Bemuyal da Costa.
A Raimunda Ivonete Melo Pantoja (d. Nete),
seus pais – Aristides Moraes Pantoja e
Helena Feitoza de Almeida, Selmo Teixeira
do Amaral e Elma Palheta Normandia
Marques (*in memoriam*) que sempre
estiveram em luta pelo reconhecimento de
serem atingidos pela UHECC.

Aos atingidos e atingidas por barragens do
rio Araguari.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à minha família, especialmente à minha mãe, Lair Bemuyal da Costa, e à minha avó, Raimunda Benmuyal, que sempre me ofereceram amor e, com paciência, me incentivaram nos estudos.

À minha orientadora, Prof.^a. Dr^a. Daginete Maria Chaves Brito, pela amizade e pela confiança em me guiar neste desafio. Sou grato pelos ensinamentos e pela dedicação que ela me proporcionou ao longo da realização desta pesquisa, fundamentais para o meu desenvolvimento intelectual e para a concretização dos meus objetivos.

Agradeço, também, a Maria Madalena de Aguiar Cavalcante e Ricardo Ângelo Pereira de Lima, que, ao participarem da banca de qualificação, me ofereceram dicas valiosas que contribuiram significativamente para o aprimoramento da escrita da dissertação.

Aos meus colegas de turma do PPGEQ, agradeço o auxílio, pelos debates e pelas discussões enriquecedoras que tivemos durante as disciplinas ao longo do nosso curso.

Sou grato aos professores do PPGEQ/UNIFAP pelo compartilhamento de conhecimento, experiências e pelos momentos memoráveis que vivemos juntos.

Agradeço ao Prof. Dr. Fabiano Belém e sua equipe do laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento GEQSEN-UNIFAP pelo apoio e colaboração.

À minha companheira, Náisa Batista, agradeço por seu auxílio nesta jornada, que foi essencial para melhorar a condução desta pesquisa.

Por fim, agradeço às comunidades ribeirinhas e aos pescadores do médio rio Araguari, que lutam por reconhecimento e justiça em face dos impactos das barragens.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse trilhar o caminho da pesquisa científica, meu sincero agradecimento.

Entendemos que o projeto que pretendemos construir, coletivamente, deve partir de uma ampla reconexão com as nossas raízes culturais e com os nossos modos de vida ancestrais. O projeto neoliberal de desenvolvimento que nos foi imposto não nos serve porque pactua com a morte, cada vez mais próxima da vida na Terra. Do nosso lado, reiteramos nosso pacto com a defesa de todas as formas de vida presentes em nossa Mãe Terra. (Seminário Nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, reunidos virtualmente de 1 a 4 de dezembro de 2020).

RESUMO

A Região Amazônica, notável por sua rica biodiversidade e abundância de elementos naturais, tem sido alvo de diversos projetos de exploração, especialmente a instalação de grandes empreendimentos energéticos, como usinas hidrelétricas, que com a lógica capitalista prioriza o lucro em detrimento do bem-estar das populações locais, resultando em desapropriações e profundas perdas culturais e territoriais. Neste contexto, a comunidade Sapo Seco, situada no médio rio Araguari, nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, Amapá, é um caso emblemático de invisibilidade socioterritorial. Apesar de estar afetada pelos impactos socioterritoriais, econômicos e ambientais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, a comunidade é classificada na Área de Influência Indireta, no Estudo de Impacto Ambiental, sendo, portanto, invisibilizada como atingida pelo empreendimento. Essa situação levanta questionamentos sobre as definições geográficas e territoriais adotadas nos Estudos de Impacto Ambiental que frequentemente não refletem a realidade vivida pelas comunidades locais. A pesquisa propõe analisar o processo de invisibilidade socioterritorial em que os ribeirinhos da comunidade Sapo Seco sofreram com a construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Metodologicamente, combina abordagem quanti-qualitativa, incluindo análise bibliográfica, documental, legislação pertinente e pesquisa de campo, com entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade, além de registros fotográficos. A análise se fundamenta em uma perspectiva marxista, destacando as relações de classe e produção e buscando analisar como as dinâmicas econômicas e sociais moldam a realidade das comunidades afetadas. Os impactos da Usina Hidrelétrica na comunidade Sapo Seco são profundos, desestabilizando modos de vida e fragmentando identidades culturais que estão intrinsecamente ligadas ao rio Araguari. O Movimento dos Atingidos por Barragens tem desempenhado papel crucial na organização e mobilização da comunidade, lutando por reparações que garantam justiça social e ambiental. A resistência coletiva se destaca como um meio de busca por reconhecimento e direitos. A pesquisa, também, ressalta a urgência de políticas públicas que considerem as experiências locais, a fim de preservar práticas culturais e promover convivência harmoniosa com o meio ambiente. A luta por visibilidade se torna, assim, essencial para a preservação das práticas culturais e para garantir os direitos das comunidades atingidas por grandes projetos de exploração na Amazônia.

Palavras-Chave: Usinas hidrelétricas; impactos socioterritoriais; Comunidades ribeirinha; Amapá.

ABSTRACT

The Amazon Region, notable for its rich biodiversity and abundance of natural elements, has been the target of various exploration projects, especially the installation of large energy ventures such as hydroelectric plants. These projects, driven by capitalist logic, prioritize profit over the well-being of local populations, resulting in expropriations and profound cultural and territorial losses. In this context, the Sapó Seco community, located along the middle Araguari River in the municipalities of Porto Grande and Ferreira Gomes, Amapá, is an emblematic case of socioterritorial invisibility. Despite being affected by the socioterritorial, economic, and environmental impacts caused by the construction and operation of the Cachoeira Caldeirão Hydroelectric Plant, the community is classified within the Indirect Influence Area in the Environmental Impact Study, thus being rendered invisible as an affected community by the project. This situation raises questions about the geographic and territorial definitions adopted in Environmental Impact Studies, which often do not reflect the lived reality of local communities. The research proposes to analyze the process of socioterritorial invisibility experienced by the residents of Sapó Seco due to the construction and operation of the Cachoeira Caldeirão Hydroelectric Plant. Methodologically, it combines a mixed approach, including bibliographic, documentary analysis, relevant legislation, and field research, with semi-structured interviews with community members, as well as photographic records. The analysis is grounded in a Marxist perspective, emphasizing class and production relations and seeking to understand how economic and social dynamics shape the reality of affected communities. The impacts of the hydroelectric plant on the Sapó Seco community are profound, destabilizing ways of life and fragmenting cultural identities that are intrinsically linked to the Araguari River. The Movement of Those Affected by Dams has played a crucial role in organizing and mobilizing the community, fighting for reparations that ensure social and environmental justice. Collective resistance stands out as a means of seeking recognition and rights. The research also highlights the urgency of public policies that consider local experiences in order to preserve cultural practices and promote harmonious coexistence with the environment. The fight for visibility thus becomes essential for the preservation of cultural practices and for guaranteeing the rights of communities affected by large-scale exploration projects in the Amazon.

Keywords: Hydroelectric plants; Socioterritorial impacts; Riparian communities; Amapá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Disposição da Area de Influência Direta e Indireta da UHECC.....	15
Figura 2 – Localização da comunidade Sapo Seco	33
Figura 3 – Corredeira em frente à comunidade Sapo Seco	34
Figura 4 – Residências de moradores de Porto Grande e Ferreira Gomes rio Araguari	35
Figura 5 – Terreno alagado durante o Inverno	52
Figura 6 – Mandioca podre devido a cheia do rio	54
Figura 7 – Moradores do rio Araguari: (A) Margem esquerda e (B) Margem direita	55
Figura 8 –Mortandade de peixe após a manobra da UHECC	55
Figura 9 – Reunião com pescadores e ribeirinhos de Porto Grande	89
Figura 10 – Mobilização de pescadores e ribeirinhos	90
Figura 11 – Mortandade peixes na comunidade do Sapo Seco	95
Figura 12 – Erosão no Médio Rio Araguari - comunidade Sapo Seco	96
Figura 13 – Reservatório estimado da UHECC	97
Figura 14 – Presença de Paliteiros durante o percurso do rio Araguari	100
Figura 15 – Paliteiro no rio Araguari - Ambiente Lântico e Lótico	101
Figura 16 – Pontos de coleta na comunidade do Sapo Seco	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição do número de famílias na comunidade Sapo Seco	32
Quadro 2 - Distribuição de grupos de agentes no médio rio Araguari.....	40
Quadro 3 - Informativo da Construção da UHECC	49
Quadro 4 - Distinção entre ambiente Lótico e Lêntico.....	101

LISTA DE SIGLAS

AIA	- Avaliação de Impactos Ambientais
AID	- Área de Influência Direta
AII	- Área de Influência Indireta
AMCEL	- Amapá Florestal e Celulose S. A.
ANEEL	- Agência Nacional de Energia Elétrica
ANA	- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
CAAE	- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAO-AMBIENTAL	- Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
CBERS	- China-Brazil Earth Resources Satellite
CEP	- Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	- Conselho Nacional de Saúde
CONEP	- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CTG Brasil	- China Three Gorges Brasil Energia Ltda
DNPM	- Departamento Nacional de Produção Mineral
EDP	- Energias de Portugal
EECC	- Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão
EIA	- Estudos de Impactos Ambientais
ELETRONORTE	- Central Elétricas do Norte do Brasil S/A
FLONA/AP	- Floresta Nacional do Amapá
FLOTA/AP	- Floresta Estadual do Amapá
GDAT	- Gerência da Divisão de Assessoramento Técnico
GEOSEN	- Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMI	- Indústria e Comércio de Minérios S. A.
IMAP	- Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá
LI	- Licença de Instalação
LO	- Licença de Operação
LP	- Licença Prévia
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MP-AP	- Ministério Público do Estado do Amapá
MPF	- Ministério Público Federal
MW	- Megawatt
NATA	- Núcleo de Apoio Técnico Administrativo
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	- Pequena Central Hidrelétrica
PJPG	- Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Grande/AP
PF	- Polícia Federal
PNAB	- Política Nacional dos Atingidos por Barragens
PPGEO	- Programa de Pós-Graduação em Geografia
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SAT	- Solicitação de Apoio Técnico
SEMA/AP	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá
SIN	- Sistema Integrado Nacional
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TR	- Termos de Referências
UC	- Unidades de Conservação
UHE	- Usina Hidrelétrica
UHECC	- Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão
UNIFAP	- Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO	19
1.1 - PERSPECTIVA MARXISTA NO TERRITÓRIO	19
1.2 – UMA CONVERSA SOBRE TERRITÓRIO	21
1.3 - CAMINHOS METODOLÓGICOS	27
2 - DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL: O caso da comunidade Sapo Seco	31
2.1- A DINÂMICA DA ÁREA DA COMUNIDADE SAPO SECO	31
2.1.1 - Comunidade Sapo Seco	32
2.1.2 - Processo de Formação de Ferreira Gomes e Porto Grande	36
2.2 - RELAÇÕES TERRITORIAIS NA COMUNIDADE SAPO SECO	38
2.3 - USINAS HIDRELÉTRICAS NO AMAPÁ	47
2.3.1 - Impactos Ambientais e Socioterritoriais	50
3 - ENTRE ÁGUAS E MÉMORIAS: A VIDA NA COMUNIDADE SAPO SECO	59
3.1 - ANTES, A NATUREZA ERA MAIS BONITA	60
3.2 - A SENSACÃO IMPOTÊNCIA DA COMUNIDADE SAPO SECO	72
3.3 - PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO	84
4 - A PARTICIPAÇÃO DO MAB COM OS RIBEIRINHOS	88
4.1 - O MAB E OS ATINGIDOS NO MÉDIO RIO ARAGUARI	88
4.2 - A IMPORTÂNCIA DO MAB NA COMUNIDADE SAPO SECO	90
4.3 - LUTA INCANSÁVEL POR DIREITOS	94
4.3.1 - Relatório Técnico do IMAP	96
4.3.2 - Relatório do GEOSEN/UNIFAP	98
4.3.3 - Relatório de Assessoramento Técnico-Científico da UNIFAP	103
4.4 - Reversibilidade do EIA	107
CONSIDERAÇÕES	109
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	117
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

A Região Amazônica, reconhecida por sua vasta rede de rios, florestas exuberantes e rica biodiversidade, é um território repleto de riquezas naturais que atraem diversos projetos de exploração. Entre esses projetos, destacam-se: extração de minérios, exploração de madeira e potencial hídrico da região, sendo este último particularmente relevante para a construção de grandes empreendimentos energéticos.

A construção de usinas hidrelétricas (UHE) no Brasil, especialmente na Amazônia e no Amapá, está intrinsecamente ligada à lógica capitalista. As comunidades afetadas por esses projetos enfrentam a desapropriação crescente de suas casas, culturas, terras e, em última análise, de suas vidas. O discurso que sustenta essa lógica prioriza o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas, justificando-se pela necessidade de crescimento econômico nacional e pelo aumento da oferta energética. Essa justificativa busca promover o que é comumente chamado de desenvolvimento econômico e social, mas a realidade revela as adversidades que tais empreendimentos impõem sobre aqueles que se tornam obstáculos para a construção desses projetos (Brito; Drummond, 2022).

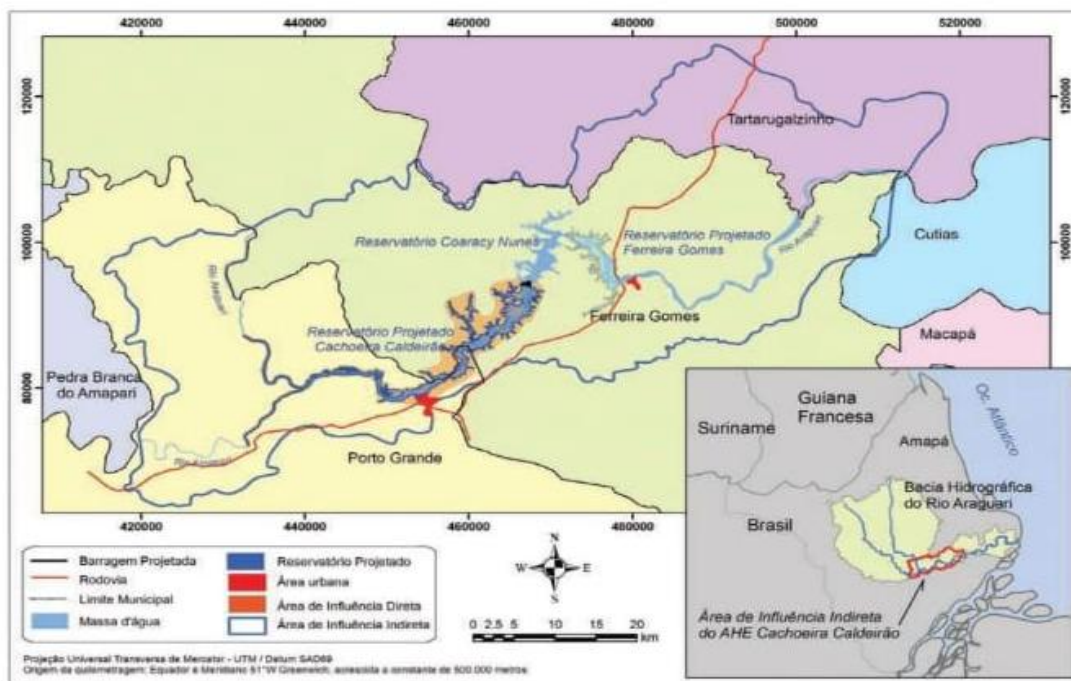
A Amazônia, habitada por diversos grupos sociais, muitos em condições de vulnerabilidade, como povos tradicionais e comunidades da floresta, é frequentemente impactada pela construção de grandes empreendimentos, especialmente de UHE. Essas hidrelétricas causam danos ambientais que muitas vezes são invisibilizados nas Avaliações de Impacto Ambiental (AIA). Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), documentos que as empresas são obrigadas a elaborar, frequentemente não refletem a realidade das comunidades diretamente afetadas.

Com a implementação desses grandes projetos e a intensificação da exploração de mercadorias, os povos tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas e indígenas, e a sociedade amazônica em geral, têm sido e continuam a ser impactados. Os efeitos negativos sobre a população são múltiplos, englobando aspectos materiais e simbólicos, como a perda de território, territorialidade, cultura e modos de vida.

Neste contexto, esta dissertação intitulada ‘Invisibilidade dos Atingidos por Barragens: análises socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari’, propõe analisar uma comunidade afetada pela área de abrangência da UHE Cachoeira Caldeirão (UHECC). Localizada entre os municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, no Amapá, entre os anos de 2013 a 2023, período que engloba desde o EIA, quando ocorreu a

demarcação das áreas de abrangência da empresa, até a ocorrência de impactos pós operação do empreendimento.

Figura 1 – Disposição da Area de Influência Direta e Indireta da UHECC



Fonte: Ecotumucumaque, 2009; GEOSIN, 2023.

A partir da figura 1, observa-se que a comunidade Sapo Seco encontra-se na Área de Influência Indireta (AII), o que faz com a UHECC, não a considere como tendo sofrido danos materiais ou imateriais decorrentes da construção e funcionamento da referida usina. No entanto, essa delimitação geográfica espacial e territorial definidas pelo EIA revela as relações de poder que permeiam a atuação da empresa a qual estabelece seus próprios limites de influência.

Essa prática não apenas impõe uma lógica organizacional que pode ignorar a realidade das comunidades locais, mas também, transfere a responsabilidade sobre as consequências sociais, ambientais e econômicas que extrapolam os limites estabelecidos pela empresa. Ao considerar essas questões, a pesquisa buscou abordar as dinâmicas de poder envolvidas na delimitação da área de estudos pela UHECC e suas implicações para a comunidade Sapo Seco.

Para aprofundar essa análise, a questão norteadora da pesquisa se desdobrou em: Como a gestão da UHECC delineou as estratégias para identificar e delimitar as áreas impactadas sob os aspectos socioterritoriais, ambientais e econômicos decorrentes do

represamento do rio, e de que maneira as comunidades ribeirinhas manifestam suas formas de resistência diante dos impactos e conflitos ambientais e socioterritoriais gerados por essa usina? Essa indagação visa compreender a complexidade das relações entre a empresa, o meio ambiente e as comunidades atingidas, revelando a necessidade de um olhar crítico sobre as práticas de planejamento e gestão territorial à luz dos direitos humanos e da justiça social.

Assim, a interrogação proposta aproxima a pesquisa do pensamento filosófico, que busca questionar e não aceitar passivamente o que pode ser questionado. A filosofia, entendida como uma introspecção do pensamento sobre si mesmo, se concretiza na reflexão e se apresenta como um dos mais valiosos conhecimentos que os seres humanos podem cultivar (Chauí, 2000). Por meio de indagações, os desafios enfrentados pelas comunidades impactadas por grandes empreendimentos, como as UHE, são trazidos à tona.

Neste trabalho, a hipótese sugere que a invisibilidade da comunidade Sapo Seco está diretamente relacionada à concepção espacial adotada pelo setor elétrico, especialmente delimitada pela UHECC. Essa abordagem evidencia seus limites ao desconsiderar as dimensões socioterritoriais dos atingidos, contribuindo para sua invisibilização social e cultural. Além disso, essa perspectiva reforça a ênfase no discurso capitalista, que prioriza interesses econômicos às nuances e necessidades das comunidades afetadas, como demonstram os estudos técnicos do EIA/RIMA especialmente em relação à Área de Influência Direta (AID) e à AII do reservatório. Assim, a hipótese aponta para a necessidade de uma abordagem mais integrada e sensível às dinâmicas socioterritoriais no planejamento e execução de empreendimentos de grandes obras.

Além disso, os moradores ribeirinhos das comunidades impactadas pela UHECC buscam sobreviver por meio de estratégias de resistência na luta por direitos negados em sua territorialidade. Uma comunidade com longa história, que transmite ensinamentos de geração em geração sobre como cuidar do ambiente do qual depende, vê seu modo de vida transformado sem a oportunidade de expressar sua opinião, o que contraria os princípios de uma sociedade igualitária.

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar as dinâmicas de invisibilidade socioterritorial, ambiental e econômica enfrentadas pelos ribeirinhos da comunidade Sapo Seco, em decorrência da construção e operação da UHECC. Os objetivos específicos incluem: (I) Analisar a fundamentação teórica acerca da reconfiguração territorial resultante dos processos de construção de hidrelétricas, destacando as dinâmicas socioterritoriais,

econômicas e ambientais, que fundamentam a transformação do espaço, bem como as implicações para as comunidades locais e o meio ambiente; (II) Avaliar as transformações ocorridas na área de estudo em decorrência dos impactos ocasionados pela UHECC, com ênfase nos conflitos socioterritoriais, econômicos e ambientais; (III) Analisar as transformações nas interações entre a comunidade ribeirinha e o rio Araguari, resultantes da implantação da UHECC, com ênfase nas mudanças nos modos de vida, nas práticas culturais e nos padrões de ordenamento territorial e; (IV) Compreender as formas de mobilização e organização social que emergem nesse contexto, a realidade dos indivíduos afetados pela UHECC, suas atividades e estratégias de atuação na dinâmica e transformação do território;

Este estudo foi motivado pela observação das lutas das comunidades ribeirinhas dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, por meio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Durante esse processo, surgiu a oportunidade de conhecer de perto as realidades dos indivíduos atingidos e perceber que a UHECC não reconheceu muitas dessas comunidades como impactadas por seu empreendimento. No entanto, a instalação da usina provocou mudanças drásticas em seus territórios e nas formas de viver e se organizar. Assim, tornou-se necessário investigar o processo de ocupação territorial da UHECC e evidenciar a invisibilidade socioterritorial, ambiental e econômica a que a população das comunidades ribeirinhas do curso médio do rio Araguari foram submetidas.

Contribui assim, para a compreensão dos impactos dos empreendimentos hidrelétricos na Amazonia e suas consequências socioterritoriais, ambientais e econômicas. Essas obras frequentemente geram impactos significativos nas comunidades locais e na economia regional, além de provocar violações dos direitos das populações tradicionais, como comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras e indígenas. Embora o tema seja de grande relevância, muitos aspectos permanecem subdiscutidos, permitindo a continuidade de práticas prejudiciais justificadas sob a bandeira do progresso e desenvolvimento.

Ao fornecer informações sobre esses impactos, este estudo se tornará uma ferramenta valiosa para a sociedade, permitindo que cidadãos, gestores e acadêmicos analisem e discutam as diversas consequências que essas intervenções podem trazer. O debate sobre as transformações provocadas por tais obras não apenas enriquece o conhecimento acadêmico, mas, fortalece a capacidade da sociedade de participar ativamente nas decisões que moldam seu território e seu futuro.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo traz as concepções teóricas acerca da

reconfiguração territorial resultante dos processos de construção de hidrelétricas. O segundo capítulo aborda a área de estudo — a comunidade Sapo Seco — trazendo seu processo de territorialidade no médio rio Araguari e seus agentes, além de fazer análises da UHECC, seus impactos e conflitos ambientais no médio rio Araguari. O terceiro capítulo analisa as entrevistas e investiga a dinâmica da comunidade Sapo Seco a partir do olhar dos moradores que percebem um ciclo de mudanças com a entrada da UHECC. Por fim, o quarto capítulo traz a luta do MAB em defesa das comunidades ribeirinhas, com especial atenção à comunidade Sapo Seco e seus desafios apresentados a partir de relatórios disponibilizados pela Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Grande/AP (PJPG) e UNIFAP.

1 CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO

A mudança no espaço geográfico é marcada pela apropriação da natureza por meio do trabalho social, levando principalmente à configuração do território. Esse processo inclui a realização de grandes projetos destinados a atender às necessidades externas, modificando a organização do espaço e refletindo as ações de diversos grupos sociais e econômicos.

1.1 PERSPECTIVA MARXISTA DO TERRITÓRIO

A análise proposta para esta pesquisa está intimamente ligada às áreas da Geografia, História e Sociologia, devido ao seu foco ambiental e social, à invisibilidade socioterritorial dos atingidos por barragens e à preocupação com as mudanças nas relações de trabalho das populações do médio rio Araguari. Em especial, a análise da população situada a montante da UHECC que tiveram suas relações socioambientais afetadas pelo empreendimento.

A abordagem marxista é fundamental para a compreensão da questão apresentada, uma vez que se concentra nas dinâmicas de classe e nas relações de produção que moldam a realidade social e ambiental das populações atingidas. Este referencial teórico enfatiza como a estrutura econômica e as relações de poder impactam as comunidades do médio rio Araguari, especialmente aquelas localizadas a montante da UHECC, cujas relações socioambientais foram profundamente alteradas.

Löwy (1984), em sua obra ‘As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen’, elucida a importância de análise que considere as condições materiais e históricas que configuram a experiência humana. A narrativa do Barão de Münchhausen, que se resgata puxando a si mesmo pelos cabelos, serve como uma metáfora para a crítica marxista ao individualismo e à ideologia que desconsidera as condições estruturais que moldam a realidade social. Nesse sentido, a análise marxista permite compreender a interdependência entre as relações sociais e as condições materiais de vida, revelando como as barragens e os processos de desenvolvimento capitalista afetam diretamente a vida das comunidades ribeirinhas.

Nesse contexto, a corrente marxista, conforme destacado por Löwy (1984), permeia a realização da pesquisa que originou esta dissertação. O interesse reside em construir uma ciência concreta que atenda aos interesses da classe trabalhadora, considerando suas particularidades geográficas e históricas no território amazônico. A luta pela justiça social e ambiental não pode ser dissociada das condições materiais que geram desigualdade e

exploração. Assim, a análise das relações de produção e das lutas sociais, tornam-se centrais para entender as transformações nas relações de trabalho e na vida cotidiana das populações atingidas, evidenciando a urgência de abordagem crítica que busque a emancipação das classes oprimidas.

A desigualdade social no capitalismo tem raízes históricas profundas, reforçadas pela divisão social do trabalho. Essa relação não é acidental, mas resultado de processos históricos que consolidaram a disparidade entre grupos. Marx (2013) destacou que a violência e a exploração iniciais na formação do capitalismo levaram à centralização de capital e à separação entre os produtores e os meios de produção, que ficaram concentrados nas mãos de poucos. Essa divisão foi fundamental para reorganizar o sistema produtivo sob a lógica da reprodução ampliada do capital, que busca incessante expansão através da produção e comercialização de mercadorias para gerar lucro.

Harvey (2016), ao abordar os "desenvolvimentos geográficos desiguais e a produção do espaço", destaca a importância de os movimentos anticapitalistas compreenderem esse processo, pois é justamente a desigualdade no desenvolvimento geográfico que possibilita o avanço do capitalismo, especialmente em períodos de crise e, sobretudo, por meio da produção do espaço, e atualmente, a produção desigual do espaço é vista como uma estratégia para garantir a continuidade do sistema.

Essa perspectiva de Harvey sugere uma abordagem bastante produtiva para entender a desigualdade a partir do conhecimento geográfico, reconhecendo-a não apenas como um resultado, mas também como uma condição que sustenta a reprodução do capitalismo. Além do mais, se a produção do espaço é o mecanismo pelo qual o capital se reinventa, é fundamental reconhecer que essa produção é baseada na desigualdade.

Neste contexto, o cenário de uma realidade alarmante em relação às obras de hidrelétricas no Brasil é revelado pelo MAB, onde, embora se perceba alguns avanços pontuais, a repetição das violações dos direitos humanos é uma constante. Essa situação é atribuída à falta de uma política nacional que garanta os direitos dos atingidos por barragens, aspecto que deveria ser uma diretriz obrigatória para as empresas em todo o país. Sem essa política, os impactos sociais e ambientais das hidrelétricas continuarão a ser negligenciados, perpetuando injustiças e desrespeitos aos direitos fundamentais das comunidades atingidas, revelando as desigualdades (MAB, 2014).

Particularmente, os trabalhadores rurais se destacam como a população mais vulnerável e impactada por esses empreendimentos. Historicamente, já enfrentam condições

de vulnerabilidade e invisibilidade social, que se agrava com a implementação de projetos hidrelétricos. Diversos autores, como: Martins (1993; 1986), Scopinho (2003), Silva (2007) e Schlindwein (2010), corroboram com essa situação, enfatizando a marginalização contínua dessas populações. A concentração de poder nas mãos de grandes empresas do setor energético, conforme apontado por Vainer (2007), resulta em entrega de territórios e vidas a interesses corporativos, onde os custos e benefícios do desenvolvimento não são equitativamente considerados ou distribuídos.

Na quarta seção do livro 'Por uma Nova Globalização', intitulada 'O Território do Dinheiro e da Fragmentação', Santos (2003) discute a relação profunda entre o dinheiro e a configuração espacial sob a lógica do capitalismo. O autor sustenta que o dinheiro não só exerce influência, mas também molda ativamente os espaços onde as atividades capitalistas acontecem. Essa moldagem do espaço resulta em um fluxo contínuo de recursos, pessoas e informações que se concentram em determinadas áreas, gerando um dinamismo econômico que, por sua vez, provoca mudanças sociais e territoriais profundas.

Segundo Santos (2003), as transformações impulsionadas pelo capitalismo levam à fragmentação do território. Essa fragmentação ocorre por meio de regulações externas, muitas vezes impostas por decisões e políticas que não consideram as particularidades locais. O autor usa o conceito de 'esquizofrenia do território' para ilustrar essa dualidade: por um lado, o território se abre às novas dinâmicas do capitalismo, enquanto, por outro, torna-se palco para o surgimento e a resistência de modos de vida alternativos. Essa tensão entre a lógica do capital e a diversidade de formas de existência revela a complexidade das relações sociais e econômicas atuais, indicando que, mesmo em um mundo cada vez mais dominado pelo capital, há espaço para diversidade e inovação social.

O território, longe de ser um espaço neutro, é uma construção social influenciada por interesses econômicos. As transformações nas áreas urbanas e rurais, impulsionadas pelo capital, não apenas alteram a geografia física, mas também modificam as dinâmicas sociais, culturais e políticas. Dessa forma, Santos (2003) convida à reflexão sobre como compreender e atuar nesse cenário, buscando formas de resistência e alternativas que promovam uma globalização mais justa e inclusiva.

1.2 UMA CONVERSA SOBRE TERRITÓRIO

Ao longo do texto, o leitor vai se deparar com o termo "comunidade ribeirinha" e/ou comunidade Sapo Seco, e no contexto deste trabalho, refere-se aos moradores de Sapo

Seco que vivem ao longo do curso do médio rio Araguari, situados em áreas afastadas da cidade. Apesar de estarem geograficamente distantes, essas comunidades mantêm vínculos com a cidade de Porto Grande, pois, enfrentam a ausência de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, onde todo cidadão brasileiro tem direito à saúde, à moradia, educação, o que evidencia a vulnerabilidade dessa população. Assim, embora residam na zona rural, dependem da cidade para realizar compras, estudar, buscar atendimento médico e usufruir de outros direitos essenciais.

As comunidades ribeirinhas, ao longo do tempo, têm se configurado como grupos sociais dinâmicos e resilientes (Batista, 2025) que se organizam em resposta à invisibilização imposta pelo Estado. Essa invisibilidade, frequentemente decorrente de políticas públicas que ignoram suas especificidades culturais e sociais, não apenas marginaliza esses grupos, mas, os desafia a se afirmar e a lutar por reconhecimento (Chaves, 2011). Nesse sentido, as comunidades ribeirinhas se tornam expressões objetivas de resistência, à medida que buscam preservar suas tradições e modos de vida em um contexto que frequentemente tenta silenciá-los.

O destaque recai sobre a relevância das comunidades tradicionais na Amazônia, ressaltando que elas possuem um modelo próprio de gestão dos recursos naturais e de organização social. De acordo com Chaves (2001), essas comunidades não apenas administram seus recursos de maneira distinta, mas também representam espaços essenciais para a construção de identidades sociais, projetos coletivos e manifestações da diversidade cultural. Essa variedade cultural reforça a compreensão de que a comunidade é um espaço de fortalecimento das relações sociais e das formas de vida específicas, além de refletir um modo de gestão profundamente enraizado na cultura local. Dessa forma, a cultura assume um papel central na manutenção dessas práticas e na preservação da identidade e sustentabilidade dessas comunidades na Amazônia.

Na região amazônica, é possível localizar comunidades que vivem ao longo dos rios, muitas delas mantendo um modo de vida tradicional frequentemente considerado “primitivo” pelas populações urbanas. Essas comunidades geralmente sobrevivem por meio da pesca, do extrativismo vegetal e de pequenas plantações de subsistência, tendo suas rotinas e dinâmicas profundamente ligadas ao ritmo da natureza e do rio.

Essa forma de vida se caracteriza por uma relação de harmonia e respeito com o ambiente natural, onde o tempo é definido pelas próprias possibilidades da natureza, em contraste com a vida nas áreas urbanas, marcada por uma rotina acelerada, influenciada pela

tecnologia, pelo conforto, pela educação e por uma percepção de superioridade cultural. Valorizar e reconhecer essas formas de vida é essencial para compreender a diversidade cultural e ecológica da Amazônia, além de promover o respeito às populações tradicionais e às suas práticas de convivência sustentável com o meio ambiente.

A compreensão da invisibilidade e das diferentes perspectivas sobre os atingidos é fundamental para análises mais completa e justa. Para Estranioli (2021) a primeira concepção, a do Setor Elétrico, considera uma abordagem areal do espaço absoluto, ligada à acumulação de capital, mas desconsidera o aspecto relacional do espaço, invisibilizando as relações socioespaciais. Por outro lado, os atingidos ampliam esse conceito, buscando garantir seus direitos e questionando os limites da concepção espacial, aproximando-se de uma visão mais relacional e até mesmo humana do espaço.

A ideia de 'invisibilização' revela-se, portanto, como uma prática que vai além da simples omissão, configurando-se como um mecanismo que influencia a formação da identidade dessas comunidades e as relações que estabelecem com o mundo ao seu redor. Reconhecer o papel da sociedade maior na construção dessa invisibilidade é essencial para compreender a complexidade das identidades que emergem nesse contexto.

Contudo, essa análise costuma ser limitada, muitas vezes não aprofundando as implicações teóricas da invisibilização, o que gera lacunas na compreensão de como esse fenômeno se relaciona com outras identidades étnicas, como as indígenas e negras. A ausência de um tratamento teórico adequado pode levar a uma visão restrita das intersecções entre diferentes formas de resistência e a luta por reconhecimento e direitos.

Diante dessa realidade, é imprescindível que as pesquisas e debates ampliem seu foco para incluir as nuances da invisibilização e seus efeitos nas identidades ribeirinhas, indígenas e afrodescendentes. A resiliência dessas comunidades não deve ser vista como um fenômeno isolado, mas compreendida dentro de um contexto mais amplo de lutas sociais e culturais, onde a diversidade é valorizada e respeitada.

Assim, é possível avançar rumo a uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades que compõem o tecido social. Partindo dessa compreensão sobre a invisibilidade, torna-se necessário analisar o conceito de atingidos por barragens, tema central desta dissertação. Dessa forma, observa-se que o processo de invisibilidade socioterritorial no qual os atingidos estão inseridos, especialmente no contexto da construção da UHECC, resulta em violações de direitos humanos e territoriais dessas comunidades. No desenvolvimento do EIA/RIMA, os responsáveis pela UHECC não incluíram todas as

comunidades do médio rio Araguari atingidas pelo empreendimento, o que envolve a necessidade de indenizações por áreas e moradores, além do reconhecimento de outros direitos previstos na legislação vigente.

Por outro lado, a realização dessas obras não está isenta de debates e controvérsias. Frequentemente, as hidrelétricas geram conflitos entre os interesses de desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, além de afetar comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais locais. Assim, é fundamental promover um diálogo aberto e inclusivo entre todos os envolvidos, com o objetivo de construir um modelo que respeite tanto as necessidades de crescimento quanto a conservação da biodiversidade abundante na Amazônia.

De acordo com Milton Santos (1996), a realização de grandes obras de infraestrutura exemplifica o fenômeno da apropriação do território. Essas obras não apenas buscam atender às demandas externas, mas também estão relacionadas à reprodução do capital, refletindo interesses econômicos que frequentemente prevalecem sobre as necessidades locais e ambientais. A artificialização do ambiente natural, promovida pelas técnicas desenvolvidas pela sociedade moderna, possibilita moldar a natureza para atender aos objetivos do desenvolvimento econômico, muitas vezes às custas da biodiversidade e da cultura local. Esse processo é complexo e envolve uma rede de relações sociais, políticas e econômicas que influenciam a maneira como o território é utilizado e transformado.

Portanto, a análise das formas e conteúdos presentes no espaço geográfico exige uma abordagem multidimensional, que leve em conta não apenas a infraestrutura dessas usinas, mas também o contexto social, econômico e ambiental em que estão inseridas. Além disso, é fundamental refletir sobre a conexão entre as hidrelétricas e a crescente exploração dos recursos naturais na Amazônia.

O aumento na demanda por energia, impulsionado por um modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico às custas da sustentabilidade ambiental, coloca a região em uma situação delicada. A exploração excessiva dos recursos pode resultar em degradação ambiental, perda de biodiversidade e deslocamento de comunidades tradicionais, que frequentemente são as mais afetadas por essas intervenções. Nesse cenário, é imprescindível que uma reflexão crítica sobre os impactos das hidrelétricas seja central nas discussões sobre o futuro da Amazônia. Esse diálogo pode promover novas formas de gestão territorial, que valorizem os conhecimentos tradicionais e promovam o bem-estar social, sem comprometer os recursos naturais (Bermann, 1991).

Ademais, a construção de políticas públicas que integrem a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico é essencial. A implementação de projetos de energia renovável que respeitem os limites ecológicos e promovam a inclusão social pode servir como um modelo para outras regiões do Brasil e do mundo. A educação ambiental, a promoção de práticas de manejo sustentável e o fortalecimento da participação cidadã nas decisões sobre o uso do território são ações que podem contribuir para um futuro mais equilibrado.

As relações, organizações e ações humanas acontecem no espaço, manifestando-se em suas diversas dimensões: social, política, econômica e cultural. Baseando-se nas reflexões dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, o autor Haesbaert (2005) sustenta que os processos de desterritorialização e reterritorialização são fenômenos inseparáveis na construção dos territórios e, por isso, fundamentais para compreender as práticas humanas. A des-reterritorialização é um procedimento multifacetado e complexo, pois ocorre simultaneamente por meio de diversas formas e modos, convergindo diferentes velocidades e movimentos. Essa multiplicidade revela a dinâmica contínua de transformação dos territórios, marcada por múltiplas camadas de interferência.

Ao abordar o conceito de território sob uma perspectiva geográfica, é imprescindível considerar a definição proposta por Santos (2009), que destaca que o território vai além de sua superfície física, desempenhando um papel central na formação da identidade. Assim, o território não se limita à soma dos elementos naturais e construídos; ele deve ser entendido como o espaço utilizado, uma configuração dinâmica que reflete as relações sociais e culturais. Nesse sentido, o território deixa de ser uma entidade isolada para se transformar em um espaço vivido e experienciado.

Dessa forma, conforme as análises de Santos (2009), o território está intrinsecamente ligado à formação da identidade, que exprime o sentimento de pertencimento a um lugar. É nesse espaço que se manifestam experiências, resistências e tradições ancestrais. Compreender essa relação possibilita entender como os moradores da comunidade Sapo Seco enfrentam os desafios impostos pela instalação da UHECC, demonstrando sua resiliência e forte ligação com o território que habitam.

O ressurgimento do tema das barragens na pauta pública do Brasil evidencia uma importante tensão entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Desde a adoção do novo marco regulatório do setor elétrico em 1994, o país tem assistido à

construção de diversas usinas hidrelétricas, frequentemente apresentadas como soluções para atender à crescente demanda por energia.

Contudo, os impactos ambientais e sociais dessas obras, especialmente em regiões sensíveis como a Amazônia, levantam questões críticas que não podem ser desconsideradas. As usinas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte exemplificam esse debate, pois representam não apenas grandes investimentos e promessas de geração energética, mas também acarretam deslocamentos de comunidades, modificações nos ecossistemas e riscos de desastres ambientais.

O retorno do tema ao espaço público indica que a sociedade civil está se mobilizando para exigir maior transparência e responsabilidade por parte das autoridades e das empresas envolvidas. A demanda por uma gestão mais sustentável e equilibrada dos recursos hídricos, bem como pela implementação de projetos de infraestrutura responsáveis, vem crescendo, refletindo uma maior conscientização sobre a importância da preservação dos ecossistemas e dos direitos das comunidades locais. A discussão acerca dessas barragens reacende preocupações relacionadas à governança ambiental, à necessidade de avaliações de impacto e à participação das populações afetadas no processo de tomada de decisão (Berman, 2015).

O autor Rothman (2014) oferece uma análise aprofundada e complexa dos conflitos sociais e ambientais gerados pela construção de barragens de usinas hidrelétricas no Brasil. Em seu estudo, ele enfatiza que, embora esses projetos sejam frequentemente apresentados sob a perspectiva de desenvolvimento econômico e progresso social, eles podem acarretar graves violações dos direitos humanos e provocar perdas econômicas e culturais irreparáveis para as comunidades locais afetadas.

Rothman (2014) enfatiza a necessidade de uma avaliação rigorosa dos impactos sociais e ambientais associados a esses empreendimentos. Ele critica a falta de transparência e de participação efetiva das comunidades no processo de avaliação de impacto ambiental, sugerindo que a inclusão dessas vozes é essencial para a elaboração de políticas públicas mais justas e sustentáveis. A participação comunitária não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como uma oportunidade para construir um diálogo construtivo e respeitoso entre investidores, governo e comunidades afetadas.

Por meio de suas análises detalhadas, Rothman contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas comunidades impactadas pela construção de barragens hidrelétricas. Ele destaca a urgência de se implementarem políticas públicas que não apenas assegurem a proteção dos direitos dessas populações, mas que também

promovam a sustentabilidade ambiental. Assim, sua pesquisa serve como um chamado à ação para que se busquem alternativas energéticas que respeitem os direitos humanos e a integridade das comunidades, garantindo um desenvolvimento que seja verdadeiramente inclusivo e sustentável.

1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente estudo fundamenta-se na abordagem quali-quantitativa, a fim de explorar os significados dos conflitos entre os discursos e práticas antagônicas representadas pelos construtores da barragem e pela população que não se beneficiou do empreendimento, considerada invisível pelos empreendedores. Para responder a questão e objetivos desta pesquisa, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas: análise bibliográfica, análise da legislação pertinente a área de Estudo, pesquisa em campo e análise documental.

a) A pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é um dos métodos mais rigorosos disponíveis para os pesquisadores, dada a vasta gama de bancos de dados e a abundância de produção científica. Assim, selecionar os artigos mais adequados para fundamentar a argumentação teórica da pesquisa e dos textos acadêmicos representam um desafio. Portanto, cabe ao pesquisador desenvolver estratégias que o ajudem a identificar os principais trabalhos em meio à grande produção científica global, garantindo, assim, a capacidade de estabelecer fronteiras do conhecimento e reconhecer o que é relevante para sua pesquisa (Sant’Anna, 2002).

A realização de uma análise aprofundada é essencial para compreender os impactos socioterritoriais e os danos ambientais enfrentados pelas populações ribeirinhas em decorrência da instalação de grandes empreendimentos, que frequentemente alteram suas vidas, dependentes dos rios e das florestas para a sobrevivência. A pesquisa foi embasada em diversas produções científicas, incluindo livros (e-books), artigos, teses e dissertações. Nesse sentido, o produto da pesquisa bibliográfica está consolidado no primeiro capítulo, intitulado “Configuração do Território”, que apresenta o referencial teórico e metodológico adotado. Além disso, a bibliografia utilizada está distribuída pelos demais capítulos, contribuindo para uma compreensão abrangente do tema.

b) Análise da legislação pertinente a Área de Estudo

A pesquisa realizou uma análise detalhada da legislação relacionada à Área de Estudo, abordando os impactos, conflitos socioterritoriais e ambientais presentes na região. Utilizou-se também a análise de fotografias para subsidiar essa compreensão. A investigação considerou a legislação nacional e estadual referente ao uso dos recursos naturais, com ênfase especial nos recursos hídricos, nas florestas e nas populações tradicionais, especialmente as comunidades ribeirinhas e as áreas protegidas.

Nesse contexto, destacou-se a importância das unidades de conservação (UC), como a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA/AP), como instrumentos essenciais para a preservação ambiental e o fortalecimento das comunidades locais. A análise da legislação pertinente à área de estudo, apresentada nesta abordagem, está detalhadamente exposta no segundo capítulo “Comunidade Sapo Seco e sua dinâmica socioterritorial” que traz a compreensão aprofundada do marco legal que rege a região e o entendimento dos impactos e conflitos ocasionados a partir do barramento do rio e funcionamento da UHECC.

c) Pesquisa de Campo

Houve a realização de atividades em campo, essas atividades incluíram observações do ambiente e coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas a atores-chaves moradores da comunidade: foram entrevistadas (os) sete moradores da comunidade Sapo Seco, sendo três mulheres e quatro homens.

A entrevista ocorreu com três casais (homens e mulheres) e um homem solteiro. Entretanto, não serão identificados nominalmente e sim utilizados numerais de 1 a 7. A intenção era ouvir o marido e a mulher ainda que fossem da mesma casa, que chegaram no território em momentos diferentes e as falas, ainda, que vivenciem os mesmos problemas, trazem de forma particular sua vivência no território.

Além das entrevistas, houve registros fotográficos para a construção e análise de mapas temáticos (que se encontram no segundo capítulo). Esses esforços visaram avaliar a questão territorial da comunidade e suas narrativas e foram considerados os riscos e benefícios, os critérios de inclusão e exclusão e respeito a todos os aspectos éticos, conforme determina as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

A análise das entrevistas deu base para a construção do terceiro capítulo “Entre águas e memórias: A vida na comunidade Sapo Seco” que traz as narrativas dos moradores,

tratando de experiências sobre o lugar, a sensação de impotência a partir dos impactos sofridos com a entrada da UHECC e falta de comunicação por parte da empresa, gerando conflito e necessidade de diálogo mais equilibrado entre desenvolvimento e preservação/conservação das tradições locais.

d) Análise Documental

Outra abordagem importante nesta dissertação é a análise documental, que envolve levantamentos, análises e sistematização de documentos. O desafio dessa técnica é que o pesquisador deve selecionar, tratar e interpretar informações, visando compreender a interação com as fontes e agregar detalhes à pesquisa, tornando os dados coletados mais significativos (Cellard, 2008).

A análise documental foi realizada em documentos como relatórios técnicos (da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá - SEMA/AP), EIA/RIMA (disponíveis no *site* da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão - EECC). As análises se concentraram nas Áreas de Influência (Direta, Indireta e Regional), considerando os aspectos socioterritoriais e ambientais gerados pela construção e operação da UHECC. Outros documentos relevantes incluem produções do MAB, como ofícios e imagens que evidenciam as formas de resistência e luta pelos direitos dos atingidos pela barragem, além de documentos civis e jurídicos relacionados ao tema que encontra-se no quarto capítulo denominado “A Presença do MAB na comunidade Sapó Seco”.

A pesquisa em campo, assim como a análise bibliográfica e a análise documental, compõe um método que visa garantir uma abordagem criteriosa ao longo de todo o levantamento. Isso requer que todas as informações sejam pensadas, tratadas e analisadas com clareza e detalhes. Para o geógrafo, essa é uma oportunidade de observar a realidade do outro, analisando-a por meio da perspectiva do sujeito em relação ao outro sujeito.

A análise qualitativa de entrevistas constitui uma das principais abordagens metodológicas nas pesquisas sociais. Essas entrevistas, que podem variar amplamente em formato e conteúdo, são frequentemente submetidas a análises aprofundadas que busca extrair significados e padrões subjacentes. A Análise de Conteúdo, conforme ressaltado por Bardin (2011), é um dos métodos mais utilizados nesse contexto. Essa técnica permite que os pesquisadores interpretem e organizem as informações contidas nas entrevistas, oferecendo compreensões mais ricas e detalhadas dos discursos dos entrevistados.

A Análise de Conteúdo é descrita como um conjunto de instrumentos metodológicos em constante evolução, o que reflete a necessidade de adaptação às diversas realidades sociais e culturais que os pesquisadores encontram. A sua aplicação se estende a discursos variados, desde conversas informais até entrevistas estruturadas, permitindo que os pesquisadores extraiam informações valiosas de diferentes contextos. Essa flexibilidade torna a Análise de Conteúdo uma ferramenta essencial para a investigação social, pois possibilita análises críticas que vão além da simples descrição dos dados. A partir dos dados coletados com as entrevistas, realizou-se análises qualitativas, com o estabelecimento de categorias e de inferências, a partir da fala dos entrevistados.

Para a efetivação desta etapa, foi necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da UNIFAP. Essa submissão buscou obter a anuência para a realização da pesquisa, que envolve seres humanos e requer a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - apêndice 1) para a aplicação de ferramentas de coleta de dados, como entrevistas (apêndice 2). Ressalta-se que a pesquisa foi autorizada por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 86327625.8.0000.0003 (anexo 1). Com a análise resultante da pesquisa foi possível inferir como os atores envolvidos no processo de invisibilização socioterritorial são tratados pelos gestores do empreendimento e quais são suas expectativas para melhorar suas condições de sobrevivência na área.

2 COMUNIDADE SAPO SECO E SUA DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL

O espaço ribeirinho, no Amapá, vem sofrendo com as transformações socioespaciais e estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento econômico e às políticas de infraestrutura. Ao longo da história, a inserção do capital no Estado, especialmente por meio da construção de UHE, tem provocado profundas mudanças nas dinâmicas sociais e na configuração territorial. Essas intervenções não apenas alteram o uso do solo e água, mas, impactam a vida das populações ribeirinhas que habitam essas áreas, muitas vezes levando à desapropriação de terras e à reconfiguração dos modos de vida locais.

As transformações resultantes desses processos são dualísticas, refletindo tensões entre a lógica da razão global, que prioriza o capital e a eficiência econômica, e a razão local, que busca preservar os modos de vida e as relações sociais existentes nas comunidades ribeirinhas. A razão global é impulsionada por interesses externos e estratégias de desenvolvimento que visam maximizar os lucros e a produção de energia, enquanto a razão local expressa a resistência e a luta das populações locais pela manutenção de suas identidades culturais e pelo acesso a bens naturais.

Essa dicotomia revela, não apenas um conflito entre interesses, mas, a necessidade de diálogo mais equilibrado entre desenvolvimento e preservação/conservação das tradições locais. Tais mudanças no espaço ribeirinho do Amapá não ocorrem de maneira homogênea, ao contrário, elas geram uma série de consequências sociais e ambientais que se manifestam de diferentes formas.

2.1 A DINÂMICA DA ÁREA DA COMUNIDADE SAPO SECO

A comunidade Sapo Seco, situada no médio rio Araguari, abrange áreas dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá. A pesquisa investigou aspectos relacionados à UHECC, que está localizada no município de Ferreira Gomes, enquanto o lago artificial resultante da usina se estende a montante do rio, no território de Porto Grande. Os participantes da pesquisa são moradores da comunidade Sapo Seco, que se encontram divididos pelo rio Araguari, elemento que, embora os separe, também, os une, refletindo a complexidade das relações sociais e ambientais que permeiam a região.

2.1.1 Comunidade Sapo Seco

A comunidade Sapo Seco está situada em uma área ribeirinha, que se estende ao longo do médio rio Araguari, um dos importantes cursos d'água do Amapá, a 48 km do município de Porto Grande. Essa comunidade se encontra em uma posição geográfica que abrange simultaneamente os municípios amapaenses de Porto Grande e Ferreira Gomes. A região em que a comunidade está inserida é notavelmente impactada pela AII da UHECC, que traz consigo uma série de implicações ambientais e socioterritoriais. A Quadro 1, traz o total de famílias que moram na comunidade Sapo Seco, distribuídas nos dois lados do rio Araguari.

Quadro 1 - Distribuição do número de famílias na comunidade Sapo Seco

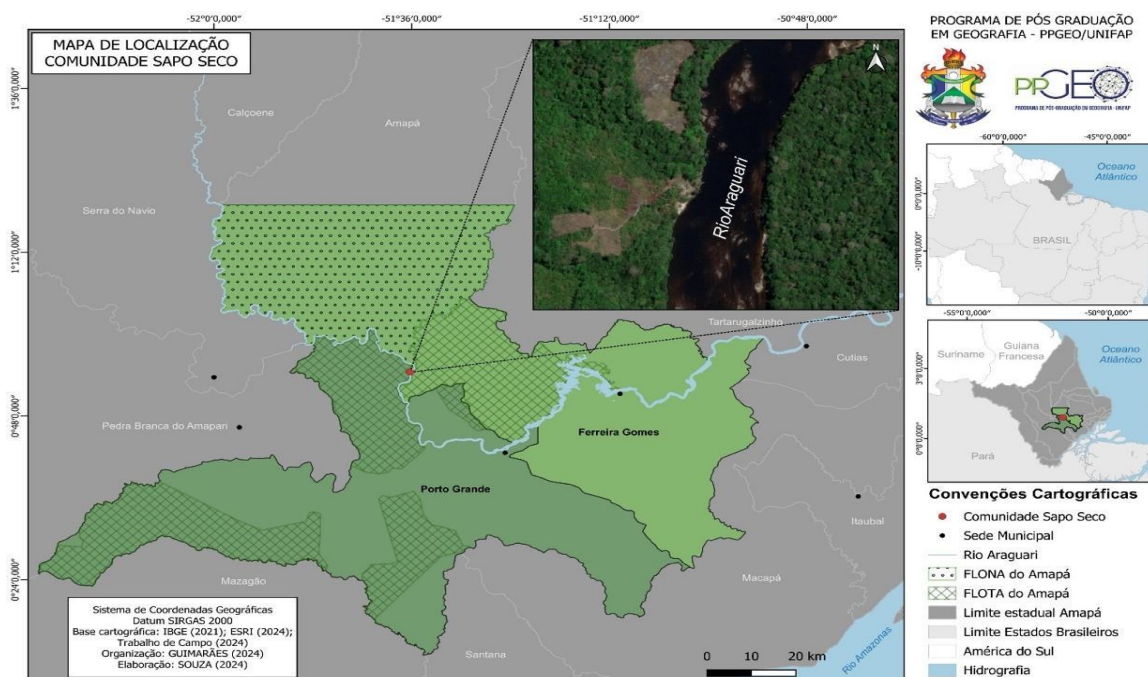
Distribuição	Número
Porto Grande	6
Ferreira Gomes	7
Total	13

Fonte: Produção do autor, 2025

O acesso à comunidade se dá de forma exclusiva por via fluvial, o que ressalta a importância do rio tanto para a mobilidade, quanto para as atividades econômicas e culturais dos moradores. Sapo Seco fica aproximadamente a 15 km do limite do reservatório da UHECC, de acordo com dados extraídos do EIA, e 67 km de distância do barramento da usina, segundo o Relatório da SEMA/AP que trata sobre a mortandade de peixes na comunidade Sapo Seco, ocorrida em março de 2019.

A Figura 2 apresenta o mapa de localização da comunidade Sapo Seco, no contexto do rio Araguari, permitindo melhor visualização da sua posição geográfica e da relação com os municípios vizinhos. Essa configuração geográfica e as dinâmicas socioeconômicas da comunidade são fundamentais para entender os desafios e as oportunidades enfrentados pelos seus habitantes. O nome Sapo Seco tem suas raízes na história e nas características naturais da comunidade localizada ao longo do curso do rio Araguari.

Figura 2 - Localização da comunidade Sapó Seco



Fonte: Organização: Guimarães; Elaboração: Souza (2024).

Durante os meses quentes do verão, o nível das águas do rio diminuía significativamente, revelando uma série de rochas e criando corredeiras que tornavam a navegação um desafio. Com a seca, as embarcações, como batelões e canoas, enfrentavam dificuldades para se deslocar, pois era necessário puxá-las manualmente para que pudessem subir e descer pelas corredeiras. A entrevista com a moradora 6 traz com clareza como acontecia esse deslocamento:

Porque em 93, quando nós começamos a morar no Sapó Seco, a gente, para chegar até onde nós mora, aí na região da Ilha do Sandro, para chegar em casa, a gente tinha paragem que a gente descia da canoa, do batelão, e saía puxando o barco pelos canalzinhos, até chegar mais em cima, aí a gente entrava no barco, corria um pouquinho, tornava a descer, tornava a puxar, até chegar em casa.

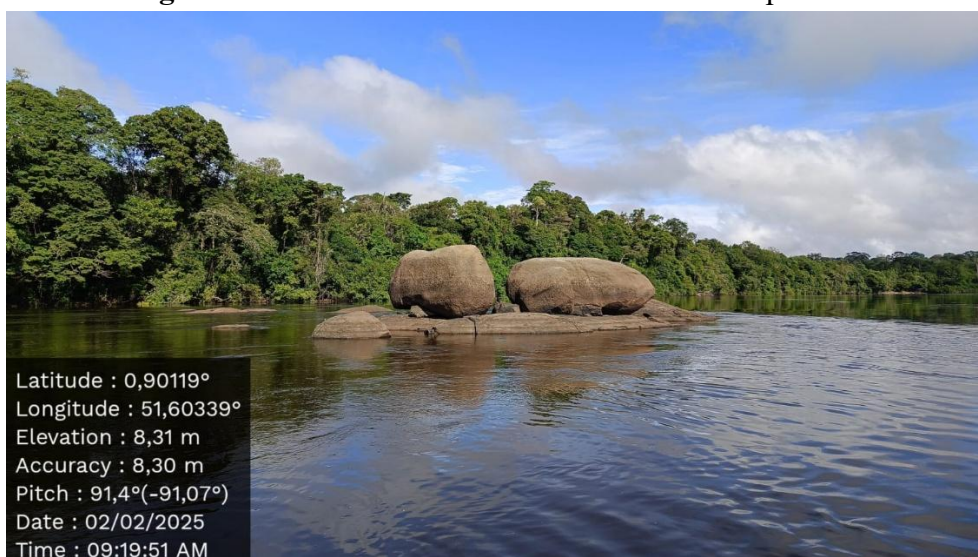
E hoje, sabe tá na cara que foi atingido, porque hoje a gente passa direto até em casa, na canoa, não desce, não puxa nada. Assim que funciona. Na época que a gente começou a morar lá, a gente não tinha, assim (Moradora 6, 2025).

Essa situação exigia que os passageiros desembarcassem e empurrassem as embarcações entre as rochas, tornando a travessia um verdadeiro teste de resistência e paciência. Após superarem os obstáculos naturais, os viajantes retornavam às suas embarcações, prontos para continuar sua jornada, mas apenas depois de enfrentarem as dificuldades impostas pelas pedras e pelo leito exposto do rio. Esse cenário era uma realidade

comum durante o verão, antes da instalação da UHECC, que alterou a dinâmica hídrica da região ao criar o lago artificial como parte de seu reservatório. A moradora 6 traz, também, em sua fala a ideia de que a comunidade Sapo Seco foi atingida “E hoje, sabe tá na cara que foi atingido, porque hoje a gente passa direto até em casa, na canoa, não desce, não puxa nada” esse trecho do rio onde se via as inúmeras rochas em que os ribeirinhos e transeuntes realizavam suas manobras rotineiras, desde o barramento do rio pela UHECC não ocorre mais.

Na década de 1970, a nova geração de moradores, que se estabeleceu na área, começou a ouvir histórias dos mais antigos sobre as peculiaridades do lugar. Esses relatos revelavam que, durante os verões rigorosos, muitas rochas ficavam à mostra, criando um ambiente peculiar e, por vezes, inusitado. Em uma dessas rochas expostas, foi feito um achado curioso, um sapo que havia morrido e se desidratado, ficando completamente seco sob o sol intenso. Esse evento peculiar cativou a imaginação dos moradores, que, a partir de então, passaram a se referir à localidade como ‘Sapo Seco’. Essa denominação não só remete ao aspecto natural do lugar, mas, carrega consigo a história e a vivência de uma comunidade que, ao longo dos anos, se adaptou às condições do ambiente. A Figura 3 ilustra um trecho do rio que separa a comunidade, destacando a presença de afloramentos rochosos de diversos tamanhos.

Figura 3 - Corredeira em frente à comunidade Sapo Seco



Fonte: Acervo do autor (2023).

Esses afloramentos, que muitas vezes são cobertos por vegetação, formam pequenas ilhas, criando um cenário repleto de beleza natural e complexidade ecológica. Essa

paisagem traz um testemunho da dinâmica do rio Araguari, além de um reflexo da vida e das experiências dos seus habitantes, que continuam a encontrar maneiras de conviver harmoniosamente com as características únicas de seu território.

A comunidade Sapo Seco se estende ao longo de ambas as margens do rio Araguari, que serve como fronteira natural entre os municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes. Nesse contexto, os moradores que habitam a margem esquerda do rio estão vinculados ao município de Ferreira Gomes, enquanto aqueles que residem à margem direita pertencem ao município de Porto Grande. Neste contexto a Figura 4 traz duas imagens com residências de moradores: (A) Porto Grande e (B) Ferreira Gomes.

Figura 4 - Residências de moradores de Porto Grande e Ferreira Gomes rio Araguari



Fonte: Acervo do autor (2024).

A Figura expõe a peculiaridade geográfica do ambiente, pois o rio não apenas delimita a divisão administrativa, mas molda as interações sociais e culturais entre os habitantes de ambos os lados, criando uma dinâmica rica e multifacetada na região. Ou seja, o rio Araguari é o elemento que os separa geograficamente pelo fato de estarem em municípios diferentes, mas, ao mesmo tempo os unem pela forma identitária ribeirinha e atualmente pelos impactos ocasionados pela UHECC, que os levam na luta pelo reconhecimento de atingidos.

2.1.2 Formação dos municípios de Ferreira Gomes e de Porto Grande

a) Município de Ferreira Gomes

O Município de Ferreira Gomes faz parte da região central do Amapá (Brasil), na Amazônia. Seus principais limites geográficos são: ao norte, os municípios de Pracuúba e Tartarugalzinho; a leste, os municípios de Cutias e Macapá e a sudoeste, o município de Porto Grande. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Ferreira Gomes possui Área Territorial de 4.973,855km² e conforme os dados do censo do IBGE, de 2022, a população é de 6.666 pessoas, com densidade demográfica de 1,34 hab/km² (IBGE, 2024).

A história de Ferreira Gomes é marcada por misturas de culturas e influências, que contribuíram para a construção de sua identidade. A presença dos cabanos (revolta da Cabanagem), dos nordestinos e a abertura da BR-156 são elementos fundamentais para compreender a trajetória e o desenvolvimento desse município. A presença dos cabanos remonta ao século dezenove (entre 1835 e 1840), esses imigrantes desempenharam papel fundamental na formação inicial do município, deixando marcas importantes em sua cultura e identidade (Ferreira Gomes, 2013).

No entanto, na década 1940 o território de Ferreira Gomes passou por grandes transformações, especialmente com a chegada dos nordestinos imigrantes que se estabeleceram na região para trabalhar nos seringais. A exploração da borracha foi um dos pilares econômicos do município nesse período, contribuindo para o desenvolvimento da região e a formação de sua população (Ferreira Gomes, 2013). Outro fator importante foi a abertura da BR-156, também, na década de 1940 sendo um marco importante para o município, facilitando o acesso e a integração da população local às demais regiões do estado e do país. Essa infraestrutura viária foi fundamental para o crescimento e a expansão do atual município de Ferreira Gomes.

A origem do município de Ferreira Gomes está ligada à construção da UHE Coaracy Nunes, a primeira hidrelétrica construída no Amapá e na Amazônia, com o objetivo de oferecer suporte energético para a Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), sua obra iniciou em 1961 e foi inaugurada em 1976. Este empreendimento impulsionou o desenvolvimento e a ocupação da região central do estado. Entretanto, a emancipação de Ferreira Gomes ocorre somente, em 1987 (Lei Federal nº 7.639, de 17 de dezembro de 1987), quando foi desmembrado do município de Macapá, refletindo o processo de descentralização administrativa e o fortalecimento da autonomia dos municípios.

A construção de hidrelétricas tem impacto significativo nas comunidades locais, e o caso de Ferreira Gomes é um exemplo claro disso. A expectativa em torno das UHE no rio Araguari foi um fator crucial para o crescimento populacional do município (Pantoja; Andrade, 2012). A aprovação do projeto da usina, em 2007, gerou expectativas em relação ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos, atraindo pessoas de diferentes regiões em busca de oportunidades.

b) Município de Porto Grande

O município de Porto Grande, criado pela Lei Estadual nº 003, em 01 de maio de 1992, tem área territorial de 4.428,013 km² e está localizado ao sul do estado (Meso Região Sul), a 108 km da cidade de Macapá. Faz fronteira com os municípios de Ferreira Gomes a norte e nordeste; Macapá e Santana, a sudeste; Mazagão, a sudoeste e sul; Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, a noroeste. Insere-se na microrregião de Macapá, na Mesorregião do Sul do Amapá. De acordo com informações do censo do IBGE, de 2022, a sua população era de 17.848 pessoas, com densidade demográfica de 4,03 hab/km² (IBGE, 2022).

O povoamento de Porto Grande foi impulsionado por diferentes fatores ao longo do tempo, desde a implantação da Colônia Agrícola do Matapi até a exploração mineral, o cultivo de monoculturas e a entrada de projetos hidrelétricos. A chegada de migrantes de diversas regiões do Brasil, a construção de infraestrutura e a demanda por mão de obra foram elementos-chave nesse processo de desenvolvimento e crescimento populacional local.

A presença das empresas ICOMI, Amapá Florestal e Celulose S.A (AMCEL) e Champion Papers trouxeram investimentos e oportunidades de trabalho para a população local, contribuindo para a consolidação econômica de Porto Grande e sua posterior emancipação como município. A abertura de rodovias (BR-156 e BR-210) e a exploração de recursos naturais, também, desempenharam papel fundamental nesse crescimento, fornecendo acesso a novas áreas e estimulando o desenvolvimento da região. Assim, a formação do povoamento de Porto Grande está intrinsecamente ligada à atividade econômica e ao influxo de migrantes, que juntos moldaram a paisagem social e econômica do atual município ao longo do tempo. Esse processo de transformação e crescimento continuou a impulsionar o desenvolvimento da região e a territorialidade de Porto Grande.

Com base nesta contextualização é possível inferir que os dois municípios compartilham conexões profundas com o Araguari. Desde os primórdios de suas formações, o rio tem sido a força motriz no crescimento e prosperidade dos dois municípios,

desempenhando papel central em diversos aspectos da vida urbana e rural. O rio representa o mais importante curso d'água, em decorrência da necessidade de abastecimento de água e alimentos, do controle do território, da circulação de pessoas e da geração de energia.

Porto Grande é a unidade territorial de referência para os moradores que residem a montante da UHECC e que fazem parte desta pesquisa (mesmo os habitantes que estão alocados em território de Ferreira Gomes) pois é onde os comunitários buscam o atendimento de suas principais necessidades, relativas à saúde, educação e segurança e é na sede deste município que o excedente da produção é comercializado e os bens não produzidos localmente são adquiridos.

2.2 RELAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE SAPO SECO

A comunidade Sapo Seco, localizada às margens do rio Araguari, é uma comunidade ribeirinha que depende profundamente desse importante sistema fluvial. O rio integra a bacia do rio Araguari que possui extensão de 42.711,18 km² e se origina na Serra do Tumucumaque, área reconhecida por rica biodiversidade e ecossistemas variados. Ao longo de seu percurso, o Araguari desempenha papel crucial na dinâmica socioambiental dos municípios, alimentando vários afluentes e contribuindo para a manutenção dos recursos hídricos locais.

A Bacia do rio Araguari é essencial não apenas para o abastecimento de água, mas, para atividades vitais como: pesca, agricultura e transporte fluvial, que são fundamentais para a subsistência das populações que habitam suas margens. Assim, a bacia é um *habitat* crucial para a variedade de espécies de fauna e flora, muitas endêmicas da microrregião.

A preservação e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade da bacia do Araguari enfrenta desafios contínuos, especialmente devido a pressões como desmatamento, mineração e exploração de recursos naturais para uso em empreendimentos hidrelétricos. A compreensão das dinâmicas hídricas e implementação de políticas adequadas são essenciais para assegurar a proteção deste recurso natural e promover um futuro sustentável para as populações que habitam a bacia. Neste contexto, o conceito de território, revela-se crucial para entender como as práticas dos diversos atores sociais impactam diretamente na preservação, conservação e uso dos recursos naturais (Raffestin, 1993).

A definição de território se revela como um espaço dinâmico e em constante transformação, onde as práticas dos atores sociais exercem influência direta e evidente as interações que ocorrem dentro da bacia do rio Araguari, onde as ações de grupos em posição

de poder, como empresas de mineração ou de energia, muitas vezes se sobrepõem às necessidades de preservação e conservação ambiental (Raffestin, 1993). Essa interferência de poder é um fenômeno que se manifesta continuamente, ressaltando que o território não é uma entidade estática, mas um palco onde diferentes forças e intenções se entrelaçam.

As relações que se estabelecem dentro desse território são impregnadas de significados e intenções. É nesse entrelaçamento de interesses que se revelam as tensões existentes entre os objetivos de conservação/preservação ambiental e os interesses econômicos, evidenciando como a territorialidade é, em essência, um reflexo das disputas de poder. Os atores sociais, motivados por suas ‘vontades’, buscam materializar seus objetivos, revelando que a territorialidade é, em essência, um reflexo das disputas de poder. Essas intenções, embora possam ser diversas e até contraditórias, são sempre parciais e estão diretamente ligadas aos interesses dos grupos dominantes. Assim, a territorialização se torna um processo em que as vozes e as aspirações de diferentes coletivos se entrelaçam, mas nem sempre de maneira harmoniosa (Rafestin, 1993).

Ademais, a singularidade de cada território é um mosaico de desejos e ambições que, ao se confrontarem, podem gerar tensões e conflitos. Esses conflitos são particularmente visíveis na bacia do rio Araguari, onde as pressões econômicas para exploração de recursos naturais frequentemente colidem com as necessidades de preservação, conservação e proteção ambiental. O contexto histórico e social é determinante nesse cenário, pois as relações de poder não ocorrem em um vácuo, mas são influenciadas por uma série de fatores que incluem cultura, economia e política. Portanto, o território, enquanto espaço de luta e resistência é, também, um campo de batalha onde as disputas pelo poder se manifestam, revelando a complexidade das interações sociais e as dinâmicas de controle que o permeiam.

Entender o território como uma arena de práticas de poder nos permite apreciar a intrincada rede de relações que o compõe. Tal compreensão é fundamental para a análise da bacia do rio Araguari, pois as ações dos diversos atores sociais moldam não apenas o espaço físico, mas, as estruturas sociais, políticas e econômicas que o sustentam, configurando um cenário onde a luta por interesses e direitos se tornam constantes. Ou seja, é um convite a refletir sobre como as ações dos diversos atores sociais moldam não apenas o espaço físico, as estruturas sociais, políticas e econômicas que o sustentam, configurando um cenário onde a luta por interesses e direitos se tornam constantes (Rafestin, 1993).

Para facilitar a análise geográfica da bacia do rio Araguari, é importante categorizar os diversos agentes envolvidos, que podem ser organizados em grupos distintos. A

categorização é essencial para identificar as diferentes forças em jogo e como elas se relacionam com os desafios preservacionistas e conservacionistas enfrentados na região. Essa classificação apresentada no Quadro 2, não apenas permite melhor compreensão da configuração espacial da região, mas, destaca as contradições de interesses que permeiam as atividades econômicas e a preservação e conservação ambiental.

Quadro 2 - Distribuição de grupos de agentes no médio rio Araguari

Grupo de Agentes	Descrição	Exemplos/Características
Agentes sociais	Membros da sociedade civil organizada que buscam atender às suas necessidades individuais e coletivas.	Associações de pescadores, Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari, agricultores familiares do Assentamento Manoel Jacinto.
Agentes econômicos	Focados na apropriação do espaço para expansão de capital, diferenciando-se em impacto e escala de atuação na região do rio Araguari.	Exploração de madeiras, empresas de extração de seixos, mineradoras e hidrelétricas.
Gestores públicos	Instituições e administradores locais responsáveis por regulamentar o uso do território e recursos naturais por meio de legislações.	Instituições como o ICMBio; áreas de pesquisa que incluem a FLONA e a FLOTA.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Como se pode observar, o rio Araguari, em seu curso médio, abriga diversidades de grupos de agentes nos aspectos social, econômico e na gestão pública, conforme exemplificado no Quadro 1. As comunidades, interligadas aos agentes sociais, atuam em diferentes campos de trabalho, como pesca, agricultura e extração, organizando-se em colônias de pescadores, assentamentos e associações de extrativistas.

A análise cuidadosa desses agentes e de suas características é crucial para identificar os conflitos existentes e buscar alternativas que conciliem desenvolvimento econômico e conservação/preservação ambiental, além de entender a relação socioterritorial da comunidade Sapo Seco. Dessa forma, o resultado desta pesquisa se tornará ferramenta vital para fomentar diálogos e soluções que promovam a sustentabilidade no médio rio Araguari, ao mesmo tempo em que busca equilibrar as diversas demandas sociais e ambientais.

A dimensão espacial do processo de gestão é frequentemente percebida como um domínio exclusivo do controle estatal. No entanto, essa visão pode ser limitada, pois não leva em consideração a influência significativa de diversos grupos sociais e empresas que, também desempenham papel fundamental nas dinâmicas territoriais. A gestão territorial,

portanto, deve ser entendida como um campo de interações complexas, onde diferentes atores sociais, cada um com suas próprias visões de mundo e interesses, se encontram em um cenário de conflitos e colaborações (Vainer, 2001).

No que compete aos agentes econômicos, tem-se a intrusão de empresas de extração de seixo, mineradoras e hidrelétricas e em seu início, tem-se ainda, a extração de madeiras. Entre os agentes citados tem a frequente participação de agentes públicos distribuídos como funcionários do Governo Federal e do Governo do Amapá, com a presença da Floresta Nacional (FLONA) e FLOTA gerando conflitos com os agentes sociais no intermédio da entrada dos agentes econômicos. A criação de UC sem consulta às comunidades locais evidencia um ponto crucial nas discussões sobre preservação/conservação ambiental e justiça social. A falta de envolvimento das comunidades nas decisões que afetam diretamente a vida dos ribeirinhos e meios de subsistência pode gerar uma série de conflitos e tensões.

Quando as UCs são implementadas sem um diálogo prévio, muitas vezes os moradores locais se sentem despojados de seus direitos e tradições, uma vez que as novas regras podem restringir o acesso a recursos naturais que historicamente utilizaram. Essa imposição de regras sem a consulta e participação dos afetados pode ser vista como uma forma de colonialismo ambiental, onde as vozes e necessidades das comunidades são ignoradas em favor de políticas preservacionistas e conservacionistas que não consideram a realidade local (Theodoro, 2004).

A presença de órgãos responsáveis pela gestão ambiental em áreas sem estrutura governamental pré-existente pode ser problemática. Sem entendimento adequado das dinâmicas locais e sem construção de relações de confiança com as comunidades, a gestão da preservação/conservação pode se tornar ineficaz e até prejudicial, exacerbando conflitos em vez de promover soluções sustentáveis.

Portanto, é fundamental que as políticas de sustentabilidade ambiental incluam a participação ativa das comunidades locais desde o início do processo, respeitando seus conhecimentos tradicionais e garantindo que seus direitos sejam reconhecidos. A construção de um modelo de preservação/conservação que seja verdadeiramente colaborativo pode levar a gestão mais eficaz dos recursos naturais e convívio mais harmonioso entre a sustentabilidade do ambiente e as necessidades das populações locais.

a) Floresta Nacional do Amapá

O Amapá é um exemplo emblemático dos desafios enfrentados na gestão de UC, especialmente em contextos em que já existem populações tradicionais. A criação da FLONA, em 1989, pelo Decreto nº 97.630, de 10 de abril de 1989, sem o devido reconhecimento e diálogo com os moradores que ali habitavam há gerações, desencadeou uma série de tensões socioambientais. Esses conflitos são comuns quando as políticas de proteção, preservação e conservação não consideram as realidades locais e as práticas tradicionais de uso dos elementos naturais.

Os moradores da região, que dependiam da caça, pesca e garimpagem para sua subsistência e renda, se viram em uma situação complicada com a criação da UC. A falta de um órgão de gestão ambiental efetivo inicialmente permitiu a continuidade de atividades exploratórias, mas a transferência de gestão para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007 (criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007), trouxe nova dinâmica, com foco maior na fiscalização e na proteção ambiental.

Entre as 21 UC presentes no Estado, a FLONA do Amapá se destaca como a quinta maior, abrangendo uma área de aproximadamente 412.000 hectares. Localizada no Escudo das Guianas, essa floresta é caracterizada principalmente por suas florestas de terra-firme, com pequenas áreas de florestas alagadas, tabocais e afloramentos rochosos. A altitude da FLONA varia entre 80 e 450 metros acima do nível do rio (Ecotumucumaque, 2009).

Criada inicialmente com o intuito de viabilizar a exploração madeireira na região, a FLONA enfrentou desafios significativos devido à sua topografia complexa e ao difícil acesso, o que até agora impediu que essa exploração ocorresse em escala comercial na unidade. A população que reside em seu interior é reduzida, e as pressões ambientais, tanto nas áreas circunvizinhas quanto dentro da UC, são consideradas relativamente baixas. Embora essas ações sejam essenciais para a preservação e conservação da biodiversidade, elas frequentemente ignoram ou desconsideram os direitos e a cultura das populações locais.

Os conflitos que surgiram a partir dessa nova abordagem evidenciam a necessidade de um modelo de gestão que integre a preservação e conservação ambiental com a justiça social. É fundamental que as políticas públicas promovam a participação ativa das populações das comunidades tradicionais nas decisões que afetam seu modo de vida, buscando equilíbrio entre a proteção ambiental e os direitos humanos.

Medidas de manejo sustentável que respeitem o conhecimento tradicional e as práticas de uso dos recursos são essenciais para evitar a marginalização das populações locais e garantir a eficácia das políticas de conservação. A situação no Amapá é um alerta

sobre a importância de promover diálogo aberto e inclusivo entre órgãos governamentais, organizações não governamentais e comunidades locais, reconhecendo as contribuições que essas populações podem oferecer para a conservação e o uso sustentável dos bens naturais (Ávila, 2020).

Geograficamente, a região do médio rio Araguari é marcada pela relevância de seus afluentes, como os rios Amapari e Falsino, que desempenham papel significativo na dinâmica da bacia. A interação entre esses corpos hídricos e a geologia local, composta por rochas como granodiorito, diorito e quartzo-diorito, influenciam as atividades econômicas, particularmente na exploração de seixos e areia. Essa exploração, embora necessária, pode ter impactos ambientais que requerem atenção especial.

Uma vasta área de conservação que se estende por aproximadamente 267 mil hectares, o equivalente a cerca de 267 mil campos de futebol, é o território em que ocorrerá o manejo florestal na FLONA, localizada na bacia do rio Araguari e abrangendo cinco municípios, sendo um importante patrimônio ambiental, abrigando diversas espécies de madeira, como acapu (*Vouacapoua americana Aublet*), andiroba (*Carapa guianensis Aubl*), pau-ferro (*Caesalpinia ferrea Mart*), virola (*Virola surinamensis*) e louro-vermelho (*Nectandra rubra*) (G1 Amapá, 2019).

Em 2024, o Governo Federal anunciou a possibilidade de ceder parte desse território para exploração madeireira, com a expectativa de que essa atividade seja realizada de forma sustentável. O projeto, lançado em setembro pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o ICMBio e o governo do Amapá, visa não apenas a produção de madeira, mas, a garantia de que as comunidades locais possam coletar produtos florestais.

O estudo de manejo ocorreu em 2019 e durante as audiências públicas realizadas naquele ano, a população local expressou suas preocupações e expectativas em relação à exploração dos recursos da FLONA. Entre os produtos que as comunidades desejam continuar extraindo estão palmito, açaí (*Euterpe oleracea*), castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), óleo de copaíba (*Copaifera langsdorffii*), resina de breu (*Protium heptaphyllum*) e leite de amapá (*Parahancornia amapa*). Essa diversidade de produtos reflete a rica biodiversidade da região e a importância de garantir que as práticas de exploração estejam alinhadas com as necessidades e os direitos das comunidades que dependem da floresta para sua subsistência (G1, AP, 2019).

A FLONA do Amapá representa não apenas um recurso natural, mas, um legado

cultural e social que deve ser respeitado e preservado para as futuras gerações. A responsabilidade de gerenciar esses recursos de forma sustentável é de todos – governo, empresas e comunidades - com o objetivo de garantir a conservação e preservação da floresta e o bem-estar de quem dela depende.

b) Floresta Estadual do Amapá

A FLOTA, estabelecida pela Lei nº 0023/2006, representa um marco na preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais do estado. Com extensão impressionante de 2,3 milhões de hectares, distribuídos em quatro módulos, essa UC abrange cerca de 16,5% do território amapaense. A diversidade de ambientes presentes na unidade, que varia em diferentes estágios de conservação, reflete a riqueza ecológica da região, tornando-a um espaço vital para a preservação da flora e fauna locais.

Um dos principais objetivos da FLOTA é promover o manejo sustentável da madeira, buscando equilibrar a exploração econômica com a preservação e conservação ambiental. O Governo do Amapá já realizou a elaboração de inventários florestais em áreas piloto, visando estruturar um planejamento que permita a concessão pública de suas riquezas.

c) Garimpo do Capivara

A história da ocupação pelo garimpo na região do Capivara é marcada por um processo gradual, que se intensificou em momentos de surtos populacionais. O principal surto ocorreu na década de 1970, quando foram descobertas áreas com grande potencial para a extração de ouro. Essa descoberta atraiu número significativo de migrantes para a região, que buscavam oportunidades de trabalho como garimpeiros ou se aventuravam a lucrar com a economia emergente que o garimpo proporcionava.

Os moradores locais, que não se dedicavam diretamente à atividade de garimpo, encontraram outras formas de sustento, principalmente na agricultura. Cultivavam variedades de produtos, como legumes, frutas e verduras, destacando-se na produção de farinha de mandioca, que se tornou um alimento essencial para os garimpeiros e um importante item comercial na economia local. Essa interdependência entre a agricultura e o garimpo gerou um ciclo econômico que sustentou a região por mais de trinta anos, moldando a vida e a cultura dos habitantes.

A criação da FLONA, em 1989, trouxe novas dinâmicas para a área, alterando significativamente o contexto socioeconômico local. Embora, o garimpo que, até então, era fonte vital de renda para a população, passou a ocorrer dentro da UC, a atividade continuou

a ser praticada de forma intensa até 2009. Ressalta-se que em 2008, o ICMBio estabeleceu um acordo com os garimpeiros para interromper a prática da garimpagem e cessar a degradação ambiental. Porém, em 2009, o instituto constatou que o acordo não estava sendo cumprido. Em junho daquele ano, os ocupantes foram notificados a desocupar a área em 45 dias. Em outubro, uma operação conjunta da Polícia Federal (PF), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), do ICMBio e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) destruiu equipamentos do garimpo.

Essa intervenção ocorreu em razão da localização do garimpo do Capivara, que se encontra dentro da FLONA, uma UC que visa à conservação da biodiversidade e à proteção dos recursos naturais (Mathis, 2012). A interdição ressalta a importância da legislação ambiental e a necessidade de regularização das atividades de garimpo, que frequentemente entram em conflito com as diretrizes de preservação e conservação e uso sustentável dos recursos naturais. A ação conjunta dos órgãos foi um passo significativo para a proteção do meio ambiente, mas, levanta questões sobre a subsistência das comunidades locais que dependem dessas atividades para sua sobrevivência.

Os garimpeiros, representados por uma cooperativa, reclamaram da destruição de seu patrimônio e da falta de alternativas de subsistência, movendo uma ação judicial que resultou em decisão favorável, permitindo que retomassem as atividades na área. No entanto, a Advocacia-Geral da União e outras procuradorias apelaram da decisão, argumentando sobre os possíveis danos ambientais e a falta de comprovação da ocupação anterior à criação da FLONA. O Tribunal Regional da 1ª Região suspendeu a decisão que favorecia os garimpeiros até o julgamento do mérito do recurso (Mathis, 2012).

Neste cenário, é fundamental considerar abordagens que integrem a conservação e preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável. A busca por formas de diversificação econômica que respeitem, tanto a biodiversidade da região quanto as tradições e modos de vida dos seus habitantes, pois é essencial para promover um futuro equilibrado. A experiência do Capivara pode servir como um estudo de caso valioso para outras regiões que enfrentam desafios semelhantes, destacando a importância de estratégias que promovam o equilíbrio entre exploração econômica e preservação/conservação ambiental, garantindo, assim, a sobrevivência das comunidades e a proteção dos recursos naturais.

d) Extração de Seixo

A extração de seixo no rio Araguari se concentra nas proximidades do Porto Platon e, desde 2012, o DNPM começou a receber requerimentos para a extração de areia no leito do rio. O processo requer o uso de balsas, dragas de sucção e caminhões para o transporte dos materiais. Contudo, a extração de seixo causa impactos significativos ao ambiente, resultando em acentuado assoreamento do rio. Esse fenômeno causa danos irreparáveis a fauna e flora aquáticas, prejudicando, não apenas o ecossistema, mas moradores da região, que enfrentam dificuldades na pesca devido à diminuição da população de peixes (Pinheiro, 2015).

Em contexto mais amplo, essa situação coloca em evidência a importância de repensar estratégias de desenvolvimento econômico, integrando a conservação e a preservação ambiental com a equidade social (Sachs, 2008). A busca por um modelo de desenvolvimento que respeite os limites dos ecossistemas e promova a inclusão social é essencial para garantir o futuro sustentável para as comunidades afetadas pela atividade de extração mineral.

Ponderando sobre a definição de território, que é abrangente e reflete a complexidade das interações humanas com o espaço, deve-se considerar as questões de sobrevivência, destacando-se a relação intrínseca entre os indivíduos e o substrato material que sustenta suas vidas, como os elementos da natureza (Vallejo, 2012). Essas relações são fundamentais para entender como as comunidades se organizam e se adaptam ao ambiente que habitam.

A menção aos processos de manutenção, consolidação e expansão dos espaços dominados traz à tona a dimensão política e social do território. As relações de poder que se estabelecem nesse contexto são essenciais para compreender como os territórios são moldados e transformados ao longo do tempo. A luta por recursos, a definição de fronteiras e a afirmação de identidades territoriais são aspectos que revelam a dinâmica das interações sociais e as disputas por controle e influência.

As análises de forma transdisciplinar do território são fundamentais, pois permite exames ricos e profundos dos territórios. Ao integrar conhecimentos de diversas áreas, como geografia, sociologia, antropologia e ecologia e é possível entender melhor os mecanismos que regem a organização espacial e as relações que se estabelecem dentro desse contexto. A abordagem holística é essencial para tratar questões contemporâneas, como sustentabilidade e conflitos territoriais, proporcionando uma visão completa e integrada das realidades territoriais.

2.3 USINAS HIDRELÉTRICAS NO AMAPÁ

A materialização de grandes obras de infraestrutura exemplifica a apropriação do território, atendendo às demandas externas e refletindo interesses econômicos que frequentemente se sobrepõem às necessidades locais e ambientais (Santos, 1999). A artificialização do meio natural, a partir de técnicas desenvolvidas pela sociedade atual, permite moldar a natureza para fins econômicos, muitas vezes degradando a biodiversidade e a cultura local. Processo que envolve complexas teias de relações sociais, políticas e econômicas que influenciam na utilização e transformação do território. Assim, o espaço geográfico se destaca como a apropriação da natureza pelo trabalho social, resultando na reconfiguração territorial. Esse processo envolve implementação de grandes projetos para atender demandas externas, alterando a organização do espaço e refletindo as ações de grupos sociais e econômicos.

Os projetos de infraestrutura na Amazônia são amplamente guiados por uma estratégia macro desenvolvida pelo Governo Federal e a construção de hidrelétricas na Amazônia se tornou uma prioridade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas construções não só transformam a paisagem, mas, atuam como elementos (re)estruturadores da organização do território, influenciando o processo de ocupação e redefinindo as dinâmicas de uso do espaço por diversos atores sociais (Cavalcante, 2008). A priorização dessas obras pelo governo reflete a visão de desenvolvimento que busca equilibrar a necessidade de energia com os desafios ambientais e sociais da região.

Entretanto, a implementação desses projetos não é isenta de controvérsias. Frequentemente, as hidrelétricas geram tensões entre interesses de desenvolvimento econômico e a preservação e conservação ambiental, além de impactar comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais locais. Por isso, é crucial promover diálogos abertos e inclusivos entre todos os envolvidos, visando um modelo que respeite tanto as necessidades de crescimento, quanto a sustentabilidade da biodiversidade da Amazônia.

Além das implicações sociais e econômicas, o setor de energia no Brasil desempenha papel crucial na política nacional. As grandes empresas do setor energético, incluindo construtoras e fabricantes de equipamentos, têm influência significativa nas decisões políticas. A interconexão entre o setor privado e o Estado é evidente, com complexo arranjo de interesses que envolve tanto empresas nacionais quanto transnacionais.

As hidrelétricas, enquanto grandes empreendimentos, simbolizam as tensões entre desenvolvimento econômico e preservação e conservação ambiental. Sua materialidade se revela nas transformações físicas do território, na alteração dos cursos d'água, na formação de reservatórios e na modificação dos ecossistemas locais. Essas mudanças impactam diretamente as comunidades que dependem desses ambientes, levantando questões sobre direitos territoriais e preservação da cultura local (Sevá Filho, 2004).

A análise das relações entre formas e conteúdo no espaço geográfico exige abordagem multidimensional, que considere não apenas a infraestrutura das usinas, mas, o contexto social, econômico e ambiental em que estão inseridas. Adicionalmente, é crucial avaliar a interconexão entre as UHE e a crescente exploração dos bens naturais na Amazônia. O aumento da demanda por energia, impulsionado por um modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, coloca a área em uma encruzilhada. A exploração excessiva dos recursos pode resultar em degradação ambiental, perda de biodiversidade e deslocamento de comunidades tradicionais, que frequentemente são as mais impactadas por essas intervenções.

No Amapá o potencial hidrelétrico é um dos principais recursos do estado, destacando sua posição estratégica em relação aos interesses do capital nacional e internacional. A UHE Coaracy Nunes, a primeira hidrelétrica construída na Amazônia, está situada no rio Araguari. Sua construção foi autorizada pelo Decreto nº 2.740, em 1956, quando o Amapá era Território Federal, visando atender à demanda energética da mineradora ICOMI, na década de 1960. A usina, com capacidade inicial de 23 Megawatt (MW), fazia parte do projeto de infraestrutura que incluía o porto de Santana e a Estrada de Ferro do Amapá, voltados para o escoamento de manganês (Lobato, 2021)

Na década de 1990, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou o inventário hidrelétricos realizado pela Eletronorte e Hydros Engenharia, abrangendo as bacias dos rios Araguari, Calçoene, Cassiporé, Tartarugal Grande, Tartarugalzinho e Amapá (Chagas; Lima e Oliveira, 2019). Esse estudo foi fundamental para o leilão das UHE Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão. Estas usinas fazem parte do PAC 2. A UHECC, localizada a montante da UHE Coaracy Nunes, possui potência de 219 MW, suficiente para atender a demanda total do Amapá, e reservatório de 47,9 km², metade do qual já corresponde à calha do rio Araguari. O planejamento dessa usina prevê a operação em regime de fio d'água, minimizando o armazenamento de água e o impacto ambiental na região circundante (Lobato, 2021).

Na primeira década do século XXI, o Amapá emergiu como um importante *locus* de desenvolvimento energético no Brasil, destacando-se pela construção de UHE, como as localizadas no rio Jari (Cachoeira de Santo Antônio) e no rio Araguari (Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão). Esses empreendimentos não apenas refletem a busca por fontes alternativas de energia, mas, oferecem oportunidades para análises das complexas interações entre ações humanas, ambiente natural e dinâmicas sociais que permeiam a Amazônia.

A análise das hidrelétricas no Amapá deve ser considerada como parte de um debate mais amplo sobre a Amazônia e suas potencialidades. É um convite para repensar as narrativas de desenvolvimento e a construção de um futuro em que a justiça social e a sustentabilidade ambiental caminhem lado a lado. Essa reflexão não é apenas necessária, mas urgente, dada a magnitude dos desafios que a região enfrenta em um mundo em rápida mudança. A implantação da UHECC foi um processo metódico e estruturado, que envolveu diversas etapas, desde os estudos iniciais até o início da operação da usina. No Quadro 3 são apresentadas as principais etapas dessa implantação, acompanhadas das respectivas datas e detalhes relevantes e os órgãos envolvidos, como: ANEEL, SEMA/AP e Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP).

Quadro 3 - Informativo da Construção da UHECC

Linha do Tempo de Eventos Importantes:	
1999	Estudos de Inventário do rio Araguari (<i>Despacho ANEEL n° 530</i>)
2008	Processo de Licenciamento Ambiental (<i>SEMA/AP 32.000 1046/2008</i>)
2011	Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (<i>IMAP, n° 13/2011</i>) Leilão ANEEL (<i>Leilão 06/2012</i>)
2012	Estudos de Viabilidade (<i>Despacho ANEEL n° 1.631</i>) Licença Prévia - LP (<i>SEMA/AP-IMAP 112/2012</i>)
2013	Licença de Instalação - LI (<i>SEMA/AP-IMAP 556/2013</i>) Setembro: Início da Construção
2015	Licença de Operação - LO (<i>SEMA/AP-IMAP 0237/2015</i>)
2016	Enchimento do reservatório (<i>Parte do cronograma de construção</i>) Maior: Início da Geração

Fonte: Organizado pelo autor com base nas informações da ANEEL (2012) e Wikipédia (2016).

Observando a Tabela 2, tem-se uma visão geral do processo de implantação da UHECC, no Amapá. A criação da área de abrangência da UHECC teve início em 16 de dezembro de 1999, com a aprovação dos Estudos de Inventário do Rio Araguari pela ANEEL, conforme o Despacho n° 530. Esses estudos foram cruciais para avaliar o potencial hídrico do rio e a viabilidade da construção da usina, identificando seis aproveitamentos que totalizariam 599 MW de potência.

O Licenciamento Ambiental, iniciado em 1º de setembro de 2008, foi essencial para assegurar a conformidade com as normas de proteção ambiental. A Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica, obtida em 2011, garantiu que a utilização da água do rio Araguari para geração de energia não comprometeria os ecossistemas locais, um passo fundamental para o avanço do projeto. Em 2012, a fase do projeto avançou com o Leilão ANEEL 06/2012, que selecionou o projeto da EECC para desenvolvimento. Este leilão foi o ponto de virada, atraindo investimentos e formalizando o compromisso com a construção da UHE, que teria potência instalada mínima de 219 MW, conforme as diretrizes do edital.

A aprovação dos Estudos de Viabilidade, em maio de 2012, e a emissão da LP, no mesmo ano permitiram o início das atividades preparatórias para a construção da UHE. Em 2013, foi obtida a LI, permitindo que as obras da usina começassem efetivamente em setembro, com a participação das empresas Energias de Portugal (EDP) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda (CTG Brasil). E finalmente, a LO foi concedida em 2015, permitindo que a usina se preparasse para entrar em funcionamento. O enchimento do reservatório ocorreu em 2016, e em maio do mesmo ano, a UHECC iniciou a geração de energia, completando assim o ciclo de implantação do projeto.

2.3.1 Impactos Ambientais e Socioterritoriais

A construção de hidrelétricas não só provoca mudanças imediatas no ambiente e na sociedade, mas, desencadeia uma série de dinâmicas sociais e ambientais que podem ter consequências duradouras e complexas. É fundamental que esses impactos sejam considerados em um planejamento mais integrado e sustentável, que busque mitigar os efeitos negativos e promover o desenvolvimento equilibrado.

Os impactos ambientais devem ser avaliados e levando em consideração os indicadores de sustentabilidade. Neste contexto, a AIA é um processo fundamental para entender as consequências das atividades humanas no meio ambiente. Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas que permitem medir e monitorar esses impactos, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais (Sánchez, 2013).

A principal estratégia para atender à demanda nacional de energia envolve a construção de UHE na Amazônia. É comum que esses megaprojetos energéticos causem impactos, pois não consideram as comunidades que habitam o local desejado para sua construção. Isso se reflete na compreensão de que

[...] impacto socioterritorial refere-se a mudanças positivas ou negativas ocasionadas, através de uma diversidade de impactos. Como exemplo, a implantação de uma grande obra de infraestrutura em determinada área e suas repercussões no entorno dessas áreas atingidas pelas suas ações que atinge os mais diversos setores e os atores que ali vivem, e aqui entendido nas dimensões ambiental, econômica, política e social que afetaram os moradores reassentados e o território anterior. Esses impactos geram mudanças que se dão de forma significativa, ao mesmo tempo, em que podem ser duradouras ou permanentes: ‘impactos são mudanças significativas ou permanentes nas vidas das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações’ (Belfort; Cavalcante, 2021, p. 153, apud Roche, 2000, p. 36).

Os agentes econômicos e políticos expropriaram ilegalmente as terras das populações tradicionais, usando a força e a opressão para, também, empregar essas pessoas como mão de obra barata para a exportação de atividades ligadas ao território. Cada ciclo esgota os recursos naturais da região, e com a mudança da dinâmica de vida, muitas pessoas perdem o sentimento de pertencimento ao lugar. Hoje, há locais que são considerados terras das empresas que se estabeleceram no município e não como território dos ribeirinhos que sempre estiveram na região (Carmo; Silva, 2020).

Quando se aborda o território na perspectiva geográfica, é importante considerar a definição de Santos (2003), que destaca que o território vai além da superfície física, desempenhando um papel central na formação da identidade. A identidade reflete o sentimento de pertencimento ao coletivo. Nesse sentido, o território constitui a base para o trabalho, moradia, trocas materiais e espirituais, bem como para o exercício da vida (Santos, 2009).

O território configura-se como uma dimensão fundamental na construção da identidade, que, por sua vez, reflete o sentimento de pertencimento ao espaço. É nesse espaço que se consolidam experiências, formas de resistência e conexões com as ancestralidades, evidenciando a complexidade das relações entre indivíduos e seus ambientes (Santos, 2003). Compreendendo essa relação, pode-se observar como os moradores da comunidade Sapo Seco enfrentam os desafios impostos pela instalação da UHECC, demonstrando sua resiliência e conexão com o território.

A instalação da UHE nesse território tem causado desconforto à população ribeirinha, principalmente àqueles que vivem e dependem do rio. Isso inclui comunidades tradicionais, pescadores e agricultores. O empreendimento energético realizou o EIA/RIMA para obter o licenciamento ambiental, mas não envolveu todas as comunidades que fazem parte do médio Araguari.

A comunidade Sapo Seco, assim como outras comunidades ribeirinhas que estão no médio rio Araguari, não foi considerada como parte da AID, mas sofre efeitos prejudiciais em seu território. Isso ocorre tanto no período de inverno, quando a água do rio fica bastante elevada, quanto no verão, quando a maré baixa muito. Essas mudanças afetam a sobrevivência da comunidade, seja devido à escassez da pesca ou pelas atividades de agricultura e extrativismo vegetal.

Os moradores da comunidade do Sapo Seco concordam que foram e continuam sendo afetados pelo barramento do rio provocado pela UHECC. Antes do barramento, eles cultivavam e colhiam alimentos de suas plantações familiares, como milho, feijão, arroz, mandioca, macaxeira e outros tubérculos comestíveis. No entanto, com a chegada da UHE, suas plantações morrem ou apodrecem antes de amadurecerem. Eles produziam farinha e outros alimentos para sua subsistência e o excedente era comercializado para a compra de outros produtos necessários aos comunitários. A Figura 5 mostra o nível da água na residência e o terreno alagado ao fundo, evidenciando a roça inundada.

Figura 5 - Terreno alagado durante o Inverno



Fonte: MAB (junho, 2019).

O aumento do nível hidrológico do Araguari, impulsionado pelas cheias do rio, tem gerado severos impactos sociais e ambientais na área. As casas ribeirinhas, que antes eram o lar de muitas famílias, agora se veem ameaçadas pelas águas que invadem terrenos e estruturas, forçando os moradores a abandonarem suas residências. Essa situação não é

apenas uma questão de deslocamento físico, mas, implica em perda de vínculos comunitários, tradições e modos de vida que foram construídos ao longo de gerações.

A ‘expulsão’ dos moradores ribeirinhos representa um desafio significativo, pois muitos deles dependem da pesca, da agricultura e do extrativismo para sua subsistência. Com a inundação de suas casas, essas famílias não apenas perdem o abrigo, mas, suas fontes de renda e segurança alimentar. A vida em um ambiente alagado traz consigo a insegurança e vulnerabilidade, uma vez que famílias inteiras são forçadas a se deslocar para a cidade de Porto Grande, para se abrigarem, inclusive abandonando suas propriedades.

Na maioria dos casos, os ribeirinhos perdem os bens e as ferramentas que são fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades laborais na propriedade. A perda das plantações ocorre devido ao alagamento da área da roça. Em geral, as áreas de cultivo são os quintais das casas, por isso, quando há a elevação do nível das águas, não se perde somente a casa, mas também, as áreas plantadas, a pesca e as florestas.

Além do sofrimento humano, a situação das casas alagadas no rio Araguari, também, levanta questões sobre a gestão dos recursos hídricos e a responsabilidade social das empresas que operam as hidrelétricas. É fundamental que haja diálogo entre autoridades, empresas e comunidades afetadas, buscando soluções que minimizem os impactos e promovam a recuperação das áreas afetadas. A construção de políticas públicas que garantam a proteção dos direitos dos ribeirinhos e a preservação e conservação do meio ambiente é essencial para que episódios como esses não se tornem constante na vida das comunidades ribeirinhas.

A Figura 6 retrata um morador retirando uma raiz de mandioca ‘podre’ para demonstrar seu sofrimento. A mandioca é uma cultura essencial para a alimentação e a economia da população local e o alagamento e a saturação do solo, resulta em perdas significativas nas colheitas.

Esse tipo de situação reflete a fragilidade das condições de vida em áreas impactadas por grandes empreendimentos, onde a promessa de desenvolvimento muitas vezes se choca com a realidade vivida pelos moradores, que veem suas culturas e modos de vida ameaçados. Tal situação expõe ainda, a necessidade urgente de planejamento mais consciente e sustentável por parte das autoridades responsáveis pela implementação de projetos hidrelétricos.

Figura 6 - Mandioca podre devido a cheia do rio



Fonte: MAB (junho, 2019).

É fundamental que sejam considerados os benefícios econômicos, os direitos e as condições de vida das comunidades afetadas. O diálogo entre os gestores da UHECC e a população local deve ser fortalecido, buscando soluções que minimizem os impactos ambientais e sociais, garantindo, assim, um equilíbrio entre a geração de energia e a preservação e conservação das formas de vida tradicionais.

Após a estruturação da UHECC os comunitários passaram a enfrentar problemas ainda maiores, pois sofrem com as mudanças ambientais proporcionadas, principalmente, pela elevação do nível da água do rio Araguari. A Figura 7 mostra moradores da margem esquerda (6A) e da margem direita (6B) em seu ambiente de vivência com a água inundando as moradias e a área de produção agrícola, o que deixa os comunitários em insegurança habitacional e alimentar, pois, as casas passam a não ter condições de moradias, pelos riscos iminentes, principalmente com animais peçonhentos (cobras) e de grande porte (onças). Além da insegurança física, há o risco de falta de alimentos, pois o pescado se torna raro, pela mudança no ciclo hidrológico e as plantações apodrecem, antes que sejam colhidos.

Figura 7 - Moradores do rio Araguari: (A) Margem esquerda e (B) Margem direita



Fonte: Arquivo do MAB (2019).

No verão com as manobras da hidrelétrica para permanecer produzindo energia em sua capacidade máxima, a água baixa rapidamente, deixando muitos peixes moribundos, em sua maioria alevinos, que não tiveram tempo de retornar para o rio e assim morrem. A Figura 8 mostra essa situação. Ressalta-se que a base da alimentação da comunidade ribeirinha é o pescado e a consequência desse dano ambiental é a insegurança alimentar.

Figura 8 - Mortandade de peixe após a manobra da UHECC



Fonte: MAB (2019).

As condições atuais da comunidade Sapo Seco levaram alguns ribeirinhos, que dependiam do rio e da terra para sua subsistência, a abandonar seu território e buscar emprego em outras localidades para sustentar a si e suas famílias. Este contexto é visualizado como uma expansão do esquema marxista tradicional ao introduzir a natureza como uma terceira categoria fundamental, equiparável em importância às categorias de capital e trabalho. Essa perspectiva reconhece que a natureza não é apenas um pano de fundo passivo para a atividade econômica, mas um elemento ativo e essencial que interage constantemente com o capital e o trabalho (O'Connor, 1994).

Nesse sentido, o autor argumenta que a produção capitalista não ocorre no vácuo, mas está intrinsecamente ligada ao meio ambiente natural, do qual extrai recursos e ao qual retorna resíduos. A natureza, portanto, deve ser vista como um participante ativo na economia, influenciando e sendo influenciada pelas dinâmicas de capital e trabalho. Ao considerar a natureza como uma categoria separada, destaca-se a necessidade de análises mais holística da economia, que leve em consideração os impactos ambientais e a sustentabilidade dos sistemas produtivos. Isso implica reconhecer que a exploração excessiva dos recursos naturais pode levar a uma crise ecológica que, por sua vez, afeta a capacidade de produção e a estabilidade do capital e do trabalho (O'Connor, 1994).

A inclusão da natureza como uma categoria marxista essencial, também, reflete uma crítica ao modelo de desenvolvimento que ignora os limites ecológicos e a interdependência entre os sistemas humanos e naturais. Assim, contribui para o debate sobre a relação entre economia e ecologia, enfatizando a importância de considerar as consequências ambientais das atividades econômicas e a necessidade de desenvolver práticas mais sustentáveis (O'Connor, 1994). Assim, também ocorreu com as transformações territoriais no alto rio Madeira impulsionadas por hidrelétricas (Cavalcante, 2012), notando-se que os impactos gerados pelas hidrelétricas são complexos e podem ser classificados em duas categorias principais: os impactos imediatos e os impactos processuais.

a) Impactos Especulativos - Ocorre na fase de planejamento e implantação das usinas hidrelétricas, mesmo antes do começo da construção. Nesse período, a comunidade enxerga na obra uma oportunidade de prosperidade, impulsionada pelo aumento do mercado local e pela geração de empregos, o que gera expectativas otimistas. Contudo, também surgem preocupações quanto à insegurança, aos impactos ambientais e ao futuro das populações atingidas. Além disso, há potencial para o desenvolvimento econômico, envolvendo a

criação de empregos, instalação de indústrias, migração de trabalhadores, expansão do comércio local e especulação imobiliária, incluindo investimentos na construção civil

b) Impactos Imediatos - São os efeitos diretos e imediatos da construção das hidrelétricas. Durante a fase de construção, há uma série de consequências que podem ser observadas, como a alteração do ecossistema local, deslocamento de comunidades, aumento da poluição e degradação do solo. A construção de grandes barragens geralmente requer a inundação de vastas áreas, o que pode resultar na perda de biodiversidade e *habitat* natural. A mobilização de trabalhadores para a construção pode levar a um aumento temporário na população local, o que gera pressão sobre os serviços públicos existentes, como saúde, educação e infraestrutura.

c) Impactos Processuais - Por outro lado, os impactos processuais se referem a efeitos que se desenvolvem ao longo do tempo, muitas vezes como consequência dos impactos imediatos. Por exemplo, a pressão sobre as UC pode aumentar à medida que a população local se expande em busca de recursos e espaço. O desmatamento pode se intensificar à medida que novas áreas são abertas para agricultura ou urbanização, exacerbando problemas ambientais e climáticos e territoriais.

O entendimento sobre a pressão por desenvolvimento econômico e seus impactos nos conflitos de interesses destaca a complexidade desse tema nas discussões contemporâneas sobre sustentabilidade e políticas públicas (Locatelli, 2009). Em um mundo cada vez mais interconectado, é fundamental refletir sobre como o crescimento econômico pode influenciar negativamente tanto o meio ambiente quanto a sociedade. Essa análise leva a compreensão de que, embora o desenvolvimento econômico seja frequentemente visto como um objetivo primordial, ele pode gerar consequências adversas que precisam ser urgentemente abordadas.

Por outro lado, o papel do mercado, representado por concessionárias e grandes fornecedores, ilustra como as dinâmicas econômicas moldam as decisões políticas. Esses atores visam maximizar lucros, o que pode resultar em projetos que desconsideram impactos sociais e ambientais adversos, especialmente em relação às comunidades atingidas. Assim, os empreendimentos hidrelétricos são frequentemente objeto de AIA devido à sua capacidade de alterar significativamente o meio ambiente e as comunidades locais. A construção de represas e a inundação de áreas para a formação de reservatórios podem levar à perda de biodiversidade, deslocamento de populações e mudanças nos ecossistemas

aquáticos e terrestres (Berman, 2007).

A AIA é crucial para que os responsáveis pela tomada de decisão tenham visão clara dos possíveis impactos ambientais de um projeto hidrelétrico. Isso inclui a análise de como a construção e a operação da usina podem afetar a qualidade da água, da fauna e da flora locais, além da saúde e bem-estar dos comunitários que vivem nas proximidades. Medidas de controle e mitigação devem ser propostas para minimizar os impactos negativos, como a criação de áreas protegidas, programas de reabilitação ambiental e compensações para as populações atingidas.

3 ENTRE ÁGUAS E MEMÓRIAS: A VIDA NA COMUNIDADE SAPO SECO

A construção e operação de hidrelétricas muitas vezes resultam em deslocamento de comunidades locais, perda de biodiversidade e degradação ambiental. Essas consequências negativas revelam uma contradição intrínseca: enquanto a energia gerada é apresentada como um motor de desenvolvimento, as comunidades afetadas frequentemente não se beneficiam desse progresso. Assim, a UHE se torna um objeto técnico que, embora simbolize a racionalidade e a eficiência, também, evidencia a necessidade de uma reflexão crítica sobre os impactos sociais e ambientais de suas operações (Berman, 2007).

É essencial que a discussão sobre as hidrelétricas vá além da mera análise técnica e econômica. É preciso considerar as vozes das comunidades afetadas e buscar formas de desenvolvimento que sejam verdadeiramente sustentáveis e inclusivas. Esta reflexão reexamina o conceito de progresso e questiona quem realmente se beneficia do modelo de desenvolvimento associado às grandes obras de infraestrutura (Santos, 2003).

Portanto, ao considerar os conflitos socioambientais como oportunidades de diálogo e reconstrução de narrativas, é possível vislumbrar um futuro em que o desenvolvimento não seja apenas medido pelo crescimento econômico, mas também, pela qualidade de vida das populações afetadas e pela preservação dos recursos naturais. Essa perspectiva é reforçada quando se enfatizam a importância de reconhecer as diferentes lógicas e percepções em relação ao uso do espaço geográfico e dos recursos naturais, o que pode ajudar a mitigar conflitos e promover soluções mais justas (Brito; et al, 2011).

Na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado como um campo de reconhecimento da crise socioambiental mundial. Esse conceito apresenta duas perspectivas: de um lado, o clássico crescimento econômico a qualquer custo e, do outro, a proposição de um desenvolvimento com sustentabilidade. Ao comentar sobre esse tema, Brito, et al (2011) citam:

O novo paradigma econômico se constituiu viável com aplicabilidade em várias comunidades, passando a provocar, com maior evidência e frequência, os conflitos socioambientais. Estes se constituem a partir das diversas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum (exploração da natureza) e surgem em função de superposição de usos e de percepções diferentes, inclusive antagônicas, de um determinado espaço geográfico ou recurso natural. Neste contexto ocorrem disputas que envolvem atores sociais com perspectivas distintas em relação à natureza, aparecendo às zonas de tensão que dão origem aos conflitos socioambientais (Brito, et al, 2011, 53).

A citação demonstra que embora existam avanços teóricos e das discussões em torno desse tema, o equilíbrio entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade dos recursos ainda é um desafio para muitos países e organizações. Os conflitos relacionados a essas dimensões continuam presentes em diversas partes do mundo, evidenciando a complexidade dessa questão. Outras correntes de pensamento trazem o entendimento de que os conflitos também abrem a possibilidade de se perceber que alguns grupos sociais sofrem consequências mais severas pela implementação de projetos industriais, econômicos e ambientais do que outros (Souza; Milanez, 2016).

Essa afirmação ressalta a importância de identificar e analisar os impactos diferenciados que determinados projetos podem ter sobre diferentes grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados. É fundamental considerar que a tomada de decisões em relação a políticas públicas e projetos de desenvolvimento considere não apenas os interesses econômicos e ambientais, mas, aspectos sociais e humanos envolvidos.

Os conflitos que surgem em decorrência desses projetos, também, evidenciam a necessidade de promover participação mais ampla e democrática da sociedade no processo de tomada de decisões. É necessário garantir que os grupos de atingidos tenham voz e sejam ouvidos, de forma a minimizar os impactos negativos e os conflitos socioambientais, além de buscar soluções que sejam mais justas e equitativas para todos.

3.1 ANTES, A NATUREZA ERA MAIS BONITA

A entrevista com a moradora 1 da comunidade do Sapo Seco revela uma narrativa rica e comovente sobre a vida local, marcada por mudanças significativas devido à chegada da UHECC. A seguir, apresenta-se algumas reflexões sobre os principais pontos abordados na conversa:

Eu moro aqui na comunidade do Sapo Seco desde 2010. Minha história de vida começou de uma maneira inesperada, quando cheguei aqui para trabalhar. Durante esse período, conheci um morador local, nos apaixonamos e acabamos nos casando. Desde então, construímos nossa vida juntos neste lugar, e aqui estamos até hoje, em nossa comunidade (Moradora 1, 2025).

A trajetória da moradora 1 ilustra como a relação emocional com a comunidade é fundamental para entender a importância desse local para os moradores. Para ela, a

comunidade representa, além de um espaço físico, uma parte essencial de suas vidas e identidades. A descrição do rio e da paisagem revela um forte vínculo com a natureza, e suas observações sobre as condições climáticas expressam certa nostalgia ao comentar

O que mais me marcou ao vir morar aqui foi o rio, que é muito bonito, especialmente no verão. A paisagem é linda, a floresta é maravilhosa, e isso realmente marca a vida da gente aqui. Antes, a natureza era ainda mais bonita. Hoje, infelizmente, é um pouco mais triste de ver. [...] no verão, o rio era lindo, com a água baixando bastante, e a gente ficava só nos canais. As pedras ficavam todas expostas. No inverno, tudo voltava ao normal (Moradora 1, 2025).

É impressionante como a natureza pode impactar a vidas de maneira profunda. A descrição do rio serve como um símbolo de beleza e renovação, refletindo as atividades sazonais. No verão, quando a paisagem se transforma, o rio, com suas águas baixas, revela um cenário deslumbrante, onde as pedras expostas criam um espetáculo natural que proporciona momentos de lazer e conexão com o ambiente.

Com a chegada do inverno, tudo retorna ao seu estado habitual, e a beleza do rio se transforma novamente, evidenciando seu poder e força. É triste saber que, ao longo do tempo, a natureza sofreu mudanças e que a beleza que antes era abundante agora apresenta sinais de desgaste. O contraste entre o passado e o presente, onde a beleza do rio e da floresta é ressaltada, evidencia preocupações ambientais que permeia a vida cotidiana dos moradores.

A abordagem a partir da dinâmica territorial destaca as distinções entre práticas e estruturas antigas e novas, revelando como estas mudanças impactam a organização do espaço (Verdum, 2005). Ela envolve a análise das diversas manifestações sociais que ocorrem ao longo do tempo e em diferentes espaços, permitindo identificar as transformações que marcam o processo de ocupação e uso do território.

A relação com a natureza é fundamental para entender a dinâmica territorial pois a moradora 1 ao tecer sua conexão com o ambiente, traz às memórias e experiências e traça os contrastes entre as estações, como a transição do verão para o inverno, refletindo ciclos de vida e a resiliência da natureza mostrando a diferença no território em que vive com interferência de empreendimento hidrelétrico. A vida na comunidade era marcada pela abundância e pela harmonia com a natureza. Os habitantes desfrutavam de produção satisfatória, que assegurava que não enfrentassem prejuízos significativos. O ciclo de plantio e colheita era respeitado, permitindo que os roçados florescessem no tempo certo.

Aqui, como moramos em torno da floresta e da reserva, vivemos de peixes. Temos a permissão para caçar alguns animais e abater para comer. Também fazemos farinha e cultivamos roças. [...] Nossa vida aqui era boa, tínhamos bastante produção e não enfrentávamos prejuízos. Plantávamos roças e colhíamos no tempo certo (Moradora 1, 2025).

A forma de subsistência da comunidade é ligada ao ambiente natural que a cerca, caracterizada pela convivência harmoniosa entre os habitantes e a floresta. Eles dependem amplamente dos recursos hídricos, principalmente dos peixes que habitam os rios e lagos nas proximidades. Com a permissão para caçar alguns animais, essa prática se torna uma fonte adicional de alimento, permitindo que a dieta da população seja diversificada e balanceada. A caça, embora regulamentada, é vista como uma atividade essencial para a manutenção da cultura e das tradições locais.

O morador 2 ao ser entrevistado compartilhou sua história pessoal, destacando a perda de seu pai e sua migração temporária para Porto Grande, mas, retorna ao Sapo Seco, onde vive há mais de vinte anos. Essa experiência vivida confere ao seu relato um peso emocional significativo, evidenciando a importância da comunidade em sua vida e como ela moldou suas memórias e sua identidade, descrevendo assim.

Eu nasci aqui na comunidade Sapo Seco. Com 10 anos de idade, perdi meu pai e tivemos que migrar para Porto Grande. Depois de um tempo, retornei ao Sapo Seco. Hoje, como morador, já há mais de 20 anos, já vi muita coisa boa e muita coisa ruim aqui no Sapo Seco. E é por aí. Bem, tem dois lados, né? O lado positivo, como morador do Sapo Seco, era a fartura, a água limpa, a calma que era aqui. Era bom de se viver. E o lado negativo é que hoje tudo está diferente: escassez de peixe, água contaminada e muita coisa ruim, muita coisa ruim mesmo (Morador 2, 2025).

Ao discutir as condições de vida na comunidade, o morador 2 menciona os contrastes entre o passado e o presente. Ele recorda tempos em que a fartura, a água limpa e a tranquilidade reinavam, enquanto atualmente enfrenta a escassez de recursos como peixes e água potável. Essa mudança não é apenas um reflexo da degradação ambiental, mas também, uma manifestação da luta contínua pela sobrevivência em um ambiente que se tornou hostil e afirma que

A nossa subsistência aqui é peixe, carne, a gente faz horta, faz farinha, planta macaxeira e tudo isso é o implemento para o nosso dia a dia, para a nossa alimentação. [...] antes da chegada da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão era muito bom, era muito bom. A gente montava uma malhadeira ou um anzol que fosse e, rapidinho, a gente pegava o que comer. Eu sempre

digo que, hoje, se viessem famílias de fora para morar na beira da Araguari, ele passava uma semana e procurava ir para a cidade, porque só sobrevive hoje aqui quem está acostumado, quem conhece o lugar, sabe pescar (Morador 2, 2025).

O morador 2 destaca a interdependência no que se refere a forma de subsistência entre a comunidade e seus recursos naturais, ressaltando como a chegada da hidrelétrica alterou radicalmente esse equilíbrio. A preocupação com a forma de sobrevivência das possíveis entrada de novos moradores no espaço seria inviável, pois não conseguiriam se manter diante da situação atual.

A entrevista com a moradora 3 da comunidade do Sapo Seco revela não apenas as experiências pessoais de vida, mas, o impacto significativo que a barragem teve na vida dos habitantes da comunidade. A narrativa começa com uma reflexão sobre a história de vida da entrevistada, que, embora seja predominantemente positiva, é marcada por desafios que surgiram após a construção da barragem.

Minha história de vida como moradora da comunidade do Sapo Seco, desde quando eu moro aqui, é boa. Só que foi melhor ainda. Ficou ruim depois da barragem. [...] algo que marcou minha a vida na comunidade do Sapo Seco foi a água grande, que antes era água baixa. O Sapo Seco secava que a gente andava puxando canoa. E hoje em dia não dá mais fazer isso (Moradora 3, 2025).

A mudança nas condições da água é um ponto crucial, pois antes a água era baixa e acessível, permitindo atividades como a pesca e o transporte com canoas. A transformação do ambiente aquático, que agora apresenta um nível de água mais alto e incontrolável, simboliza perda não só de recursos naturais, mas, de tradições e modos de vida que eram parte fundamental da cultura local. Outro aspecto importante mencionado pela moradora 3 é a subsistência da comunidade, que gira em torno da agricultura, especialmente da mandioca e do cupuaçu. A relação com a natureza é central para a sobrevivência da comunidade, e as mudanças trazidas pela hidrelétrica impactaram diretamente a produção e a disponibilidade de alimentos.

O relato destaca a luta pela sobrevivência em um contexto em que as enchentes se tornaram mais frequentes e devastadoras, resultando em dificuldades para manter as roças e garantir a alimentação. Essa realidade reflete um dilema comum em comunidades afetadas por grandes obras de infraestrutura, onde o desenvolvimento prometido muitas vezes vem acompanhado de perdas significativas, como demonstrado a seguir.

A vida na comunidade antes da chegada da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão era Boa. Era boa porque era mais fácil, mais fácil, né? Peixes, essas coisas assim. Porque a Cachoeira Caldeirão, depois que chegou, ficou complicado para a gente, que mora aqui, na época da enchente. E vai tudo para o fundo. Principalmente as roças com a chegada da hidrelétrica mudou muita coisa. Mudou sobre o que eu falei, né? Sobre as enchentes. E sobre a alimentação, para a gente ficou mais escasso (Moradora 3, 2025).

Segundo a moradora 3 antes da construção UHECC, a vida na comunidade era marcada por simplicidade e relação harmônica com a natureza. As pessoas desfrutavam de um cotidiano mais fácil, com acesso abundante a peixes e outros recursos naturais, porém, com a construção da hidrelétrica as condições de vida ficaram mais difíceis, ou seja, perdeu-se a qualidade de vida.

A história compartilhada pelo morador 4 revela sua trajetória de vida como morador da comunidade do Sapo Seco, sua entrada na comunidade ocorre em 1998 ao comprar um terreno de uma moradora antiga do lugar, uma figura que, embora desconhecida por alguns, deixa sua marca na memória local.

Eu cheguei aqui, nesse terreno aqui, em 98 na comunidade Sapo Seco. Comprei isso aqui da Dona Elza. O Nenê não sabe quem é dona Elza ela já é falecida. Comprei isso aqui nesse tempo. E de lá para cá, vim morando desde esse tempo. Depois eu saí, passei uns dias fora, que eu fui para o Maranhão. Voltei de novo, que eu tinha plano de trazer uma família minha para assentar aqui nesse tempo (Morador 4, 2025).

A narrativa do morador 4 demonstra sua ligação com a comunidade Sapo Seco, mesmo não tendo nascido no local, traz como lembranças as transformações que ocorreram ao longo dos anos. O relato menciona a passagem pelo Maranhão e o desejo de trazer familiares para compartilhar o espaço, destacando a importância dos laços familiares e da construção de um novo lar. Mas, em seu retorno se depara com uma mudança de gestor no espaço e a criação da FLOTA e revela que

Quando eu voltei, não podia mais derrubar pau, não podia mais derrubar roça. Na época que eu comprei aqui, na verdade, aqui quem governava era o IBAMA. Não tinha ICMBIO. Aí, depois que criaram o ICMBIO. Aí, agora criaram a tal de FLOTA. Eu não sei nem o que é FLOTA. Mas, de lá para cá, sempre a gente vem trabalhando aqui, vivendo aqui. E a vida era outra. Hoje está bem diferente. Certo. Bem diferente (Morador 4, 2025).

No entanto, a mudança nas regulamentações ambientais, com o IBAMA e, posteriormente, com a criação da FLOTA e do ICMBio, trouxe desafios e limitações para a vida no campo, alterando a relação com a terra. Havia um tempo em que a vida era diferente sugerindo contrastes entre a simplicidade do passado e as complexidades do presente, refletindo as dificuldades enfrentadas pela comunidade diante de um cenário em constante mudança.

A resiliência e a adaptação a essas novas realidades são evidentes, mostrando que, apesar das adversidades, a vida continua a ser construída com esforço e resistência. O morador 4 explica que a implementação dessas novas normas ambientais marcou como habitante da comunidade Sapo Seco que, de certa forma, condenam a comunidade a uma existência precária. A realidade que ele observa é a de um custo de vida insuportável, diferente do passado, quando havia uma vida simples e percebe, assim como o morador 2, que alguém que chegasse agora, não conseguiria se estabelecer na comunidade.

[...] o que mais me marcou foi essas leis agora que criaram, que a gente não pode mais viver aqui. Não tem como. O custo de vida hoje aqui, eu costumo dizer para as pessoas que não sabem, eu já estou *caliçado* aqui, morando aqui já esse tempo todinho. Mas se, chegar hoje uma pessoa para vir morar aqui, ele não fica aqui. Não fica porque não tem como ele ficar. Ele vai custar demais se acostumar com como nós já estamos vivendo. Nós não temos mais peixe.

Nós não podemos derrubar um pau para fazer uma roça. Na verdade, nós não estamos nem vivendo. Nós estamos só vegetando aqui. Porque não tem mais direito de viver (Morador 4, 2025).

É um contraste doloroso, enquanto o morador 4 se adaptou ao que tem, uma nova pessoa se depararia com um cenário desolador, onde a escassez de recursos é constante. A falta de peixe, um alimento que sempre fez parte da cultura e sustento da região ribeirinha, e as restrições que impedem a realização de plantações, deixam a comunidade à mercê de uma sobrevivência quase vegetativa. Para este morador, antes era uma vida vibrante, mas, se transformou em uma mera existência, pois, na verdade, não há mais o direito de viver plenamente. A sensação de impotência é avassaladora, e a luta pela sobrevivência se torna cada vez mais desgastante para ele e para aqueles ao seu redor. Ao ser perguntado sobre sua forma de subsistência o colaborador da pesquisa responde:

Hoje nós estamos vivendo quase de nada, porque nós não podemos mexer com nada. Nós não podemos pegar uma caça. Nós não podemos pegar um peixe onde tem. O peixe se acabou? não. Ele migrou, ele saiu daqui. Um

tanto deve ter subido com essa enchente que teve aí dessa água da barragem. Sumiu. Tem seu Nena aqui é um pescador também que nem eu. Nós não temos mais peixe. E nós não podemos derrubar a floresta para fazer roça, porque os órgãos não deixam. Caça nós não temos mais. E nem tem direito de matar, arma, ninguém pode ter uma na mão. E munição ninguém pode comprar. Então hoje nós estamos vivendo quase de nada aqui. Não tem mais nada para nós viver. Então o que aconteceu com nós? Eu não sou contra preservação, mas o que acontece? O governo ficou com a caça. O governo ficou com a madeira. O governo ficou com o ouro, com a pedra e com tudo. E nós ficamos para morrer de fome (Morador 4, 2025).

A resposta do morador 4 revela um retrato doloroso e complexo da luta pela subsistência em uma comunidade que enfrenta severas restrições impostas por fatores externos. A frase inicial, "Hoje nós estamos vivendo quase de nada", encapsula a angústia e a frustração de quem se vê privado de suas fontes tradicionais de alimento e sustento. A proibição da caça e da pesca, que antes eram práticas cotidianas, simboliza a perda de autonomia e a pressão exercida por órgãos governamentais que, ao buscarem a preservação ambiental, acabam por desconsiderar as necessidades básicas das comunidades locais.

O relato do morador 4 sobre a migração do peixe e a devastação das plantações de mandioca é testemunho da realidade devastadora que ele e sua comunidade enfrentam. A crítica ao governo, que "ficou com a caça", "com a madeira", "com o ouro" e "com a pedra", revela a sensação de injustiça e abandono. O morador expressa sentimento de que, enquanto os recursos naturais são apropriados e regulamentados por entidades externas, os verdadeiros guardiões e conhecedores da terra são deixados à margem, lutando para sobreviver.

Essa narrativa enfatiza a necessidade urgente de um diálogo mais inclusivo entre autoridades e comunidades tradicionais, onde as vozes locais sejam ouvidas e consideradas nas decisões que afetam suas vidas. A menção à enchente da barragem e à roça que agora está morta ilustra como os fenômenos ambientais, exacerbados por ações humanas, afetam diretamente a produção de alimentos. Essa dicotomia entre preservação/conservação e sobrevivência gera sentimento de impotência, à medida que os moradores assistem ao desaparecimento de elementos da natureza que sempre foram parte integrante de suas vidas. Tendo em vista a situação de subsistência, o morador 4 traz mais informações angustiante sobre sua produção enquanto agricultor:

E qual é a forma de subsistência que a comunidade produz? Bom, aqui o que nós produzíamos, o que nós não estamos mais produzindo. Eu tenho 16 tarefas de roça aqui. Se nós irmos hoje naquela roça que o senhor foi

comigo naquele tempo, o senhor não vai chorar porque não é dono. Mas toda vez que eu vou lá eu choro. Porque morreu toda aquela mandioca, senhor. Apodreceu tá toda apodre lá. Eu levo e qualquer pessoa pode puxar os troncos, porque eu não sei o que acontece. Antigamente nós deixávamos a mandioca de 3, 4 anos aí na capoeira. E todo tempo nós tínhamos a mandioca para fazer farinha. Hoje nem para dizer, eu estou vivendo de roça, eu não posso dizer isso. Porque eu planto, mas não colho, porque não dá tempo. Quando a mandioca não apodrece, o rio enche a lagoa toda, ou mata e morre tudo dentro da água. Então, estamos quase sem opção de vida. Essa é a verdade (Morador 4, 2025).

O pesar pelo que foi perdido é perceptível e a afirmação de que "hoje nem para dizer que estou vivendo de roça" reflete a profunda frustração diante da incapacidade de cultivar o que antes era abundante. A saudade de tempos em que a mandioca era uma fonte segura de sustento contrasta com a realidade de hoje, onde até os ciclos naturais parecem ter sido interrompidos.

A declaração "estamos quase sem opção de vida" é um grito de alerta sobre a situação crítica em que se encontram. O desespero e a falta de alternativas viáveis para a subsistência geram um ciclo de vulnerabilidade e desespero. O apelo do morador não é apenas por compreensão, mas por justiça e reconhecimento de seus direitos de viver de maneira digna e sustentável, em harmonia com a natureza que sempre foi sua casa. Essa realidade deve ser urgentemente abordada, pois a preservação da cultura e da vida das comunidades tradicionais é tão importante quanto a conservação e preservação do ambiente.

O trabalho árduo do agricultor ribeirinho é frequentemente subestimado e desvalorizado, mesmo sendo a espinha dorsal da segurança alimentar e da economia local. A realidade enfrentada por muitos agricultores, como o relato que se apresenta, revela a profunda dor e frustração que acompanham a perda de uma roça que levou anos para ser cultivada e cuidada.

A relação íntima que esses agricultores têm com a terra é repleta de sacrifícios, dedicação e esperança e ver seus esforços serem frustrados por condições climáticas adversas ou pela degradação do solo é uma experiência devastadora. A perda da mandioca, alimento básico e fundamental para a subsistência da comunidade, não representa apenas a destruição de uma colheita, mas a quebra de um ciclo de vida que sustenta famílias inteiras.

O morador 4 menciona a impossibilidade de viver de sua roça, com sentimento de impotência que ecoa entre muitos na comunidade, que dependem da agricultura familiar para sua sobrevivência. A falta de tempo para cultivar e cuidar das plantações, somada às incertezas trazidas por fenômenos como o aumento das chuvas e a inundação das terras,

contribui para um cenário de desespero. Essa situação agrava ainda mais a vulnerabilidade social e econômica, deixando os agricultores sem opções viáveis de vida e sem a capacidade de prover para suas famílias. É um chamado urgente para que a sociedade e os governantes reconheçam e valorizem o papel crucial dos agricultores familiares, promovendo políticas que garantam sua proteção, acesso a recursos e tecnologias que possam minimizar os impactos das mudanças climáticas e assegurar a continuidade de suas atividades.

A história de vida do morador 5 está entrelaçada com a comunidade do Sapo Seco, onde nasceu e cresceu. Desde que veio ao mundo, essa região tem sido seu lar. Embora tenha trabalhado fora por um tempo, sempre que possível, retornava à comunidade. A sensação de pertencimento e a ligação com suas raízes são tão fortes que nunca considerou deixar o lugar que o moldou.

Na verdade, eu moro aqui... eu nasci aqui na região, né? E nunca saí daqui. Quer dizer, eu trabalhei um pouco fora, mas eu não tinha casa no Porto Grande, e nas folgas eu voltava para cá. Eu sempre morei aqui. Nunca saí daqui para lugar nenhum. Nenhuma história de vida, né? Na verdade, é assim... minha história de vida, se for contar [...] o burro chora. Ah, tive muita dificuldade no início, que o meu pai faleceu, a gente [...] teve que ficar sozinho, né? Porque o papai era o esteio da casa, né? E a gente, como morador da região aqui, não tinha acesso, não tinha conhecimento com a cidade, essas coisas. Ninguém sabia nem onde ia comprar um pão. Essa foi uma das maiores dificuldades (Morador 5, 2025).

Desde a perda de seu pai, a vida do morador 5 tomou um rumo desafiador. Demonstra que o pilar da casa era seu genitor e sua ausência fez com que ele tivesse que assumir responsabilidades que, em um momento normal, seriam compartilhadas dentro da família. A falta de orientação e conhecimento sobre a vida na cidade complicou ainda mais o desenvolvimento de sua vida. O morador lembra de como era difícil até mesmo saber onde comprar um pão. Essa era uma realidade dura, que muitos que cresceram ali podem entender perfeitamente.

Após a partida do pai, a vida se transformou em uma luta constante para encontrar o seu lugar no mundo. Ele teve que ser pai, filho e irmão, tudo ao mesmo tempo. No entanto, com o tempo e muito esforço, conseguiu criar seus irmãos ao lado de sua mãe. O morador 5 agradece a Deus, pois hoje todos estão bem e têm suas próprias histórias. Essa transição foi a fase mais desafiadora de sua vida, mas, o ensinou muito sobre resiliência e a importância da família. Cada dificuldade enfrentada moldou quem é hoje e fortaleceu os laços que tem com a comunidade do Sapo Seco.

A história de vida interessante na comunidade do Sapo Seco é da moradora 6. A comunitária afirma que sua vida no rio Araguari inicia em 1993, e revela um passado marcado por tranquilidade e boas condições de vida. Quando ela chegou à comunidade, tudo era diferente, a ausência de carapanãs (insetos da família *Culicidae*) permitia um trabalho mais sereno e uma convivência harmoniosa.

A minha história de vida na comunidade do Sapo Seco é desde 93. Então, quando eu cheguei a morar na comunidade do Sapo Seco, era muito bom, não existia carapanã, a gente trabalhava tranquilo. Então, hoje é difícil [...], porque quando chega esse período devido à água, dá muita carapanã, muita formiga de fogo, aí se torna um pouco difícil. A minha casa vai pro fundo todos os anos, depois dessa hidrelétrica (Moradora 6, 2025).

No entanto, com o passar do tempo e a construção da hidrelétrica, as dificuldades começaram a se intensificar. O aumento do nível da água transformou a rotina, fazendo com que a casa da moradora 6 fosse constantemente inundada, obrigando-a a passar grande parte do inverno em Porto Grande. As memórias de um tempo em que a vida era pacífica contrastam com a realidade atual, onde a produção de alimentos, como mandioca e banana, se tornou um desafio. A dependência das condições climáticas e o impacto da água que alaga as terras transformam a colheita em um jogo de sorte, onde muitas vezes a pessoa se vê forçada a aproveitar apenas metade do que poderia ser colhido.

De primeiro, ela entrava, mas o máximo que passava, cheia, era duas semanas, a água baixava, nós voltávamos para nossas casas. Hoje, a gente passa a maioria do inverno aqui no Porto Grande, porque não tem como ficar na minha casa, que vai tudo pro fundo. Inclusive, a defesa civil é parte disso, porque eles sempre vão lá dar a cesta básica pra nós, o colchão, alguma coisinha, uma água. Quando vão lá, eles sabem que a gente passa essa dificuldade depois dessa cachoeira caldeirão. É isso que nós estamos enfrentando, a dificuldade, que de primeiro não era assim. Vem começar esse sofoco pra nós depois da cachoeira Caldeirão (Moradora 6, 2025).

A situação da água do rio Araguari na comunidade Sapo Seco, após o barramento promovido pela UHECC, como bem coloca a moradora 6 revela um novo e angustiante cenário para os moradores locais. Antes, o ciclo natural das águas permitia que o rio enchesse e esvaziasse em um ritmo que respeitava a rotina da comunidade, permitindo que as famílias retornassem às suas casas após breves períodos de enchente. Este cenário é comum em áreas de barragens na Amazônia brasileira, onde os impactos têm consequências diretas na perda de vegetação e, além de afetar as áreas inundadas, impactam diversos atores sociais que

habitam a região. Isso é especialmente significativo para os povos e comunidades tradicionais, que, ao serem desterritorializados, enfrentam a perda de peixes e outros recursos essenciais advindo dos rios (Fearnside, 2015).

No entanto, o impacto da construção da UHECC transformou radicalmente essa dinâmica. Atualmente, muitos moradores se veem forçados a passar a maior parte do inverno em áreas elevadas, como o Porto Grande, devido à inundação constante de suas residências. A dependência de assistência da defesa civil, que fornece cestas básicas, colchões e água, é um reflexo claro da nova realidade enfrentada por esses indivíduos. O depoimento da moradora 6 expressam a dor e a frustração causadas por essa mudança: o que antes era uma vivência harmônica com o ciclo do rio, agora se transformou em um ‘sufoco’ constante, marcado pela insegurança e a perda da identidade local.

Essa luta diária por subsistência evidencia a fragilidade da vida na comunidade, que antes permitia um modo de vida mais estável e autossuficiente. Antes da chegada da hidrelétrica, a vida na comunidade do Sapo Seco era repleta de recursos naturais, como a abundância de peixes. A pesca, uma atividade essencial para a alimentação da comunidade, foi severamente afetada. Com a água subindo e descendo de maneira imprevisível, as pessoas observam que as mudanças causaram não apenas a perda de peixes, mas, impacto direto nas atividades agrícolas. As dificuldades enfrentadas atualmente geram sentimentos de nostalgia em relação ao passado, onde a paz e a prosperidade eram características marcantes do território. A esse respeito a moradora 6 expressa que

De primeiro, a gente tinha paz, a gente vivia de boa lá, não tinha sufoco dessas coisas. Mas agora, fica meio difícil por causa dessas dificuldades. E eu gosto do meu terreno, porque é lá que a gente produz com o que viver. Certo. A terceira pergunta. Nós sobrevivemos lá da mandioca, é banana, a gente planta, a gente colhe. Quando a água não bota tudo no fundo, a gente colhe tudo. E quando ela bota no fundo uma parte, a gente colhe pela metade. Apodrece, porque encharca muito a terra. Aí a mandioca apodrece. Aí a gente aproveita pela metade. Aí é disso que a gente sobrevive lá (Moradora 6, 2025).

Outra informação importante foi a entrevista com o morador 7, a partir das informações compartilhadas foi possível identificar de forma contundente as consequências da construção da UHECC para a vida dos habitantes locais. Desde sua chegada à região em 1993. O morador descreve um ambiente que, antes da implementação da usina, era marcado por tranquilidade e harmonia com a natureza e destaque que

A minha vida no Sapo Seco começou em 1993, sou de Breves e vim morar no rio Araguari, localidade Sapo Seco. Antes tudo era tranquilo, o subsolo nosso era enxuto, não tinha muito carapanã assim. Eu vivo de [...], pesca e agricultor. Vivo de fazer farinha, de banana, de cana, tudo eu vendo (Morador 7, 2025).

O morador destaca como a localidade era autossustentável, com a pesca e a agricultura como fontes de subsistência, quais atividades serviam de subsídios para o seu cotidiano e destaca a diferença entre as condições do solo antes da construção da UHECC. Esse passado, no entanto, foi drasticamente alterado pela inundação das terras e pela degradação ambiental resultante da hidrelétrica.

Antes da chegada da Cachoeira Caldeirão era tudo tranquilo, a nossa localidade, a localidade não inundava água, as nossas plantações não morriam, não tinha carapanã, não tinha tanta malária e hoje nós somos infectados. Seis meses de inverno praticamente é tudo no fundo, a nossa localidade do Sapo Seco, a nossas plantaçoão morre tudo, a nossa mandioca apodrece debaixo da terra porque a terra é inundada de água e o prejuízo é grande para nós, nossa vida no Sapo Seco é dessa forma (Morador 7, 2025).

Segundo o morador 7 a comunidade Sapo Seco revela um retrato profundo e doloroso da transformação ocorrida com a chegada da UHECC. Antes da inundação, a localidade desfrutava de um equilíbrio natural, onde as plantações prosperavam e a saúde dos moradores não era ameaçada por doenças como a malária. No entanto, a mudança drástica no ecossistema trouxe consigo uma série de problemas, como a inundação constante que destrói os cultivos e provoca o apodrecimento das raízes, especialmente da mandioca, um alimento básico dos comunitários.

As populações ribeirinhas veem a terra não apenas como um recurso ou um meio de subsistência, mas como um legado cultural e histórico. Para elas, a terra é um patrimônio que carrega a memória coletiva e a identidade da comunidade, protegida por regras tradicionais de uso e gestão dos recursos naturais. Essas regras são fundamentais para garantir a sustentabilidade e o compartilhamento equitativo dos recursos entre todos os membros da comunidade (Zhour; Oliveira, 2007).

Por outro lado, o Setor Elétrico, que inclui o Estado e empreendedores tanto públicos, quanto privados, adota uma perspectiva mercantilista do território. Nessa visão, a terra é considerada uma propriedade que pode ser quantificada economicamente e, portanto, sujeita a valoração monetária. Essa abordagem tende a priorizar o potencial econômico da terra em detrimento de seu valor social, cultural e ambiental.

Ou seja, o conflito entre essas duas visões é evidente e frequentemente leva a disputas sobre a gestão e o futuro dos territórios ribeirinhos. Enquanto as comunidades locais lutam para preservar seu modo de vida e a integridade de seus ecossistemas, o Setor Elétrico busca expandir e capitalizar sobre os elementos naturais, muitas vezes levando a projetos de desenvolvimento que podem desconsiderar os direitos e as necessidades das populações tradicionais (Zhourri; Oliveira, 2007).

3.2 A SENSAÇÃO DE IMPOTÊNCIA DA COMUNIDADE SAPO SECO

As mudanças em Sapo Seco, em decorrência da construção da UHECC, representam rupturas significativas no fluxo da tradição local e na continuidade das práticas sociais que ali se estabeleciam ao longo dos anos. A interrupção abrupta dos modos de vida tradicionais da comunidade impacta diretamente a segurança ontológica dos moradores, uma vez que a confiança nas estruturas sociais e culturais que sustentavam sua existência é severamente comprometida. Essa confiança na continuidade do passado, presente e futuro é essencial para a manutenção da identidade coletiva e da coesão social.

As práticas cotidianas, que antes eram pulsos vitais da cultura local, enfrentam desmantelamentos à medida que o novo contexto imposto pela UHECC altera a paisagem física, as relações sociais e a forma como os indivíduos se percebem dentro de sua comunidade (Giddens, 2002). A perda de espaços de convivência e a alteração dos meios de subsistência colocam em risco a perpetuação das tradições, dos saberes e das histórias que construíram a identidade de Sapo Seco ao longo do tempo. A falta de continuidade dessas práticas sociais não apenas desestabiliza a vida cotidiana, mas, gera incertezas quanto à construção de um futuro que, até então, parecia seguro e previsível.

Eis que ocorre com a entrada de empreendimentos hidrelétricos na região, que demonstram interesse predominantemente econômico, negligenciando a importância da preservação e conservação, ou seja, desrespeito total ao ambiente. E nesse cenário que o rio que trazia e dava o toque de beleza no território ‘se quebrou’. A partir dessa visão que a moradora I menciona as mudanças econômicas e sociais que ocorreram com a chegada da UHECC, que alterou drasticamente suas condições de vida e trouxe prejuízos para a agricultura e a pesca, essenciais à subsistência da comunidade. Essa situação reflete um problema comum enfrentado por muitas comunidades que vivem em áreas afetadas por grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas.

A construção da UHECC causou impactos significativos no modo de vida da

comunidade do Sapo Seco, trazendo uma série de desafios e prejuízos para as plantações, afetando a produção agrícola e a pesca, que são fundamentais para a subsistência local. A moradora 1 externa em sua fala que o que antes era uma terra fértil e produtiva agora enfrenta dificuldades. As águas invadiram áreas agrícolas, dificultando a subsistência e comprometendo as colheitas, que passaram a não ocorrer no tempo certo.

A inundação de áreas agrícolas levou à perda de colheitas e, conseqüentemente, problemas com alimentação. A alteração do ecossistema causou conseqüências para a fauna e flora locais, impactando, também, a pesca, uma fonte importante de alimento e renda para os comunitários. A transformação econômica gerada por grandes projetos de infraestrutura é um fenômeno que, frequentemente, produz efeitos colaterais devastadores para as comunidades locais, amplificando sua vulnerabilidade social. Neste sentido, o morador 2 vê as mudanças não apenas como um reflexo da degradação ambiental, mas, uma manifestação da luta contínua pela sobrevivência em um ambiente que se tornou hostil e explica,

A nossa subsistência aqui é peixe, carne, a gente faz horta, faz farinha, planta macaxeira e tudo isso eu implemento para o nosso dia a dia, para a nossa alimentação. [...] antes da chegada da Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão era muito bom, era muito bom. A gente montava uma malhadeira ou um anzol que fosse e, rapidinho, a gente pegava o que comer. Eu sempre digo que, hoje, se viessem famílias de fora para morar na beira da Araguari, eu passava uma semana e procurava ir para a cidade, porque só sobrevive hoje aqui quem está acostumado, quem conhece o lugar, sabe pescar (Morador 2, 2025).

O entrevistado destaca a interdependência entre a comunidade e seus recursos naturais, ressaltando como a chegada da hidrelétrica alterou radicalmente esse equilíbrio. Seu relato sobre a vida na comunidade Sapo Seco é muito tocante e reflete a realidade de muitas comunidades que enfrentam desafios semelhantes, que assistem à transição de um ambiente de fartura e tranquilidade para um cenário de escassez e contaminação, afirma que,

[...] a dificuldade é muito grande. Tudo era 100% aqui. Não tinha degradação. Hoje, a água do Rio Araguari, por conta d'água não ter uma vazão com a velocidade como era antes, está dando assoreamento e essa água está fedendo. No verão, até para tomar banho no Rio Araguari, está difícil. Criou-se uma noda em cima da água que, provavelmente, daqui a algum tempo, vai começar a fazer mal para a nossa pele, porque não temos para onde correr, temos que tomar banho no rio. E é isso que a Cachoeira Caldeirão está causando para a gente aqui (Morador 2, 2025).

A situação enfrentada em torno do médio rio Araguari é alarmante e reflete em

problemas ambientais que se intensifica a cada dia. Antigamente, a qualidade da água era impecável, mas hoje, a degradação é evidente. A UHECC, em particular, tem sido um fator determinante nesse processo. A diminuição da vazão do rio tem gerado assoreamento preocupante, resultando em águas paradas que, além de perder sua pureza, também, começa a exalar odores desagradáveis.

A partir dos impactos ambientais que os conflitos são gerados e podem causar, inclusive, o desaparecimento de comunidades que dependem de suas relações com a natureza para sobreviver. Essa tensão reflete um choque de paradigmas: de um lado, o paradigma tradicional, que valoriza a terra como um espaço de vida, cultura e comunidade e; de outro, o paradigma moderno, que vê a terra como um ativo econômico a ser explorado. Sobre os conflitos por água, o colapso de barragens e as críticas às práticas ‘desapossadoras’ da Defesa Civil revela uma complexa interação entre gestão de recursos naturais, políticas públicas e os impactos sociais decorrentes de desastres ambientais (Valencio, 2009).

Para o morador 2, durante o verão, a situação se torna ainda mais crítica. A prática de tomar banho no rio, que antes era uma atividade prazerosa e refrescante, agora traz insegurança e desconforto. A formação de uma camada de impurezas na superfície da água é um sinal claro de que a saúde do ecossistema está comprometida. Essa ‘noda’ que se forma afeta a estética do rio e levanta preocupações sérias sobre os riscos à saúde dos que dependem dessa água para suas atividades diárias.

Os comunitários que vivem nas proximidades do médio rio Araguari se veem em uma situação difícil, pois não há alternativas viáveis para escapar desse cenário. A dependência da água do Araguari para banhos e outras necessidades diárias torna a situação ainda mais angustiante. É imprescindível que medidas sejam tomadas para reverter esse quadro e que a responsabilidade sobre os impactos causados pela hidrelétrica seja discutida e enfrentada. A preservação desse recurso vital é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar das comunidades que dele dependem. A chegada da UHE trouxe consigo uma série de impactos negativos que mudaram radicalmente a vida da comunidade local. A situação se tornou insustentável e não há dúvidas para o morador 2 de quem é o responsável pelo que estão passando, afirmando que

[...] com a chegada da Hidrelétrica piorou tudo. Inclusive, eu ajudo junto com a comunidade a salvar bastante peixe aqui no quintal de casa, que morre todo ano, e faço a minha parte. A Cachoeira não quer se responsabilizar pelos impactos ambientais que estão causando, mas, infelizmente, o único responsável é eles (Morador2, 2025).

A gestora da UHECC parece se esquivar de suas responsabilidades, ignorando os danos ambientais que causa e continua a afetar a vida dos moradores ribeirinhos, anualmente ocorre mortandade de peixes na comunidade o que em um trabalho árduo e frustrante o morador 2 se junta com os vizinhos, se esforça para salvar os peixes. Um dos maiores desafios que enfrentam diz respeito a variação do nível da água, que traz consequências severas para agricultura nessa área. As terras onde cultivam mandioca e bananas estão situadas em áreas propensas a alagamentos, e a cada ano, enfrentam a incerteza de como será o comportamento das águas e afirma que

O período da água grande é uma dificuldade muito grande para a gente aqui, né? Quanto à plantação de mandioca, banana, que a gente perdeu muito. A gente perde, na verdade, todo ano, porque, querendo ou não, nossos terrenos são nas áreas alagadas, e um ano a água é maior, um ano a água é menor, e perdemos, ano passado a gente perdeu uma base de quase três linhas de roça, que apodreceu tudo, bananeira caindo com caixa, tudo dentro da água.

E essa é a grande dificuldade também da gente aqui, todos os anos. Então, antes não tinha isso, hoje tem (Morador 2, 2025).

Portanto, compreender os conflitos ambientais requer análises que articule as dimensões materiais e simbólicas, reconhecendo que a resolução desses conflitos passa pela mediação de interesses, pela construção de diálogos entre as partes envolvidas e pelo respeito às diversas formas de saberes e práticas que coexistem em um mesmo espaço territorial. Essa abordagem integrada é fundamental para promover a equidade na gestão dos recursos naturais e garantir a sustentabilidade das relações socioambientais (Accerard, 2002).

Rothman (2014) oferece uma análise aprofundada e complexa dos conflitos sociais e ambientais gerados pela construção de barragens de UHE no Brasil. Em seu estudo, ele enfatiza que, embora esses projetos sejam frequentemente apresentados sob a perspectiva de desenvolvimento econômico e progresso social, eles podem acarretar graves violações dos direitos humanos e provocar perdas econômicas e culturais irreparáveis para as comunidades locais afetadas.

A comunidade desfrutava de um equilíbrio que, agora, parece um sonho distante. As mudanças climáticas e a intervenção humana trouxeram desafios que não existiam anteriormente, e todos os anos se veem lutando contra consequências que poderiam ser evitadas. A realidade atual é uma constante batalha contra a força da natureza exacerbada

pela negligência de quem deveria cuidar e proteger o meio ambiente. É um apelo à consciência de todos, para que possam encontrar soluções que respeitem tanto a cultura quanto a natureza que os sustenta. Infelizmente, tem-se perdido colheitas inteiras, em 2024 por exemplo, quase três linhas de roça foram comprometidas, com as plantas apodrecendo e as bananeiras caindo, submersas em água. Essa situação prejudica a alimentação e a subsistência financeira, tornando-se um ciclo vicioso de perda e desespero. O morador 2 explica que

Antes produzia, sim, produzia muito, não tinha prejuízo, porque o pequeno agricultor, ele não pode perder nada. Quando você tem o que perder, beleza, né? Mas nós botamos, por exemplo, quatro linhas de roça, a água vem e danifica três, o que sobra uma para duas famílias é muito pouco, né? E isso acontece direto. Inclusive o próprio MAB veio aqui registrar, levamos lá para mostrar o que estava acontecendo e foi constatado mesmo que é por conta da água grande, arrancando mandioca dentro da água para tentar salvar o máximo possível. Mas aí nem todas as vezes a gente consegue arrancar a tempo (Morador 2, 2025).

A entrevista revela a dura realidade enfrentada pelos agricultores ribeirinhos que, apesar de seus esforços, enfrentam desafios significativos em suas produções. O entrevistado menciona que, antes, a produção era abundante e não havia prejuízos, o que demonstra uma época em que a agricultura local prosperava. A referência ao pequeno agricultor é crucial, pois esses trabalhadores dependem de suas colheitas para sobreviver e não podem se dar ao luxo de perder o que plantam. O sentimento de vulnerabilidade é visível, evidenciando que, com pouco espaço para erros, cada colheita se torna uma questão de sobrevivência alimentar.

Um dos problemas destacados é a questão da água, que se tornou uma inimiga em vez de uma aliada. O morador 2 relata que, em uma situação em que se plantaram quatro linhas de roça, a água danificou três delas, deixando apenas uma linha que mal sustenta duas famílias. Essa dinâmica ilustra a fragilidade das colheitas em face das intempéries e destaca a escassez de recursos que essas famílias enfrentam. A luta diária para garantir alimento e sustento se torna ainda mais complexa quando as condições climáticas se tornam adversas, revelando uma realidade marcada pela incerteza.

A menção ao MAB reforça a importância da mobilização social e do reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos agricultores. A visita do movimento para registrar a situação demonstra que há uma tentativa de chamar a atenção para os problemas causados por fenômenos como a inundação, que não só danificam as plantações, mas,

ameaçam a subsistência das famílias. A imagem de arrancar mandioca da água para salvar o que é possível é emblemática da luta pela sobrevivência e do esforço constante para preservar o que ainda resta. Essa realidade destaca a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que apoiem esses pequenos agricultores e promovam formas sustentáveis de convivência com os desafios naturais que enfrentam.

Nesse contexto, a moradora 3 relata que a chegada da hidrelétrica trouxe mudanças drásticas e complicações para a população local, pois, durante os períodos de enchentes, as águas invadem as áreas habitadas, submergindo roças e dificultando a agricultura, que é uma das principais fontes de sustento da comunidade. E cita que essa transformação não só afetou a paisagem, mas, teve um impacto direto na alimentação, tornando-a mais escassa e desafiadora. O que antes era uma vida tranquila e próspera se tornou cenário de dificuldades, destacando a luta da população em se adaptar às novas realidades impostas pela hidrelétrica.

Segundo o morador 4 a vida em Sapo Seco, antes da construção da UHE, era marcada por conexões com a natureza e uma abundância de bens disponíveis. As lembranças do narrador revelam um cotidiano simples, porém repleto de riqueza natural. A presença das mangueiras, carregadas de frutas, não apenas alimentava, mas, proporcionava momentos de prazer e lazer, como quando ele se recorda de comer mangas sob a sombra das árvores e destaca.

A vida em Sapo Seco antes da hidrelétrica era glória, agora aí era vida. A minha casa antigamente era bem aqui, do lado dessa aqui. Da minha rede aqui. Quando essas mangueiras estavam de fruta aqui, eu ia mexer debaixo dessas mangueiras aqui, eu botava lanterna, 2, 3 mangas comendo manga aqui. As pacas juntavam a manga aqui debaixo dessa mangueira e comia debaixo do soalho da cozinha aqui, que era baixinho, tinha uma de caroço. Então, para você pegar uma caça para se alimentar, era só sair dentro de casa. Você botava a sua roça aqui despreocupado, o peixe era aqui dentro de casa. Não se compara com o que nós estamos vivendo hoje, meu amigo. Nós precisa de socorro, porque senão nós vamos acabar aqui sem ter o que comer (Morador 4, 2025).

Essa proximidade com a natureza criava um ambiente de vida tranquila e autossuficiente, onde até mesmo a caça e a pesca eram atividades cotidianas e acessíveis, realizadas com facilidade e sem grandes preocupações. O contraste com a realidade atual é perceptível na fala do narrador, que expressa profundo sentimento de perda. A transformação

trazida pela hidrelétrica não apenas alterou a paisagem, mas, desestruturou a vida comunitária e os modos de sustento que antes eram possíveis.

A dependência de recursos externos e a escassez de alimentos refletem uma crise que afeta não apenas a subsistência, mas, a identidade e a cultura local. A nostalgia por um passado mais simples e abundante é visível, e a preocupação com o futuro se torna um clamor por ajuda. A vida em Sapo Seco, antes da intervenção humana, era um exemplo de harmonia com a natureza, e a sua alteração traz à tona questões sobre desenvolvimento, sustentabilidade e a preservação das tradições e modos de vida locais.

A chegada da UHE trouxe profundas mudanças para a comunidade local e a sensação de perda e impotência é visível nas palavras de quem vive essa realidade. A água, antes um recurso abundante e controlado pela natureza, agora parece estar nas mãos de um poder que decide seu fluxo sem considerar as consequências para os habitantes da área. Para os que dependem dos rios e lagos para sua subsistência, a situação se tornou caótica. Os relatos sobre a morte dos peixes são alarmantes, um fenômeno que nunca havia ocorrido, mas agora se tornou uma triste realidade. A afirmação de que os peixes estão ‘doidos’ reflete a confusão e a desordem que a alteração do ecossistema causou, como explica o morador 4.

Para nós ficou sem controle, que nós não sabemos mais de nada. Até os peixes daqui estão doidos. Aqui de trás do Cutiã, quando que no mundo morreu um peixe aqui? Agora esse ano [...]. Todo ano nós carrega peixe na cabeça. Aí o chefe da hidrelétrica disse assim, eu não sei por que está morrendo o peixe, agora eu sei que nós vamos fazer mais três barragens para cima. Eu digo, doutor, mas eu sei (Isso foi lá na Ferreira Gomes, uma audiência pública que esteve lá). Eu sei por que está morrendo. O senhor sabe? Onde o senhor já viu criar peixe no seco? Em lugar nenhum do mundo o peixe se cria dentro da água. Você fecha comporta da barragem, os igapós enchem de água, o peixe entra para comer. Você seca o rio, o baixão fica cheio, depois seca e o peixe morre. É fácil de saber isso, não se cria peixe fora da água, pô. O cara vem dizer que num sabe por que o peixe está morrendo (Morador 4, 2025).

A indignação do morador em relação ao desconhecimento dos responsáveis pela UHE é evidente. A ideia de que as autoridades não compreendem as consequências de suas ações, como a morte dos peixes, e considera um insulto à inteligência da população atingida. A lógica simples de que "não se cria peixe fora da água" é um argumento poderoso, que expõe a falta de empatia e a desconexão entre os tomadores de decisão e a realidade vivida pelos pescadores. As audiências públicas, em que os cidadãos tentam expor suas

preocupações, se tornado um mero formalismo, sem impacto real nas decisões que afetam suas vidas.

O sentimento de traição, também, é forte. O ‘piquete azul’ se tornou um símbolo de promessas não cumpridas e de uma gestão que falhou em proteger aqueles que mais dependem dos recursos naturais. A frustração é ampliada pela sensação de que suas vozes estão sendo ignoradas, enquanto suas vidas se deterioram devido a decisões calculadas em escritórios distantes. A água que antes era fonte de vida agora é considerada ‘água podre’, incapaz de atender às necessidades básicas de quem ali vive. A situação se torna ainda mais desesperadora quando se considera que, sem uma ação imediata e efetiva, a comunidade poderá enfrentar a fome e a miséria.

A mensagem é clara, a luta pela sobrevivência está intrinsecamente ligada à defesa do ambiente e à preservação e conservação dos recursos naturais. Para que a vida possa prosperar, é essencial que as vozes dessas comunitários sejam ouvidas e respeitadas. A responsabilidade não deve recair apenas sobre os indivíduos, mas sobre aqueles que têm o poder de fazer mudanças significativas. O morador 4 cita a situação atual exige uma reavaliação urgente das práticas de desenvolvimento e considerações genuínas pelos impactos sociais e ambientais que suas decisões acarretam. Se não houver mudança de rumo, o futuro de muitas famílias estará em risco e a luta por justiça ecológica e social se tornará ainda mais premente.

As consequências da chegada das barragens na comunidade de Sapo Seco foi um evento que deixou marcas profundas na vida de muitos moradores. Antes da construção, a expectativa era alta, acreditava-se que essa mudança traria desenvolvimento, infraestrutura e oportunidades. No entanto, a realidade se mostrou bem diferente. O que foi vivenciado foram prejuízos significativos, tanto econômicos, quanto sociais, que afetaram a dinâmica da vida cotidiana da comunidade. A esse respeito o morador 5 expõe que

Algo que hoje [...] que me marcou bastante, né? E eu tenho certeza que não foi só eu. Na comunidade, foi [...] A chegada das barragens. Porque [...] mudou muita coisa, né? A gente teve prejuízo, não tivemos recompensa nenhuma até hoje.

E sem falar em percas que nós tivemos também. Então, essa foi uma das coisas que [...]. Que marcou. Sinceramente, a que mais marcou, assim, foi esses impactos causados pela barragem (Morador 5, 2025).

Para esse morador as barragens não trouxeram a tão sonhada recompensa que muitos imaginavam. Ao contrário, as terras foram comprometidas, os rios afetados e os

modos de vida alterados. O impacto ambiental foi devastador, e com ele, a cultura e as tradições da comunidade começaram a se desvanecer. Para muitos, essa situação gerou sentimento de impotência e frustração, pois as vozes da população não foram ouvidas nas decisões que afetavam diretamente o seu lar.

Além dos danos materiais, as perdas emocionais foram profundas. A conexão que a comunidade tinha com a terra, com a água e com as tradições foi severamente abalada. A chegada das barragens transformou o espaço físico em que vivem e desestruturou laços comunitários e familiares. Essa experiência serve como um lembrete constante do valor que deve ser dado à cultura e ao meio ambiente, assim como da importância de lutar por direitos e por uma vida digna, mesmo diante de grandes desafios.

Os comunitários de Sapó Seco enfrentam desafios significativos em sua forma de subsistência. Os moradores relatam a falta de apoio institucional, o que torna a vida diária uma luta constante. A alimentação básica deles é composta principalmente por peixe, representando cerca de 90% de sua dieta, complementada por produtos que conseguem cultivar na própria terra. Contudo, a dificuldade em escoar a produção e a ausência de recursos para aumentar a produção agrícola são obstáculos que limitam suas possibilidades. A esse respeito o morador 5 explica que

Aqui, a gente não tem [...] Não tem, assim, uma vida tão brilhante, porque a gente não tem apoio de ninguém, né? De nenhum órgão, né? Então, assim, a gente, às vezes, vende uma farinha. A gente vive mais [...] Aqui, 90% da nossa base alimentar é o peixe. A gente tem [...] os outros complementos, a gente tira daqui mesmo, né? Da terra mesmo, mas [...] A gente não tem apoio, né? Para poder produzir, escoar. Isso ainda é uma dificuldade muito grande que a gente não tem. Certo. Do que [...] vocês aqui, no caso, do que sobrevivem? Mais financeiramente? Rapaz... Hoje, para ser sincero contigo, eu aqui com a minha velha, a gente vive de R\$600,00, que ela recebe a bolsa, né? Eu não sou aposentado ainda. E a gente vai vivendo com algum complemento, né? Às vezes, quando não é o período de defesa, a gente vende um peixezinho e uma farinha e vai levando. Eu não tenho renda nenhuma (Morador 5, 2025).

Financeiramente, muitos dependem de pequenas quantias, como os R\$ 600,00 (seiscentos reais) que um dos moradores mencionou, oriundos de uma bolsa recebida pela esposa, além de complementos que vêm da venda de peixe e farinha em períodos de menor atividade. Essa realidade evidencia a vulnerabilidade da comunidade e a necessidade urgente de apoio para garantir sua subsistência digna e sustentável. Antes da chegada da UHECC, a vida ao longo do rio era marcada por uma simplicidade e abundância que muitos sentem

falta. A facilidade de acesso aos recursos naturais, como o peixe, era uma das maiores vantagens de se viver nas proximidades do rio. O morador destaca que

[...] antes da chegada da hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. Pois é. Essa é uma boa pergunta, porque antes da chegada das hidrelétricas aqui, era tudo mais fácil, né? Era tudo mais fácil, porque os níveis do rio ficaram muito mais baixos, era melhor para a gente pegar o peixe, entendeu? A gente tinha, no caso, a chance de fazer as roças mais perto do rio, porque a gente vendia mais farinha, mas agora, eu com a minha idade, eu não posso fazer uma roça muito longe, porque eu não dou conta de carregar. E perto ela já está tendo impacto, né? Que, inclusive, o teto já veio uma vez lá numa roça minha, que apodreceu tudinho (Morador 5, 2025).

Neste sentido, explica que os níveis das águas eram mais altos, o que possibilitava uma pesca mais rica e variada. As comunidades locais, que dependiam da pesca e da agricultura, podiam cultivar suas roças mais próximas do rio, garantindo uma colheita mais abundante de produtos como a farinha, essencial para sua subsistência. Com o passar do tempo e a construção da UHECC, essa realidade foi drasticamente alterada. O impacto da diminuição dos níveis do rio começou a ser sentido rapidamente. Os moradores, especialmente os mais velhos, como um dos entrevistados, enfrentam dificuldades para cultivar suas terras, já que as roças precisam ser feitas em locais mais distantes do que costumavam ser e afirma que

De melhoria nenhuma, né? Essa mudança, ela só que... que houve essas mudanças foi só para... para piorar a vida de quem mora aqui, porque benefício nenhum não trouxe, né? Porque o nível do rio cresceu, né? Ficou mais difícil para pegar os peixes, porque muitos deles migraram para a parte mais baixa, para onde a água corre menos, e muitos estão dentro do mato. E é como eu falei lá atrás na outra pergunta, ficou mais difícil porque não tem o nível como a gente estava acostumado antes. Então, essa dificuldade, eu tenho certeza que não foi só nós aqui, mas que atingiu quase todo mundo nessa região aqui (Moradora 5).

Para aqueles que não têm mais a mesma disposição física, isso se torna um desafio ainda maior. Eventos climáticos e mudanças no ecossistema provocados pela hidrelétrica contribuíram para a degradação das terras agrícolas, como o ocorrido em uma de suas roças, onde a colheita foi completamente perdida devido a condições adversas. Portanto, é inegável que, antes da UHE, a qualidade de vida e a relação das pessoas com o rio eram muito mais favoráveis. A nostalgia por um passado em que a natureza oferecia abundância e facilidade de acesso à natureza é um tema recorrente nas conversas de quem viveu essa transformação.

A lembrança de tempos mais simples e prósperos serve como lembrete da importância de se considerar os impactos socioambientais de grandes projetos de infraestrutura.

A chegada da UHECC teve impactos significativos na vida das pessoas que residem nas proximidades, e não para melhor. Os moradores relatam que as mudanças trazidas pela construção da represa foram prejudiciais, afetando diretamente suas atividades diárias e a subsistência. O aumento do nível do rio, por exemplo, dificultou a pesca, principal fonte de sustento para muitas famílias. Com a elevação das águas, os peixes migraram para áreas mais baixas, onde a correnteza é mais fraca, tornando-se mais difícil pescá-los.

A alteração do ambiente natural, também, trouxe desafios adicionais, como a perda de acesso a locais que antes eram produtivos. Os moradores expressam sensação de frustração e impotência diante das mudanças que ocorreram, que parecem beneficiar apenas a infraestrutura energética, sem oferecer compensações ou melhorias concretas para a comunidade. Eles sentem que o desenvolvimento e progresso prometidos não se concretizou, e que, na realidade, seus modos de vida foram comprometidos. Essa situação reflete realidade comum em muitas comunidades afetadas por grandes projetos de energia, onde os interesses econômicos se sobrepõem às necessidades dos comunitários que ali habitam.

Antes os moradores viviam de maneira simples, mas com um senso de pertencimento e cooperação que fortalecia os laços entre eles. As atividades diárias eram pautadas pela agricultura familiar, pesca e o cultivo de hortas, que garantiam a subsistência. Além disso, a cultura local era rica em tradições e celebrações, refletindo a identidade única da comunidade.

A entrevista com a moradora 6 revela um retrato nostálgico e preocupante da vida antes da construção da UHECC. Para ela, o passado era repleto de boas lembranças, especialmente relacionadas à pesca, uma atividade que não apenas garantia a alimentação da sua família, mas, era uma parte essencial da cultura local. A abundância de peixes nos rios simbolizava a saúde do ecossistema e a harmonia do convívio com a natureza. No entanto, essa realidade foi drasticamente transformada pela intervenção humana, que trouxe mudanças que afetaram a fauna aquática e, ainda, o modo de vida da comunidade.

A moradora destaca a instabilidade da água, que alterna entre níveis altos e baixos, resultando em um ambiente aquático que já não fornece o sustento que antes era garantido. Essa oscilação não só dificulta a pesca, mas, representa ameaças à segurança alimentar das pessoas e, que, segundo ela, pode ser "levada ao fundo" em momentos de elevação brusca das águas. Essa metáfora ressoa profundamente, simbolizando a perda de controle e a

fragilidade da vida que, antes, parecia estável e segura. A sua declaração de que a vida "não está mais boa" é um lamento que ecoa entre muitos que viveram a transição de um ambiente rico e vibrante para um cenário de escassez e incerteza. É neste contexto que a moradora afirma que

O que mudou foi isso assim. Que a gente não tem mais aquela paz que a gente tinha no inverno. Porque o pessoal fala que não existia isso. Não, não existia. O inverno não botava nós no fundo, não dava prejuízo para nós lá. Agora, depois dessa cachoeira, que a gente tem prejuízo na mandioca. A gente aproveita pela metade porque enche muito o baixão e a água germina. E aí apodrece a roça da gente. Inclusive, ano passado, eu perdi uma roça quase toda que apodreceu lá. Aproveitei bem pouco. Nas paradas mais altas, mas aproveitei um pouco. Mas nas mais baixas, empossou a água que não teve para onde a água escoar, germina. Aí a gente perde. É isso que mudou. Porque de primeiro não era assim, não. A gente escolhia tudo o que a gente fazia. Hoje em dia a gente não escolhe mais tudo o que a gente faz. A maioria a gente perde (Moradora 6, 2025).

A experiência da moradora é um testemunho das consequências sociais e ambientais que acompanham grandes projetos de infraestrutura, frequentemente idealizados sem a consideração pelo ambiente e pelas comunidades locais. Sua narrativa é um convite a refletir sobre a importância da preservação dos bens naturais e do respeito à vida das populações que dependem deles. A sensação de perda e descontentamento é um chamado para que se busque equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A diminuição de 70% na produção agrícola notada pelo morador 7 “Ficou pior do que era, muito, muito mesmo, o peixe afugentou da nossa localidade, a nossa produção diminuiu 70%, tudo que a gente planta não dá e morre, e a mandioca principalmente” é um indicativo claro do impacto negativo que a UHECC teve na vida dos moradores, transformando o que antes era uma fonte de sustento em um cenário de luta e resistência.

Assim, há necessidade de avaliação rigorosa dos impactos sociais e ambientais associados a esses empreendimentos, considerando, também, a falta de transparência e de participação efetiva das comunidades no processo de AIA, sugere-se, então, que a inclusão dessas vozes é essencial para a elaboração de políticas públicas mais justas e sustentáveis (Rothman, 2001). A participação comunitária não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como uma oportunidade para construir um diálogo construtivo e respeitoso entre investidores, governo e comunidades afetadas.

Por meio de suas análises detalhadas, Rothman (2001) contribui para a compreensão profunda dos desafios enfrentados pelas comunidades impactadas por

barragens. Ele destaca a urgência de se implementarem políticas públicas que não apenas assegurem a proteção dos direitos dessas populações, mas que também promovam a sustentabilidade ambiental. Assim, sua pesquisa serve como um chamado à ação para que se busquem alternativas energéticas que respeitem os direitos humanos e a integridade das comunidades, garantindo um desenvolvimento que seja verdadeiramente inclusivo e sustentável.

3.3 PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO

O que dá sentido às tendências do desenvolvimento capitalista para a exploração de recursos hídricos é a pergunta que se coloca, bem como o destino dos ribeirinhos atingidos que vivem no território de exploração desses recursos por grandes empreendimentos hidrelétricos frente ao modo de produção capitalista. Assim, o modo de pensar capitalista é sobretudo “a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo” (Martins, 1982, X).

O Modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marcam tanto o senso comum, quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário a reprodução do capitalismo, à reelaboração das suas bases de sustentação ideológicas e sociais (Martins, 1982, IX).

Um aspecto crítico nesse contexto é a falta de comunicação e reconhecimento por parte das empresas responsáveis. A gestão da UHECC, que não tem demonstrado interesse em entender ou mitigar os danos que sua operação causa aos moradores da região. A esse respeito a moradora 1 da comunidade do Sapo Seco expressa sua frustração em relação a essa ausência de diálogo. Ela relata, “Não temos nenhuma relação. A Cachoeira Caldeirão nunca veio aqui ver os prejuízos que sofremos. Por exemplo, no meu terreno, temos uma grande mortandade de peixe, mas todo ano enfrentamos essa luta. Antes da Cachoeira, não tínhamos esse problema” (Moradora 1, 2025).

A moradora ilustra em sua fala que a UHECC os invisibiliza, deixando isso evidente quando há uma desconexão entre a empresa e a realidade vivida pelos residentes, a luta diante da mortandade de peixes que vem ocorrendo anualmente confirma a urgência de maior responsabilidade social e ambiental por parte da empresa.

De acordo com o morador 2 o sentimento sobre a relação entre a comunidade de Sapo Seco e a UHECC é de revolta por tudo o que passam com o barramento do rio, evidenciando uma desconexão significativa entre os moradores e a empresa responsável pela usina. Os residentes da comunidade sentem que não têm qualquer vínculo amigável com a empresa, a ponto de não conhecerem pessoalmente os trabalhadores que atuam nela. Essa falta de interação se traduz em uma ausência de cordialidade e reconhecimento, como o relato de nunca ter recebido um simples "bom dia" de alguém da equipe da usina.

Tal situação reflete a distância física, além do abismo social, que pode gerar descontentamento e um sentimento de abandono por parte da comunidade local em relação a um empreendimento que, teoricamente, deveria beneficiar a região. Essa realidade evidencia a importância de diálogo mais próximo e de ações que promovam o engajamento entre as empresas e as comunidades afetadas por seus projetos.

Para a moradora 3 a relação entre os comunitários de Sapo Seco e a gestão da UHECC é complexa e tensa. A moradora expressa um sentimento de frustração e descontentamento com a forma como a situação foi gerida, ressaltando que a falta de diálogo e compreensão por parte das autoridades tem dificultado a vida da população local.

Contudo, para o morador 4 a relação entre a comunidade do Sapo Seco e a hidrelétrica é marcada por profunda falta de comunicação e de diálogo. As dificuldades enfrentadas pela comunidade são evidentes, especialmente quando se trata de estabelecer um canal de comunicação efetivo com a empresa responsável pela usina. A frustração é visível quando se observa que, embora haja esforços da comunidade organizar reuniões e audiências públicas, os representantes da hidrelétrica frequentemente não comparecem. Essa ausência não apenas aumenta a desconfiança, mas, demonstra a falta de comprometimento com as demandas e preocupações da população local.

A situação se torna ainda mais complicada quando se considera que a comunidade já está em luta constante por seus direitos e por melhor qualidade de vida. O fato de que os convites são enviados e ninguém se apresenta para dar respostas só agrava a sensação de abandono e desrespeito. É evidente que, sem diálogo aberto e transparente, a relação entre a comunidade e a empresa se torna insustentável. A falta de interação impede que os problemas sejam discutidos e que soluções viáveis sejam encontradas, perpetuando um ciclo de insatisfação e conflito.

Portanto, o morador 4 nota que é crucial que a UHECC reconheça a importância de estabelecer relacionamento mais colaborativo com a comunidade do Sapo Seco. A

construção de uma comunicação efetiva não apenas beneficiaria a empresa, ao promover uma imagem mais positiva e engajada, mas, traria esperança e melhorias para os moradores que se sentem invisíveis em meio a essa situação. A verdadeira mudança só ocorrerá quando ambas as partes estiverem dispostas a ouvir e dialogar, buscando soluções que respeitem os direitos e as necessidades da comunidade.

Com a instalação da hidrelétrica, a relação entre os moradores da comunidade Sapo Seco e a administração da Cachoeira Caldeirão se mostrou inexistente. Os moradores expressaram que nunca tiveram qualquer interação com os representantes da hidrelétrica, o que gerou um sentimento de isolamento e desamparo, o que evidenciado no relato do morador 5, ao afirmar que

[...] a relação entre comunidade do Sapo Seco e Cachoeira Caldeirão? Pois é, essa relação, ela não existe. A gente não tem uma relação com eles, eles nunca vieram aqui, nós não conhecemos ninguém deles. O que a gente conhece é os efeitos causados pela cachoeira, né? Isso aí é real, mas nós não temos relação nenhuma com eles, não, tá? (Morador 5, 2025).

Apesar dos impactos visíveis da construção, como mudanças na paisagem e no modo de vida, a comunidade não possui laços diretos com a empresa responsável. Assim, os efeitos da hidrelétrica são sentidos na rotina dos habitantes, mas sem um diálogo ou entendimento mútuo estabelecido. Essa realidade ressalta a importância de se considerar as vozes e as necessidades das comunidades afetadas em projetos de grande escala, onde o respeito pela história e pelas vivências locais é fundamental.

De acordo com a moradora 6 a relação entre a comunidade e a hidrelétrica Cachoeira Caldeirão é de abandono e falta de apoio. A construção da barragem trouxe promessas, mas, em sua essência, deixou a população sem comunicação e sem assistência "Olha, não tenho relação com a cachoeira caldeirão, não. Depois que fizeram isso aí, foram embora, não vi mais ninguém. Aí se dane quem quiser. A gente não tem mais contato com eles, não" (Moradora 6, 2025). A falta de contato com os responsáveis pela obra revela sentimento de descaso, onde as necessidades e as lutas da comunidade parecem não ter mais importância para aqueles que causaram a mudança drástica em suas vidas.

Concernente a falta de diálogo, o morador 7 em seu depoimento revela profunda insatisfação e sentimento de abandono por parte das autoridades e da empresa responsável pela hidrelétrica. Indica a ausência de soluções ou compensações que deveriam ter sido oferecidas à comunidade afetada pela construção da usina. A crítica à falta de atenção é clara,

mostrando que a presença da empresa se limita a visitas superficiais, sem um real engajamento com os problemas enfrentados pelos moradores e afirma que

Na verdade, nenhuma, porque eles implantaram essa empresa aí e nunca, nem sequer foram dar atenção para a gente, só vão lá para dizer que nós não fomos atingidos, mas por prova, todo inverno a água nos bota para correr, porque antes não tinha isso, antes da hidrelétrica não tinha isso (Morador 7, 2025).

A referência ao impacto das chuvas e à inundação recorrente que os forçam a "correr" denuncia a fragilidade da situação em que vivem. O morador menciona que essa realidade era diferente antes da instalação da hidrelétrica, sugerindo que a construção da usina alterou drasticamente o ecossistema local e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população. Essa mudanç a não apenas compromete a seguranç a física dos moradores, mas, toca em questões mais profundas relacionadas à identidade, ao território e   relação da comunidade com seu ambiente.

Os ribeirinhos, que habitam as margens fluviais, têm na caça, pesca, agricultura e no extrativismo vegetal as principais fontes de subsistência. A territorialidade dessas comunidades está intrinsecamente ligada ao rio, elemento que influencia profundamente seu cotidiano, desde a arquitetura das moradias até os métodos e tempos de trabalho. Em oposição às relações estabelecidas pelos indivíduos atingidos por barragens no médio rio Araguari, nota-se que o estado está ligado ao poder dominante por meio de suas várias forç s, seja pelo apelo legal ou pela coerção física exercida sobre os comunitários durante a tentativa de desterritorialização.

No entanto, entende-se que o processo de desterritorialização  , de fato, a construção de novas territorialidades, onde o tempo presente, passado e futuro indica processualidade e, também, simultaneidade, pois se vive diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que cont m traços/características dos velhos territórios e territorialidades (Saquet, 2008, p. 82).

4 A PARTICIPAÇÃO DO MAB COM OS RIBEIRINHOS

4.1 O MAB E OS ATINGIDOS NO MÉDIO RIO ARAGUARI

O MAB desempenha papel crucial na vida dos moradores da comunidade de Sapo Seco, promovendo a organização e a mobilização em torno de questões que afetam diretamente suas vidas. A chegada do MAB à comunidade representou um ponto de virada, quando os moradores passaram a reconhecer a importância de se unir na luta pelos seus direitos. Essa organização não apenas conferiu visibilidade às demandas locais, mas, fortaleceu o sentimento de coletividade entre os habitantes, que começaram a se ver como parte de um movimento maior que busca justiça e reparação.

A importância dos movimentos sociais como agentes de mudança e como elementos essenciais na construção da democracia é importantíssimo, uma vez que promovem a participação cidadã e a discussão de temas muitas vezes negligenciados pelo Estado (Gohn, 1998). A autora destaca que, ao se organizarem em torno de causas comuns, esses grupos não apenas reivindicam direitos, mas, buscam influenciar as estruturas de poder estabelecidas.

Além disso, é importante ressaltar que a diversidade dos atores envolvidos nos movimentos sociais enriquece o debate político, permitindo que diferentes perspectivas e experiências sejam ouvidas. Essa pluralidade é fundamental para a criação de soluções mais justas e equitativas, uma vez que reflete as múltiplas facetas da sociedade. Assim, os movimentos sociais atuam como espaços de aprendizado e experimentação, onde novas formas de organização e ação coletiva podem surgir, contribuindo para a formação de uma consciência crítica entre os participantes (Gohn, 1998).

Deve-se enfatizar, também, que a força dos movimentos sociais reside na sua capacidade de mobilização e na construção de redes de solidariedade (Gohn, 1998). A solidariedade é um princípio central que une os indivíduos em torno de uma causa comum, fortalecendo a identidade coletiva e ampliando o alcance das reivindicações. Dessa forma, os movimentos sociais não apenas desafiam as narrativas dominantes, mas, criam possibilidades de articulação política, desafiando a exclusão e promovendo maior inclusão social. Essa dinâmica é essencial para compreender como os movimentos sociais podem efetivamente transformar a sociedade e contribuir para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Diante deste contexto, a atuação do MAB surge nas comunidades ribeirinhas do médio rio Araguari no início de 2017, após um seminário organizado pelo Greenpeace em Macapá. Durante o evento, alguns representantes de Porto Grande foram expostos a relatos sobre os impactos das hidrelétricas no rio Araguari. Motivados por essas informações, eles procuraram o coordenador do MAB para solicitar uma visita às comunidades ribeirinhas e aos pescadores de Porto Grande, que enfrentavam diversos problemas em decorrência da instalação da UHECC.

A visita ocorreu em agosto de 2017 e incluiu uma reunião significativa. Conforme mostra a Figura 9. Na imagem A é possível visualizar os participantes da reunião, na casa de um casal de pescadores em Porto Grande. Na imagem B, verifica-se uma reunião em uma comunidade ribeirinha do médio rio Araguari, onde diversos moradores compartilharam seus relatos sobre os desafios enfrentados.

Figura 9 - Reunião com pescadores e ribeirinhos de Porto Grande



Fonte: MAB (2017).

Para muitos, como os pescadores da região, a atuação do MAB, tornou-se um alicerce na luta pela preservação de seus meios de subsistência. A pesca, atividade central na vida de muitos moradores, é ameaçada pelas consequências da construção de barragens, que impactam diretamente os ecossistemas locais e com isso veem o MAB agir como um catalisador para a conscientização e mobilização.

Nesse ínterim, o MAB além de oferecer apoio nas questões jurídicas e sociais, estimula a resistência e a esperança de um futuro melhor para a comunidade. Esse suporte é

vital, uma vez que os moradores ao buscar seus direitos, defendem sua cultura e modo de vida. A Figura 10 traz fotos de momentos de lutas por seus direitos, em frente a prédios do (A) Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP) e da (B) Justiça Federal, na sede do município de Porto Grande.

Figura 10 - Mobilização de pescadores e ribeirinhos em órgãos de Justiça



Fonte: MAB, A (2018) e B (2025).

A relação entre o MAB e a comunidade é, portanto, de mútua colaboração. A organização é um espaço onde as vozes dos moradores ganham força e onde eles podem expressar suas preocupações e reivindicações. Desde que começaram a se organizar, os moradores de Sapo Seco passaram a se sentir mais empoderados e menos isolados em suas lutas. Apesar dos desafios e das dificuldades enfrentadas ao longo do caminho, a determinação e a resiliência da comunidade, apoiadas pelo MAB, têm trazido avanços e conquistas que, embora muitas vezes pequenas, são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

4.2 A IMPORTÂNCIA DO MAB NA COMUNIDADE SAPO SECO

Diante da situação de abandono que os comunitários de Sapo Seco se veem, a presença do MAB emerge como um suporte vital para a comunidade. Pois é uma organização que se mostra interessada em solucionar os problemas advindos com a construção da hidrelétrica e essa solução está amparada não somente por meio de denúncias, mas com a escuta das pessoas e a implementação de projetos. A esse respeito a moradora 1 destaca que

Depois que o MAB, com o professor Moroni, começou a vir aqui e ver os prejuízos que tivemos, ele ajudou muito. O MAB traz denúncias e projetos, além de promover reuniões. É um movimento que espero que a Cachoeira Caldeirão reconheça, que nós existimos aqui na comunidade do Sapo Seco. O MAB tem sido muito presente e importante para nós neste momento (Moradora 1).

A narrativa da moradora 1 do Sapo Seco traz à tona questões cruciais de identidade, meio ambiente, economia local e justiça social. Ela ressalta a complexidade da vida nas comunidades impactadas por projetos de grande escala, lembrando da importância de ouvir e respeitar as vozes de quem vive em harmonia com a natureza, mas que enfrenta desafios significativos em decorrência de decisões tomadas fora de seu alcance. Neste sentido, a importância do MAB para a comunidade é inegável e tem trazido mudanças significativas na vida de muitos moradores. O morador 2 relata que enquanto morador e como pescador, pode testemunhar o quanto essa organização tem sido fundamental para eles.

A importância do MAB para a comunidade é muito boa. Eu de coração quero agradecer ao MAB pelo trabalho que faz. Eu não sou só morador, mas também sou pescador e o MAB nos ajuda muito. Começamos a se organizar foi quando, na verdade, o MAB veio e começou a tomar frente das coisas e incentivar a gente a ir pra rua, a se manifestar, a brigar por nossos direitos. Desde daí, graças a Deus, tem mudado. Tem nos ajudado, tem [...] hora dá certo, hora não dá, mas a gente tá aí, tá junto e é isso aí (Morador 2, 2025).

O MAB não apenas oferece apoio, mas, incentiva a organização da comunidade, a manifestação e a luta por seus direitos. Quando os representantes do MAB chegaram à localidade, os moradores sentiram um renascimento da esperança, pois começaram a se unir e a tomar as rédeas de sua própria história. É verdade que nem sempre as soluções acontecem como desejam – há momentos em que lutam e não conseguem o resultado esperado. No entanto, o mais importante é que estão juntos nessa jornada, fortalecendo sua voz e sua luta. Em geral, agradecem ao MAB por todo o trabalho e dedicação que têm demonstrado, pois, sem dúvida, estão caminhando para um futuro melhor.

O reconhecimento da importância do MAB surge como uma luz de esperança e um recurso valioso para a comunidade. Neste sentido, “O MAB é importante para a comunidade em si, todos, para nós, no caso, que o movimento vem trazer benefício para nós e a comunidade. Junto com o professor Noronha, que é ele que está na liderança, né?” (Moradora 3, 2025). A organização em torno do MAB, liderada por figuras que demonstram empatias com as causas dos moradores é vista como uma forma de buscar benefícios e melhorias nas condições de vida. A moradora 3 cita que a coletividade e a solidariedade se

tornam fundamentais para enfrentar os desafios impostos pela barragem, mostrando que a união pode ser uma poderosa ferramenta de resistência.

Por fim, a entrevista da moradora 3 ilustra, a realidade da comunidade Sapo Seco, e, ainda, serve como apelo à consciência sobre os efeitos das intervenções humanas no meio ambiente e nas vidas das pessoas que dependem dele. A luta da comunidade é um reflexo de muitos outros casos em que desenvolvimento e preservação/conservação precisam ser equilibrados e, onde a voz dos afetados deve ser ouvida e respeitada.

Os movimentos sociais que emergem em resposta aos impactos causados por barragens desempenham papel vital na luta por direitos e justiça para as comunidades afetadas. Nesse contexto, o morador entende que o MAB se destaca como um aliado essencial. A importância do MAB para essas comunidades não pode ser subestimada, ele se torna um suporte fundamental na busca por reparação, visibilidade e reconhecimento das injustiças enfrentadas. Muitas vezes, é o MAB que traz a esperança e a força necessárias para que as vozes dos atingidos sejam ouvidas e respeitadas. Um exemplo claro dessa relevância é a figura do representante do movimento. Para muitos na comunidade, esse representante simboliza a luta e a resistência.

Como mencionado, a presença de líderes comprometidos é crucial, pois oferecem além de conhecimento e orientação, senso de pertencimento e solidariedade. Sem tais figuras, a luta por justiça seria muito mais difícil. O empenho do MAB e de seus representantes é o que garante que as demandas da comunidade não sejam esquecidas ou ignoradas, especialmente em um cenário onde a resposta das autoridades é frequentemente insatisfatória.

Para o Morador 4 a persistência da luta na justiça é um reflexo da necessidade de uma solução real para os problemas enfrentados pelos atingidos. Muitos se sentem desamparados, com suas reivindicações sem resposta e sua situação sem resolução. É nesse contexto que a atuação do MAB se torna ainda mais crucial, pois representa a única esperança concreta para muitas famílias. A defesa dos direitos dos atingidos por barragens deve ser prioridade e o papel do MAB é fundamental para garantir que essas vozes sejam ouvidas e que a luta por dignidade e justiça continue. Assim, os moradores da comunidade Sapo Seco iniciaram seu processo de organização com o MAB e a partir de visitas e encontros que começaram a ocorrer com a chegada de ativistas e representantes do movimento, como exposto pelo morador 5, quando explica que

Na verdade, a gente começou a se organizar a partir das primeiras viagens, né? Das primeiras visitas, né? Tu, né? Que começou a visitar nós. E com reuniões, a gente foi se organizando. E é uma das coisas que nos traz uma esperança ainda, sabe? Para dias melhores, esse contato, essa [...] como é que eu posso dizer, rapaz? Essa relação entre a gente e o pessoal dos atingidos por barragem, né? Isso aí é uma coisa que a gente está abraçando, abraçando essa causa aí, que eu tenho certeza que um dia, se Deus quiser, vai dar tudo certo (Morador 5, 2025).

Essas interações foram fundamentais para que eles compreendessem a magnitude dos desafios que enfrentavam e a importância de se unirem em torno de uma causa comum. As reuniões promovidas ao longo desse período (2017 a 2025) foram um espaço de troca de experiências e fortalecimento mútuo, permitindo que os moradores reconhecessem a força de sua coletividade.

Nesse contexto, a importância do movimento social para a comunidade Sapo Seco é inegável. O MAB se tornou um pilar de esperança e resiliência, oferecendo suporte e orientação para que os moradores pudessem lutar por seus direitos. A relação estabelecida entre os habitantes da comunidade e os representantes do movimento trouxe nova perspectiva sobre sua situação, e, acendeu a chama da esperança em um futuro mais justo e digno. Os moradores abraçaram essa causa com determinação, confiantes de que, com esforço e união, podem alcançar resultados positivos e transformadores para suas vidas. Assim, a moradora 6 vê no MAB o surgimento de uma luz em meio à escuridão das dificuldades. A presença do movimento representa a esperança de que as vozes da comunidade sejam ouvidas e que existem quem lute por seus direitos e destaca

A importância do movimento dos atingidos por barragem para nós foi uma excelente importância. Porque pelo menos a gente tem uma pessoa que luta por nós. A gente tem um lado que tem uma luta por a gente que vive um sofrimento lá. Então foi muito bom para nós esse movimento dos atingidos por barragem. É bom para nós, é bom (Moradora 6, 2025).

Essa mobilização traz alicerce de apoio e solidariedade, permitindo que os moradores da comunidade Sapo Seco se sintam menos sozinhos em suas lutas diárias, reafirmando a importância da união e da ação coletiva frente aos desafios impostos pela hidrelétrica. Ao expor as dificuldades enfrentadas, o morador 7, também, destaca a importância do MAB em sua luta. Essa organização se torna um pilar de apoio e uma voz coletiva que busca reivindicar os direitos dos moradores e minimizar os danos causados pela usina e defende que “O movimento do atingido por barragem é importante para nós foi uma solução muito grande na nossa vida, porque eles lutam por nós incansavelmente e lutam

pelos nossos direitos e nós vamos nessa luta até o fim, junto com o MAB” (Morador 7, 2025).

A participação ativa da comunidade na luta por reconhecimento e reparação é um elemento essencial para a construção de uma nova narrativa, onde suas vozes são ouvidas e suas necessidades atendidas. O relato evidencia a importância da solidariedade e da mobilização social na busca por justiça e dignidade, mostrando que, apesar das adversidades, a resistência é uma forma de esperança e transformação.

Esses aspectos revelam as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Sapo Seco, assim como, a resiliência e a determinação da comunidade em buscar alternativas e soluções para sua realidade. A história do morador 7 é um exemplo claro de como a construção de grandes projetos de infraestrutura pode ter impactos devastadores na vida de comunitários que dependem da terra e dos recursos naturais para sua sobrevivência. A luta por direitos, o reconhecimento das injustiças e a busca por um futuro sustentável são temas centrais que devem ser considerados por todos, especialmente em um contexto em que a questão da justiça ambiental se torna cada vez mais urgente.

4.3 LUTA INCANSÁVEL POR DIREITOS

Em decorrência dos diversos impactos negativos ocorridos nas comunidades ribeirinhas do médio rio Araguari, o MAB de forma incansável sempre está em luta e uma das formas de lutar é em busca de justiça, para isso sempre recorre a meios com que se comprove e haja reconhecimento dos direitos dos atingidos. Neste contexto, a importância do MAB para a comunidade de Sapo Seco vai além das ações imediatas.

Trata-se, sobretudo, de um movimento que promova a dignidade, a solidariedade e a luta por direitos. A gratidão expressada pelos moradores é um reconhecimento do impacto positivo que o MAB tem na vida de cada um deles, mostrando que a união e a luta coletiva são ferramentas poderosas na busca por justiça social e ambiental. A ausência de reparação integral é preocupante, especialmente no contexto da invisibilidade enfrentada pelos moradores das comunidades ribeirinhas, em particular no caso de Sapo Seco. Este caso envolve violação de direitos humanos e danos ambientais, que são imprescritíveis.

Neste contexto, o presente caso configura um conflito socioambiental, com famílias prejudicadas por empreendimentos e danos ambientais evidentes, como a falta de execução de projetos compensatórios previstos no licenciamento ambiental. Adicionalmente, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023, que instituiu a Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB) e prevê expressamente a indenização

por descumprimento de condicionantes do licenciamento ambiental.

A recente aprovação dessa norma legal, que se aplica especificamente a barragens e hidrelétricas, como a UHECC, abre oportunidades para indenizações de famílias atingidas, considerando danos individuais homogêneos. Embora tenha sido promulgada em 2023, essa norma de relevante interesse público e social pode ser aplicado ao presente caso, visto que a decisão transitada em julgado esteve relacionada à falta de provas. Assim, a aplicação da PNAB é viável, respeitando os princípios que garantem a norma mais favorável aos direitos humanos e ao meio ambiente, e sem necessidade de revisão dos atos jurídicos perfeitos ou da coisa julgada para conflitos socioambientais anteriores à PNAB.

Os impactos e descasos relacionados a essa situação são significativos, e o MAB, por meio de ofícios junto aos órgãos judiciais, tem solicitado que se faça justiça e que outros órgãos sejam acionados para solucionar os problemas relacionados à comunidade Sapo Seco. Além disso, busca-se apoio de instituições técnicas, acadêmicas e jurídicas para trazer dados técnicos-científicos que sustentem a gravidade da situação no médio rio Araguari.

4.3.1 Relatório Técnico do IMAP

Em março de 2019, a comunidade de Sapo Seco, em Porto Grande testemunhou um evento alarmante, a mortandade em massa de peixes, nos dias 30 e 31 de março, conforme mostra a Figura 11. A situação levou o MAB a solicitar providências junto à PJPG, buscando a intervenção de órgãos competentes como o IMAP e a SEMA/AP e que buscasse resposta a esse evento junto a UHECC, evento esse nunca, anteriormente, ocorrido nessa área

Figura 11 - Mortandade peixes na comunidade do Sapo Seco



Fonte: MAB (2019).

Em abril do mesmo ano, a PJPG, em resposta à denúncia, solicitou uma fiscalização na localidade do Sapo Seco. Esta fiscalização foi realizada pelo IMAP, em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente do município de Porto Grande e a PJPG. O trabalho resultou na elaboração do Relatório Técnico 007/2019/IMAP, que buscou entender as causas da mortandade de peixes. Os dados coletados indicam uma série de alterações no ecossistema local, principalmente em decorrência do enchimento do reservatório da UHECC.

A esse respeito os relatos dos moradores da região são alarmantes. Um morador observou que, após o enchimento do reservatório, a qualidade da água do rio foi comprometida, tornando-se imprópria para consumo humano, obrigando os residentes a buscarem água da chuva. Além disso, a mudança da coloração da água do rio afetou a pesca, tornando-a uma atividade cada vez mais difícil. O impacto da mortandade de peixes, que foi notado pelo morador ao encontrar muitos animais mortos e um forte odor no dia 31 de março, revela a urgência de uma investigação aprofundada sobre as causas subjacentes desse fenômeno. Os testemunhos indicam que a situação não é isolada.

Um segundo morador relatou que está ocorrendo uma erosão nas margens do rio, intensificada desde 2016 (Figura 12), e isso contribui para um cenário de instabilidade e risco ambiental para a comunidade. A erosão compromete não apenas a integridade dos terrenos, mas, agrava os problemas de alagamento e as alterações nos níveis das águas, situação que se tornou mais preocupante após o enchimento do reservatório.

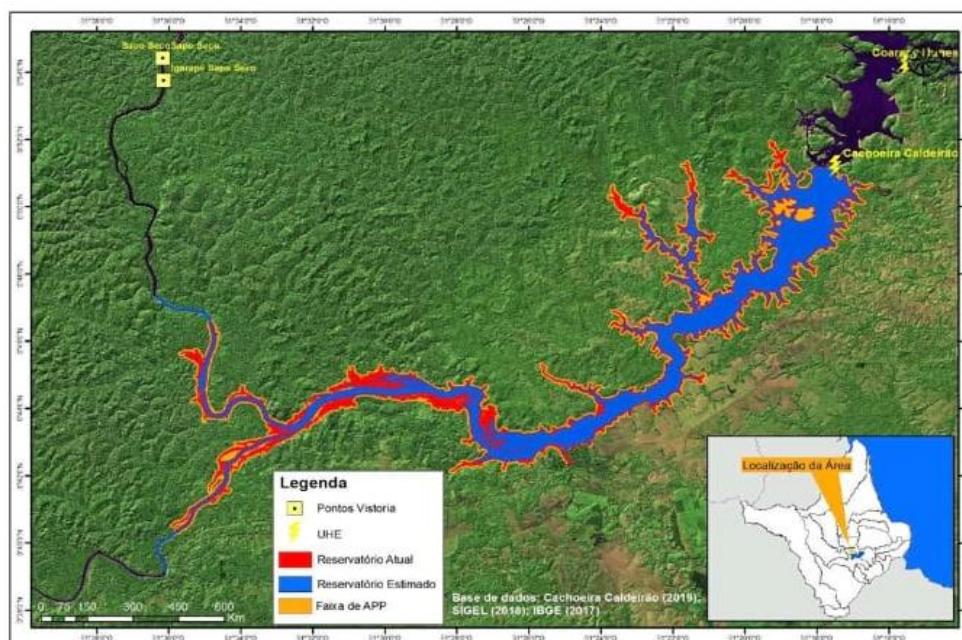
Figura 12 - Erosão no Médio Rio Araguari - Comunidade Sapo Seco



Fonte: IMAP (2019).

Durante a fiscalização da equipe do IMAP, em 2019, ocorrida em Sapo Seco, foram tomados conhecimentos de várias histórias, como de uma moradora que reside nas proximidades da AID do reservatório da UHECC. Esta moradora relatou que, durante o cadastro das pessoas afetadas pelo empreendimento, ela foi incluída na lista, no entanto, no ano seguinte, uma equipe da empresa informou que suas terras não seriam mais impactadas. A Figura 13 mostra a área de reservatório da UHE.

Figura 13 - Reservatório estimado da UHECC



Fonte: IMAP (2019).

Analisando o caso da moradora que, segundo a empresa, deixou de fazer parte da AID demonstra que a gestão da UHECC, não está considerando o que está previsto na AIA. Apesar desta não consideração, a moradora enfrenta os mesmos impactos previstos para o terreno de sua vizinha, que foi cadastrada no mesmo momento e cuja área permanece na AID da empresa. A moradora explica que após o enchimento do reservatório, em determinados momentos, o nível da água do rio sobe e atinge a casa de farinha. Além disso, foram observados processos erosivos na região, com vários açaizeiros tombados devido à erosão.

A visita da equipe do IMAP à Estação Hidrométrica localizada nas coordenadas $0^{\circ}54'33''\text{N}/51^{\circ}36'11,5''\text{W}$, próxima à localidade de Sapo Seco, revela importantes aspectos sobre o monitoramento hidrológico no trecho do rio Araguari. Instalada em 2017, essa estação foi uma resposta às limitações observadas nas medições de vazão e descarga sólida

da Estação UHECC Araguari 2, que já apresentava dados não representativos devido ao fenômeno de remanso após o enchimento do reservatório.

Este cenário, também, foi identificado na Estação UHECC Araguari 1, indicando um padrão de comprometimento das medições hidrológicas nas proximidades dos reservatórios. Com a instalação da Estação UHECC Araguari 3, situada a cerca de 15 km do limite do reservatório, a empresa buscou ampliar a abrangência da coleta de dados e melhorar a representatividade das informações sobre o fluxo do rio.

Os dados coletados nos anos de 2014 a 2016 revelam queda acentuada na vazão do rio, reduzindo de 2.100 m³/s, em maio de 2015, para 1.250 m³/s, em maio de 2016, o que evidencia o impacto significativo da operação do reservatório sobre o regime hidrológico local. Essa análise sublinha a importância de um monitoramento contínuo e abrangente para entender as dinâmicas fluviais em áreas afetadas por intervenções humanas, como a construção de UHE.

A fiscalização revelou que a mortalidade de peixes pode estar associada ao rápido aumento e subsequente queda do nível das águas, eventos que podem estar relacionados à operação das comportas da UHECC. A hipótese de que as práticas de gestão da água estejam contribuindo para a morte dos peixes é uma questão que merece atenção. Assim, é crucial que a empresa responsável pela UHE forneça dados sobre a abertura das comportas durante o período crítico, de 25 a 31 de março de 2019, possibilitando uma análise técnica mais robusta dos eventos. Por fim, o relatório recomenda que as autoridades competentes, incluindo a PJP, sejam informadas sobre as descobertas, para que possam ser adotadas as medidas necessárias para mitigar os impactos ambientais e proteger a comunidade local.

O que ocorreu em Porto Grande não deve ser encarado como um evento isolado, mas sim, como um alerta sobre os riscos associados à gestão de recursos hídricos e a necessidade de uma abordagem sustentável e integrada na administração de barragens e reservatórios. A proteção do meio ambiente e a preservação dos modos de vida da comunidade devem ser prioridades, assegurando futuro mais seguro e saudável para todos.

4.3.2 Relatório do GEOSSEN/UNIFAP

Com o objetivo de convencer os órgãos judiciais sobre os impactos diretos enfrentados pelos moradores das comunidades na AII da UHECC devido à construção do barramento, o MAB recorreu ao GEOSSEN/UNIFAP. O intuito era contar com a expertise

científica dos técnicos e professores do laboratório para auxiliar na pesquisa que poderia levar à conclusão sobre os atingidos pela barragem da comunidade Sapo Seco, a fim de que fossem reconhecidos pela gestão da UHECC como impactados diretamente.

O GEOSSEN aceitou a solicitação e realizou pesquisas em campo, sob a coordenação de um professor de geografia que tem doutoramento na área de geoprocessamento, juntamente com um grupo de alunos de graduação vinculados ao laboratório. A pesquisa partiu da seguinte situação-problema: É necessário a atualização e retificação do EIA, que foi elaborado antes da UHE entrar em funcionamento? O objetivo geral da pesquisa foi determinar se o EIA requer correções, especialmente considerando que foi realizado antes da conclusão da UHECC. O objetivo específico consistiu em buscar evidências que indiquem que a área de impacto do reservatório da UHECC é, na realidade, maior do que apresentada na AIA.

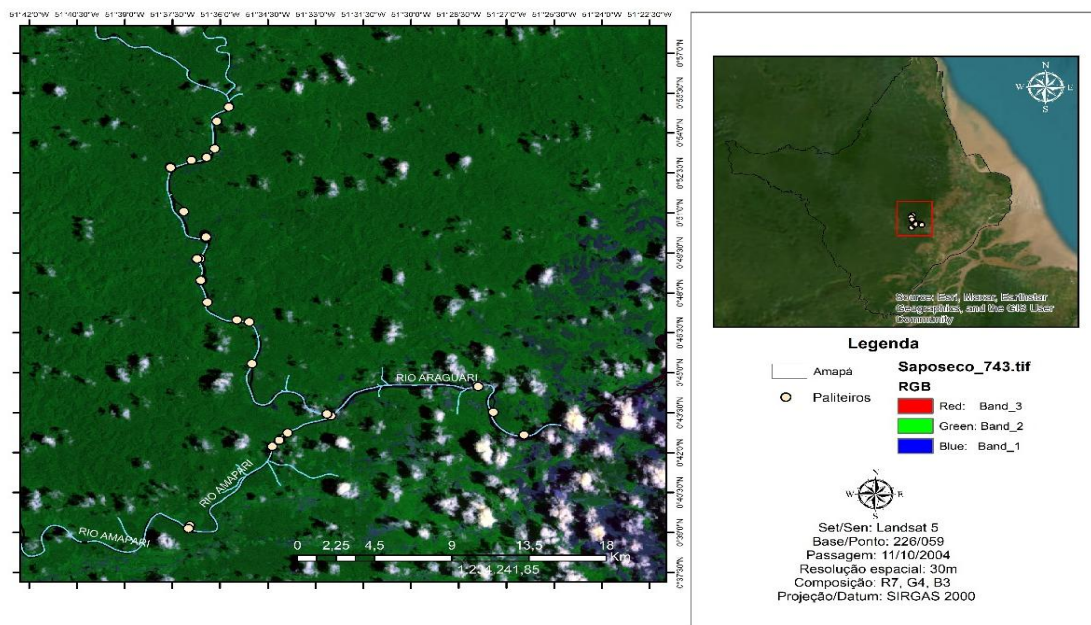
A pesquisa de campo foi realizada no dia 31 de julho de 2023 e a partir de então foi gerado o relatório, abordando os impactos socioambientais gerados pela UHECC sobre as comunidades locais, especialmente à comunidade Sapo Seco. Neste sentido, o MAB busca estabelecer evidências que convençam os órgãos judiciais sobre a necessidade de reconhecimento dos moradores como atingidos diretamente pelos efeitos do barramento. Esse esforço é fundamental para garantir os direitos dos cidadãos que, muitas vezes, são invisibilizados em processos de licenciamento e compensação ambiental.

O estudo partiu da premissa de que, embora o EIA ter sido realizado antes da construção da usina, é imprescindível que este documento seja constantemente atualizado e retificado. Isso se deve ao fato de que as dinâmicas ambientais podem mudar significativamente com a instalação de grandes empreendimentos, como barragens. A partir de indagações estruturadas, a equipe do GEOSSEN investigou a amplitude dos impactos gerados pela UHECC, buscando evidências que comprovem que a área atingida é mais abrangente que a inicialmente apresentada no EIA.

A metodologia adotada pelos membros do GEOSSEN incluiu pesquisa em campo e análise de imagens de satélite, métodos que proporcionaram visão abrangente das modificações na paisagem ocorrida na bacia hidrográfica do rio Araguari. A escolha da comunidade de Sapo Seco como objeto de estudo é estratégica, pois, localiza-se na AII da usina, permitindo análises mais detalhadas das consequências do barramento. As imagens de satélite, especialmente as do Landsat-5, foram essenciais para identificar alterações no solo e na cobertura vegetal da área, revelando a complexidade dos impactos ambientais. A

Figura 14 mostra o cenário da pesquisa, com identificação de paliteiros, representados por pontos na cor bege.

Figura 14 - Presença de Paliteiros durante o percurso do rio Araguari



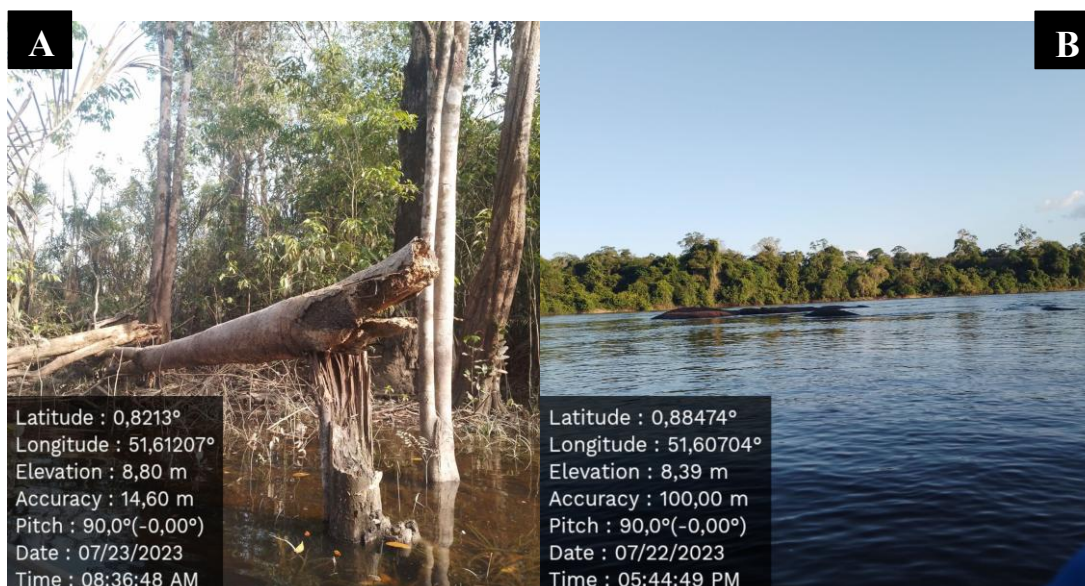
Fonte: GEOSIN/UNIFAP (2023).

As análises no rio Araguari indicam preocupações em relação a qualidade da água, a montante do reservatório da UHECC, devido à elevada quantidade de matéria orgânica oriunda da vegetação em áreas alagadas, que está se acumulando de maneira preocupante. Essa situação, descrita como um verdadeiro ‘paliteiro’ que compromete a qualidade da água, causando eutrofização e impactando o ecossistema local e as comunidades que dependem desse recurso vital para suas atividades cotidianas. A eutrofização é um fenômeno causado pelo acúmulo excessivo de nutrientes, como nitrogênio e fósforo, provenientes da decomposição de matéria orgânica, como árvores mortas. O excesso de nutrientes estimula o crescimento descontrolado de algas, que, ao se proliferarem, tornam a água turva e reduzem a penetração de luz, prejudicando outras formas de vida aquática.

O relatório do GEOSIN indica que os reservatórios da UHECC possuem três zonas distintas: zona fluvial, zona de transição e zona lacustre. A zona fluvial é caracterizada por fluxo de água intenso e alta concentração de oxigênio dissolvido. A zona de transição é mais longa, com fluxo reduzido, apresentando quantidade intermediária de matéria orgânica e nutrientes. Por último, a zona lacustre que é marcada por água mais parada e menor oxigênio dissolvido. Cada uma dessas zonas apresenta características específicas que influenciam a

dinâmica ecológica e a qualidade da água. Na Figura 15, a imagem traz o cenário da presença de paliteiros em ambiente (A) lântico e (B) lótico e o Quadro 4 traz a principais características de cada ambiente.

Figura 15 - Paliteiro no rio Araguari - Ambiente Lântico e Lótico



Fonte: GEOSSEN/UNIFAP (2023).

Quadro 4 - Distinção entre ambiente Lótico e Lântico

Caracterização do ambiente	
Lântico	Lótico
Corresponde a 60% da área do reservatório	Típica região do rio, com alta concentração de sólidos em suspensão
Área de crescimento e alimentação	Ocorre migração de peixes e reprodução
Águas paradas ou com movimento muito lento	Águas correntes
A luz solar penetra até o fundo	Fluxo hídrico

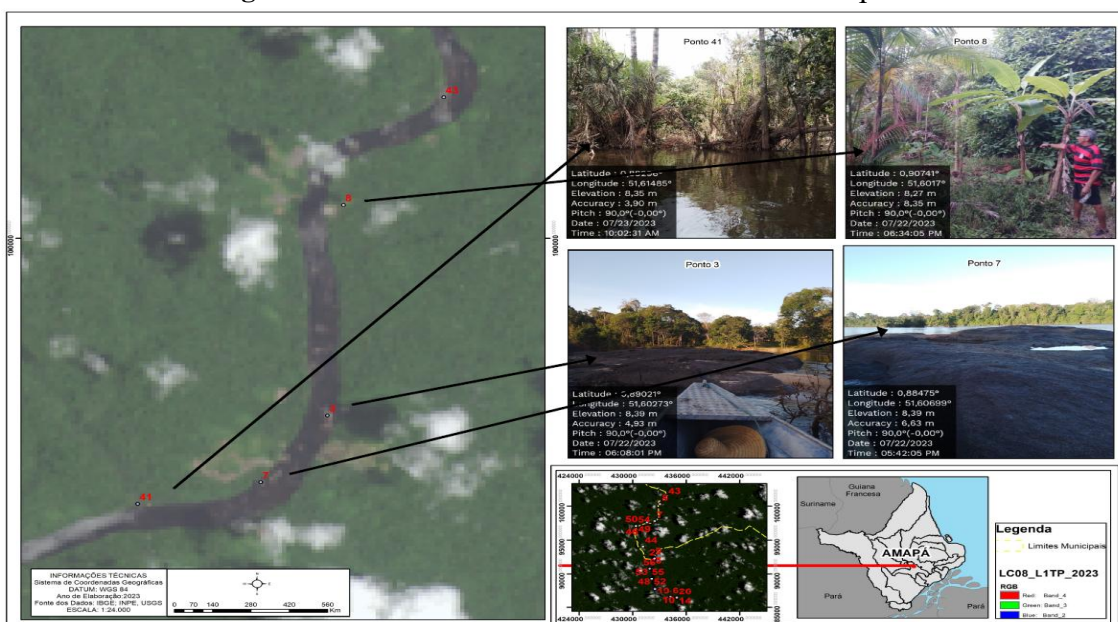
Fonte: GEOSSEN (2023); Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA, 2016).

Analisando o relatório do GEOSSEN, percebe-se que a transformação de um ambiente lótico em um ambiente lântico, como resultado da construção da usina, não apenas altera a biodiversidade, mas, pode afetar o clima local, tendo como consequência a redução da qualidade de vida dos ribeirinhos. Neste sentido, é expresso no relatório que “A vegetação de porte arbóreo está se transformando num ‘paliteiro’ que pode afetar a qualidade da água do reservatório. Existe grande probabilidade de ser causado por alguma mudança brusca no

leito do rio, como por exemplo, a construção de reservatório” (GEOSEN, 2023, p.22).

Os resultados apresentados no relatório indicam que a quantidade de matéria orgânica nos igarapés próximos à comunidade Sapo Seco é significativa, o que sugere que esses ecossistemas estão sendo afetados pela construção do reservatório. Como observa-se na figura 16, a presença de vegetação submersa e a formação de áreas alagadas são evidências claras de que a dinâmica do rio foi alterada.

Figura 16 - Pontos de coleta na Comunidade do Sapo Seco



Fonte: GEOSEN/UNIFAP (2023).

No entanto, o relatório, também, ressalta a limitação do estudo, uma vez que a ausência de equipamentos limnológicos impede uma análise mais detalhada da influência direta da UHECC sobre a qualidade da água e da fauna local e como considerações finais destacam a necessidade urgente de uma atualização do EIA, pois, os dados coletados indicam que os impactos são mais amplos do que os inicialmente relatados.

Na análise de imagens de antes da construção da UHECC e após a construção do reservatório, identificou-se que não houve alteração do tamanho do leito do rio, nesta área. Entretanto, é ressaltado no relatório que esta hipótese é devido a cobertura da área pela copa das árvores. Porém, com a imagem da *China-Brazil Earth Resources Satellite* (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres - CBERS), com sensor High Resolution Camera (câmera de alta resolução em satélites de sensoriamento remoto - HRCC), do ano de 2010, foi possível identificar rochas ao longo do leito do rio, que em campo foi identificado que se

encontram a 12 metros de profundidade.

É neste aspecto que existe a necessidade do EIA ser retificado pois os dados atuais das características da área diferem daquela apontada no EIA de 2015. Essa atualização é crucial não apenas para a proteção dos direitos dos comunitários afetados, mas, para a promoção de uma gestão ambiental mais responsável e consciente. O trabalho do GEOSIN, portanto, não apenas contribuiu para o reconhecimento dos direitos dos moradores de Sapo Seco, mas, destacou a necessidade de um entendimento mais profundo das interações entre grandes empreendimentos e os ecossistemas locais.

4.3.3 Relatório de Assessoramento Técnico-Científico da UNIFAP

O pedido do MAB através do Ofício nº 0004 Macapá-AP; 12 de julho de 2022 por meio da PJPG, resultou na elaboração de um Relatório de Assessoramento Técnico-Científico na Área Epistemológica de Geoprocessamento e Modelagem Ambiental. Este relatório foi elaborado por professores doutores e mestres da área de geoprocessamento e de meio ambiente da UNIFAP. Destaca-se que a UNIFAP e o MP-AP, mantém acordos de cooperação técnica que permite estudos aprofundados sobre as questões ambientais. A solicitação partiu da Gerência da Divisão de Assessoramento Técnico (GDAT) e do Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo (NATA).

A PJPG, por meio do Memorando nº 0000147/2023-PJPG, datado de 26 de junho de 2023, solicitou apoio ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO-AMBIENTAL), do MP-AP. O objetivo era analisar se o regime hídrico da UHECC estaria causando danos ambientais às comunidades de Bambu, Areia, Sapo Seco e Capivara. Para isso, o CAO-AMBIENTAL requisitou apoio ao NATA, por meio da Solicitação de Apoio Técnico (SAT) nº 494, de 09 de agosto de 2023, utilizando o Sistema Expert do NATA.

O objetivo geral da solicitação é examinar a ocorrência de impactos ambientais gerados pelo lago artificial em comunidades localizadas às margens do rio Araguari, na zona rural dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes. A pesquisa visou apresentar um relatório técnico que identifique a existência de danos ambientais nessas comunidades. Os objetivos específicos incluíram:

- a) Realizar vistorias em campo para inspecionar a área de estudo e as comunidades de Bambu, Areia, Sapo Seco e Capivara;
- b) Mapear a localização dessas comunidades, incluindo suas coordenadas geográficas;

- c) Verificar se há alterações no curso das águas do rio Araguari nas comunidades em questão;
- d) Diagnosticar a morte da vegetação nas matas ciliares dessas comunidades;
- e) Quantificar a extensão dos possíveis danos ambientais na área geográfica das comunidades;
- f) Sugerir medidas necessárias para a recomposição e mitigação dos danos ambientais identificados, conforme os autos do PEE nº 0000105-40.2021.9.04.0011 e do PGA nº 20.06.0011.0000192/2023-43, ambos com status processual em andamento.

O relatório referente à SAT nº 494 traz questões cruciais sobre as consequências ambientais e sociais da formação do reservatório da UHECC nas comunidades de Bambu, Areia, Sapó Seco e Capivara. A análise multitemporal e a vistoria em campo evidenciam alterações no regime hídrico, confirmando que a elevação das águas impactou diretamente o modo de vida dos ribeirinhos, que dependem da agricultura e da pesca para sua subsistência.

Na SAT nº 494, foram formuladas perguntas para subsidiar os levantamentos sobre os danos ambientais supostamente causados pela formação do lago artificial. As perguntas incluíram: a) há alguma alteração no regime hídrico das comunidades mencionadas? b) há ocorrências de danos ambientais alegados pelos moradores? c) quais são esses danos, se existirem? e d) qual é a extensão desses danos?

O resultado esperado das indagações é fornecer assessoramento técnico-científico na área de geoprocessamento e modelagem ambiental, visando elucidar a existência de danos ambientais gerados pelo barramento e pela formação do lago artificial. A pesquisa, também, busca quantificar a extensão desses danos e indicar estratégias para a recomposição ambiental na área afetada.

Para alcançar objetivos, foram utilizados os seguintes instrumentos epistemológicos de coleta de dados: a) utilização de GPS para marcar e georreferenciar pontos relevantes; b) checagem da correlação espacial encontrada em campo com as informações adquiridas por meio da análise de imagens de satélite; c) registro fotográfico e; d) conversas informais com proprietários ou moradores da área.

Os dados coletados demonstram que a alteração do regime hídrico resultou em danos ambientais significativos, comprometendo cultivos essenciais, como a cultura da mandioca e impactando a fauna aquática, especialmente os alevinos. Esse fenômeno não apenas prejudica a produção local de alimentos, mas, ameaça a biodiversidade, uma vez que a fragilidade dos ecossistemas é acentuada pela fragmentação de *habitats* e pela pressão

sobre espécies nativas.

As informações apresentadas no relatório da SAT nº 494/2023, evidenciam profunda preocupação com as alterações no regime hídrico das comunidades de Bambu, Areia, Sapó Seco e Capivara, localizadas no médio curso do rio Araguari. A análise multitemporal, realizada por meio de imagens de satélite e visitas *in loco*, confirma que houve modificação significativa nesse regime, impactando diretamente a vida dos moradores das comunidades. A sobreposição de curvas de nível e o perfil topográfico não só corroboraram as evidências visuais, como demonstraram que a elevação do nível das águas tem consequências diretas nas atividades de subsistência, como a agricultura e a pesca.

Além das alterações no regime hídrico, o relatório aponta para a ocorrência de danos ambientais resultantes da formação do reservatório artificial da UHECC. Os relatos dos ribeirinhos são claros ao afirmar que a formação do reservatório ocasionou não apenas a elevação do nível das águas, mas, a deterioração de áreas cultiváveis, como as plantações de mandioca, essenciais para a alimentação da população local. A análise de campo revelou a morte de alevinos, reflexo direto da interferência na dinâmica hídrica do rio Araguari. Esses danos, tanto diretos, quanto indiretos, configuram um cenário preocupante para a diversidade biológica e para a saúde dos ecossistemas e expõe sinais de desequilíbrio e fragmentação.

Diante das constatações, as considerações finais do relatório ressaltam a necessidade urgente de ações que visem a compensação ambiental e econômica para os ribeirinhos das comunidades afetadas. A alteração do ambiente natural e a consequente perda de subsistência exigem respostas adequadas por parte dos responsáveis pela gestão da UHECC. Os dados coletados, somados aos depoimentos dos moradores, evidenciam que o modo de vida das comunidades ribeirinhas foi severamente comprometido, o que demanda políticas públicas que garantam a continuidade de suas atividades e a preservação de suas culturas. A promoção de medidas compensatórias é, portanto, essencial para mitigar os efeitos adversos e assegurar a dignidade e a subsistência dos habitantes locais.

Os danos identificados não se restringem apenas ao que é imediatamente visível. A análise aponta para uma série de impactos indiretos que, embora menos perceptíveis, têm potencial para agravar ainda mais a situação, como a perda de biodiversidade e o desequilíbrio dos ecossistemas locais. A extensão dos danos, que se limitam a curvas de nível abaixo de 60m, revela a gravidade da situação e a necessidade urgente de medidas mitigadoras.

Considerando o exposto, é imprescindível que haja respostas adequadas às

demandas das comunidades afetadas. A sugestão para a implementação de compensações ambientais e econômicas é uma proposta necessária que deve ser considerada para assegurar a subsistência dos ribeirinhos. Isso não apenas ajudaria a mitigar os danos causados, mas, promoveria a justiça social, reconhecendo e reparando as perdas enfrentadas por essas comunidades.

Em suma, o relatório conclui que a dinâmica hídrica alterada pela UHECC além de causar danos ambientais, compromete a vida e a cultura dos ribeirinhos, exigindo respostas responsáveis e efetiva das autoridades competentes para garantir a integridade ambiental e o bem-estar social das comunidades afetadas. A preservação dos modos de vida tradicionais e a manutenção da biodiversidade local devem ser prioridades em qualquer plano de ação futuro.

4.4 Reversibilidade do EIA

O Ministério Público Federal (MPF), realizou um estudo a partir da Escola Superior do Ministério Público, em Brasília, em 2004. A síntese do estudo, expõe uma série de deficiências em EIA e falhas, até então recorrentes no processo de licenciamento ambiental. Estes problemas comprometem a qualidade e a eficácia dos EIA. Uma das principais dificuldades identificadas reside nas falhas nos Termos de Referência (TR). Muitas vezes, esses documentos são desrespeitados pelas empresas, o que resulta em omissões e na realização de estudos que não atendem às diretrizes estabelecidas. Essa falta de rigor na elaboração dos TR compromete a análise dos impactos ambientais, levando a decisões que podem ter consequências graves para o ambiente e para as comunidades afetadas (MPF, 2004).

Além das falhas nos TR, o MPF, também, menciona problemas significativos relacionados ao processo de licenciamento ambiental em si. Um aspecto crucial é a análise inadequada dos processos históricos de uso e ocupação do solo, que frequentemente se baseiam em dados genéricos. Essa falta de precisão dificulta a compreensão das dinâmicas locais e torna mais desafiadora a avaliação dos impactos dos novos empreendimentos. Outro ponto destacado é a prática de transferir recomendações do TR para fases posteriores do licenciamento, prejudicando a capacidade de prever e mitigar impactos desde o início do processo (MPF, 2004).

Os EIA, também, apresentam falhas críticas, especialmente no que diz respeito à

definição dos objetivos dos empreendimentos. O MPF aponta que, em algumas situações, o objetivo de um conjunto de obras é utilizado para a aprovação de apenas uma delas, levando a análises superficiais dos impactos. Um exemplo claro dessa prática é a desconsideração dos impactos de uma linha de transmissão na instalação de uma hidrelétrica. As falhas se estendem à avaliação de alternativas tecnológicas e locacionais, onde frequentemente não são apresentadas opções viáveis que possam ser escolhidas, favorecendo decisões que priorizam aspectos econômicos em detrimento das questões ambientais (MPF, 2004).

Adicionalmente, a delimitação inadequada das áreas de influência dos projetos é um problema grave que decorre dessas falhas. O MPF ressalta que a desconsideração da bacia hidrográfica na definição da área geográfica afetada contraria as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Essa falta de rigor pode gerar sérias consequências para as populações que dependem dos recursos naturais da região, especialmente quando zonas de uso comum não são levadas em consideração nos estudos. O uso de terminologias como AID e AII pode criar confusões, uma vez que a legislação não faz distinção entre impactos diretos e indiretos, mas trata apenas de impactos de maneira geral (MPF, 2004).

Por fim, as falhas no diagnóstico ambiental, que envolve a caracterização da área de influência do projeto, também, são preocupantes. O MPF elenca uma série de deficiências, como prazos insuficientes para pesquisas em campo, a predominância de dados secundários na caracterização e a falta de clareza sobre as metodologias utilizadas. Tais problemas comprometem a qualidade das informações obtidas e, conseqüentemente, a eficácia do licenciamento ambiental. A ausência de integração entre os dados de estudos específicos, também, se revela um obstáculo importante para a construção de um diagnóstico robusto e confiável (MPF, 2004).

Essas falhas destacadas pelo MPF evidenciam a necessidade urgente de aprimoramento dos processos de licenciamento ambiental, visando garantir a proteção do meio ambiente e a justiça para as comunidades afetadas. A implementação de medidas corretivas e a adoção de práticas mais rigorosas na elaboração de TR e EIA são fundamentais para evitar danos irreversíveis e promover o desenvolvimento sustentável.

A reversibilidade da licença ambiental é uma de suas características mais importantes, pois garante a flexibilidade necessária para a gestão ambiental. Essa característica permite que, em casos de identificação de erros ou omissões significativas

durante o processo de concessão da licença, seja possível revisar ou até mesmo revogar a autorização previamente concedida. Essa capacidade de adaptação é crucial, uma vez que as condições ambientais podem mudar, ou novas informações podem surgir, exigindo uma reavaliação das atividades licenciadas.

A reversibilidade é um mecanismo de proteção que busca mitigar impactos ambientais negativos. Ao permitir a retirada ou modificação da licença, promove-se uma abordagem mais responsável e sustentável no uso dos recursos naturais. Essa flexibilidade não só assegura a proteção do meio ambiente, mas, reflete a preocupação em assegurar que as atividades econômicas sejam realizadas de forma consciente, minimizando os danos ao ecossistema.

Ademais, essa característica da licença ambiental, também, fortalece a confiança da sociedade nas instituições reguladoras. Quando os cidadãos percebem que há um sistema de monitoramento e revisão das licenças, sentem-se mais seguros de que os interesses ambientais e sociais estão sendo considerados. Assim, a reversibilidade não é apenas um aspecto técnico da legislação ambiental, mas uma ferramenta fundamental para a construção de uma relação saudável entre desenvolvimento econômico e conservação/preservação ambiental. Legalmente a reversibilidade está amparada na Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

CONSIDERAÇÕES

As considerações finais sobre os impactos da UHECC na comunidade Sapo Seco e seu processo de invisibilidade devem refletir sobre os objetivos da pesquisa, elucidando a complexidade das dinâmicas socioterritoriais, ambientais e econômicas que permeiam a vida dos ribeirinhos após a construção da hidrelétrica. As análises das transformações nas interações entre a comunidade e o rio Araguari revelam que a construção da usina não apenas alterou a paisagem física, mas, desestabilizou modos de vida tradicionais. Os ribeirinhos, que historicamente dependiam do rio para sua subsistência, enfrentaram mudanças drásticas em suas práticas culturais e modos de ordenamento territorial.

Nesse contexto, o MAB desempenha papel fundamental na vida dos comunitários, promovendo a organização e mobilização em torno de questões que afetam diretamente a vida dos moradores. Desde sua chegada, em 2017, após um seminário que evidenciou os impactos das hidrelétricas na região do rio Araguari, o MAB tem sido um alicerce na luta pela preservação de meios de subsistência, especialmente a pesca, ameaçada por barragens e suas consequências ambientais.

A interação entre o movimento social e a comunidade é caracterizada por uma colaboração mútua, onde as vozes dos moradores são fortalecidas e suas reivindicações ganham espaço. A organização não apenas oferece suporte jurídico e social, mas, incentiva a participação ativa dos moradores nas decisões que impactam suas vidas, promovendo empoderamento e solidariedade. Embora os avanços conquistados sejam pequenos, eles são essenciais para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

No entanto, a ausência de reparação integral para as comunidades, em um contexto de violação de direitos humanos e danos ambientais, é alarmante. A PNAB abre caminhos para indenizações que podem ser aplicadas ao caso de Sapo Seco, garantindo justiça para as famílias afetadas. O MAB continua a lutar por essas reparações, buscando apoio judicial, técnico e científico para evidenciar a gravidade da situação. Assim, o papel do movimento transcende ações imediatas, simbolizando uma luta coletiva pela dignidade, justiça social e ambiental. A gratidão dos moradores reflete o impacto positivo do MAB em suas vidas, ressaltando que a união e a resistência são essenciais na busca por direitos e dignidade.

A erosão das identidades culturais e a fragmentação das relações com o ambiente reforçam a invisibilidade socioterritorial que essa comunidade enfrenta. A caracterização da realidade dos indivíduos afetados pela UHECC mostra que as estratégias de adaptação ao

novo contexto são muitas vezes limitadas e desafiadas por falta de reconhecimento e apoio institucional. A pesquisa evidencia que, embora haja resiliência da comunidade, as alternativas econômicas frequentemente não são suficientes para suprir as perdas enfrentadas, resultando em um ciclo de marginalização.

A análise dos conflitos e das estratégias de resistência revela a importância da mobilização social diante do movimento social e da organização comunitária. As formas de resistência emergem como um mecanismo vital para a reivindicação de direitos e a busca por reconhecimento. A luta dos ribeirinhos de Sapo Seco não é apenas pela recuperação de seus modos de vida, também, pela visibilidade de suas demandas e pela luta contra a invisibilidade imposta pela infraestrutura que altera suas realidades.

O processo de invisibilidade socioterritorial da comunidade Sapo Seco é um reflexo das complexas interações entre desenvolvimento, meio ambiente e cultura. Para que os ribeirinhos possam ter seus direitos reconhecidos e suas vozes ouvidas, é crucial que haja maior engajamento das políticas públicas e ampliação dos espaços de participação social, garantindo que as experiências e saberes da comunidade sejam integrados nas decisões que impactam seu território e sua vida. Neste contexto, a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento se torna não apenas uma questão de justiça social, mas a condição essencial para a sustentabilidade das práticas culturais e da convivência harmônica com o ambiente.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Environmentalism and environmental conflicts in Brazil**. In: CONFERENCE SOCIAL MOVEMENTS IN THE SOUTH, 2002, Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002. (Mimeogr.)
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Contrato de serviços de engenharia constante no despacho nº 1.631, de 14 de maio de 2012**. Número do documento no SICnet: 48513.020716/2012-00. Brasília, DF: ANEEL, 2012. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/aneel/despacho-n-1631-2012?r=c>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Inventário Araguari. Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do rio Araguari Estado do Amapá**. Relatório final. Convênio s/n DNAEE, de 16 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas do Brasil S.A; Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá. Relatório final, 1999.
- AVILA, Mariana Rockenbach de et all. **Princípios para Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais e da Biodiversidade: Bases Teóricas para Processos de Capacitação**. EMBRAPA, 2020
- BATISTA, Naísa da Conceição Ferreira. **A Presença da Mulher na pesca a montante da UHE Cachoeira Caldeirão (2013-2018)**. 158f.. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Amapá -UNIFAP. Macapá-AP, 2025.
- BARBOSA, A. D; GOMES, Í. L. S. Não tinha teto, não tinha nada: um estudo sobre invisibilidade social com moradores em situação de rua da cidade de Alagoinhas-BA. **Revistas Tempo Amazônico**, 2019. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=2085. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BECK, Ulrich. **Ecological Politics in an Age of Risk** Cambridge: Polity Press. 1995.
- BELFORTE, L. C. M; CAVALCANTE, M. M. de A. Hidrelétrica de Santo Antônio e impactos socioterritoriais no reassentamento Santa Rita, Rondônia. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v.7, n. 1, p. 149-169, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/44866>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BERMAN, Célio. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. Universidade de São Paulo, Instituto de Eletrotécnica e Energia, São Paulo, 2007.
- BRASIL. Decreto nº 97.630, de 10 de abril de 1989. **Cria, no Estado do Amapá, a Floresta Nacional do Amapá, com limites que especifica, e dá outras providências**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/520270/publicacao/16370970>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. **Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes**; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no

8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023. **Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**; discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14755.htm. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.639, 17 de dezembro de 1987. **Autoriza a criação de municípios no Território Federal do Amapá, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980/988/17639.htm#:~:text=LEI%20No%207.639%2C%20DE%2017%20DE%20DEZEMBR,O%20DE%201987.&text=Autoriza%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20munic%C3%ADpios,Amap%C3%A1%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRITO, D. M. C; DRUMMOND, J. A. L. **Aspectos socioambientais e socioterritoriais das comunidades atingidas por hidrelétricas no estado do Amapá**, Confins [Online], 57 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/49060>. Acesso em: 15 nov. 2023. Doi: <https://doi.org/10.4000/confins.49060>.

BRITO, D. M. C; et al. **Conflitos socioambientais no século XXI**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARMO E. D. do; SILVA, M. E. de S. **Invisibilidade da População Ribeirinha ao acesso e efetivação das Políticas Públicas**: As experiências no território em disputa de Anajás-PA. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> . Acesso em: 20 jan. 2024.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Transformações Territoriais no Alto Rio Madeira**: Hidrelétricas, Tecnificação e (Re)organização. 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia – UNIR Núcleo de Ciências e Tecnologia Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Velho – RO

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO**: território, tecnificação e meio ambiente. 2012. Tese (Doutorado em Geografia – Universidade Federal do Paraná). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, PR.

CELLARD, A. A análise documental. In: J. Poupard, et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, Marco Antônio Augusto; LIMA, Ricardo Ângelo de; OLIVEIRA, Marcelo José de. **Pós-licenciamento ambiental**: onde foram aplicados os R\$100 milhões dos Planos Básicos Ambientais das hidrelétricas instaladas no Estado do Amapá? PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 12, n. 2, p. 21-41, jul./dez. 2019.

CHATEAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. **Mobiliser autour d'un risque**: des lanceurs aux porteurs d'alerte. 2005.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

ECOTUMUCUMAQUE. **Estudo de Impacto Ambiental**: Aproveitamento Hidrelétrico de Cachoeira Caldeirão. Macapá/AP, 2012.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício. Movimentos sociais e biodiversidade no pacífico colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

ESTRANIOLI, E. M. **UHE Belo Monte e as concepções espaciais do conceito de atingido por barragem: uma análise a partir da lagoa do independente I em Altamira-PA**. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO Área de concentração: Organização e Gestão do Território. Universidade Federal do Pará – UFPA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15364>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Fearnside, P.M. 2015. **Hidrelétricas na Amazônia**: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras. Vol. 2. Editora do INPA, Manaus. 297 pp

FERNANDES, J. S. N; MOSER, L. **Comunidades tradicionais**: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *katálysis* p.p 532-541, 24 (3) 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3jFxmCxy4FVJ4Cj8W3Grt9w/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERREIRA GOMES. **Plano Diretor participativo do município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá**, 2013. Disponível em: <https://ferreiragomesenergia.com.br/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/2013.06.03-Plano-Diretor-Ferreira-Gomes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002 233p. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235430>. Acesso em 17. 04.2025.

GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. 3. ed. Contexto, São Paulo, 2021.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**, São Paulo: Boitem-PO, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/ferreira-gomes.html. Acesso em: 08 jun. 2024.

IMAP. Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá. **Licença Prévia Ambiental** nº 112/2012, em 23 de abril de 2012.

LOBATO, M. G. S. **Mitigação e compensação na reprodução de um padrão colonial**: o contexto dos discursos, planos e danos das hidrelétricas no rio Araguari, Amapá. Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos amazônicos, 2021

- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 5ª Ed. Cortez: São Paulo, 1984
- MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, J. de S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3ª Edição. Ed. Hucitec: São Paulo, 1982.
- MARX, K. **O Capital**. Volume 1. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATHIS, Armin. **Extração versus Conservação**: garimpagem de ouro e política de conservação no estado do Amapá. Papers do NAEA nº 289. Belém, janeiro de 2012.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Deficiências em estudos de impacto ambiental**: síntese de uma experiência. Ministério Público Federal, 4ª Câmara de Coordenação e Revisão: Escola Superior do Ministério Público. Brasília. 2004.
- Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]. **As populações atingidas por barragens e as violações aos direitos humanos**. São Paulo: MAB, 2019.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS [MAB]. **Reassentamento urbano de Belo Monte já apresenta problemas**. São Paulo: MAB, 2014.
- O'CONNOR, John. **Is Sustainable Capitalism Possible?** In: O'CONNOR, Martin (ed.), **Is Capitalism Sustainable?** New York: Guilford, 1994.
- PINHEIRO, Cleane do Socorro da Silva. **Extração do Seixo desenvolvimento ou degradação?** O caso de porto Grande/AP. Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente, 2016
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993
- ROTHMAN, Franklin Daniel. **Violação dos direitos humanos em barragens**: o relatório final da comissão especial e os casos de Emboque e Fumaça. UFMG, 2010. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-ROTHMAN_Franklin_-_Violacao_dos_direitos_humanos_em_barragens.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024
- SÁ, M. E. R.; NASCIMENTO, N. S. F. Amazônia, multinacionais e "questão Social": reflexões à luz da teoria crítica. **VII Colóquio Marx e Engels**, 2012, UFPA. Disponível em: [https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Curr%C3%ADculos%20Lattes%20\(N%C3%A1dia%20Socorro%20Fialho%20Nascimento\).pdf](https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Curr%C3%ADculos%20Lattes%20(N%C3%A1dia%20Socorro%20Fialho%20Nascimento).pdf). Acesso em: 16 abr. 2022.
- SACHS, Ignacy. **Sociedade, cultura e meio ambiente**. Revista Mundo & vida: alternativas em estudos ambientais. Niterói, Pós-graduação em ciências ambientais da UFF, v.1, n.1, p.7-13, dez/, 2000
- SÁNCHEZ, Luis. Enrique. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2013.
- SANT'ANNA, A. P. Data Envelopment Analysis of Randomized Ranks. **Pesquisa Operacional**, v. 22, n. 2, p. 203-215, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pope/a/79zYyrh9tTj7vMJTTv7fcht/?lang=en#>. Acesso em: 20 abr. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-74382002000200007>
- SANTOS M., SILVEIRA L. M., **O Brasil**: Território e Sociedade no início do Século XXI,

Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos Santos; SALGADO, Mayany Soares e PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. **Ribeirinhos da Amazônia: modo de vida e relação com a natureza.** UNIARA, 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_3/sessao_3D/03_Cassio_Santos.pdf Acesso em 13.06.2025 as 11h

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas.** Tese (doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/d53d8236-6059-428f-9426-7923d23dc7b0>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** Revista Geographia. Ano 1, nº 1. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 20 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAQUET, M. A. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1.ed. Expressão Popular, São Paulo, 2008.

SCHLINDWEIN, V. L. D. C. **Dor e sofrimento oculto: a desproteção social dos trabalhadores do fumo.** Barbarói, v. 32, n. 1, p. 82-97, 2010. Disponível em:

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SEVÁ FILHO, A. O. **Desfiguração do Licenciamento Ambiental de Grandes Investimentos** (com comentários sobre as hidrelétricas projetadas no rio Xingú). In: ANPPAS – Associação Nacional de Pós Graduação em Meio Ambiente e Sociedade. Anais. Indaiatuba, 2004.

SILVA, A. R. **O significado do trabalho na terra do fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/ RS.** Dissertação (Mestrado, não publicada, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional)- Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

SOUZA, L. R. C.de; MILANEZ, B. Conflitos Socioambientais, Ecologia Política e Justiça Ambiental: Contribuições para uma Análise Crítica. **Revista Perspectiva Geográfica-Marechal Cândido Rondon**, v. 11, n. 14, p. 2-12, jan.-jun., 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/15568>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de Campo em Geografia.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423/8623>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VAINER, C. B. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007

VALENCIO, Norma. **Água: por uma abordagem crítica dos usos, crises, conflitos e desastres.** Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 1, n. 44, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23619>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VALLEJO, Luiz Renato. **Unidades de Conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Universidade Federal Fluminense, 2012

VERDUM, Roberto. **Os Geógrafos frente às dinâmicas socioambientais no Brasil**. Revista do Departamento de Geografia, 16 (2005) 91-94.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Rachel. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural**: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, vol. 10, n. 2, p. 119-135, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/fvjLXvyn5chD8BJBsVrBJsS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

APÊNDICE 1

PROPOSTAS

A partir das considerações apresentados, diversas propostas podem ser delineadas para abordar e mitigar os impactos enfrentados pela comunidade Sapo Seco e promover a justiça social e ambiental. Aqui estão algumas sugestões:

1. Atualização do EIA: É fundamental que as autoridades responsáveis realizem reavaliação abrangente do EIA da UHECC, considerando as mudanças ambientais ocorridas desde a sua elaboração. Essa atualização deve incluir dados recentes sobre a qualidade da água, biodiversidade e impactos sociais, garantindo que as decisões futuras sejam informadas e eficazes.

2. Compensações e Reparações: Implementar programas de compensação que reconheçam e reparem os danos sofridos pela comunidade Sapo Seco. Isso pode incluir indenizações financeiras, apoio à reabilitação de modos de vida tradicionais, como a pesca e a agricultura, e investimento em infraestrutura básica.

3. Fortalecimento da Mobilização Comunitária: Continuar a apoiar o MAB e outras organizações comunitárias na promoção da mobilização e organização dos moradores de Sapo Seco. Facilitar a participação ativa dos comunitários nas decisões que afetam seu território, promovendo espaços de diálogo e escuta.

4. Diálogo Transparente com Autoridades e Empresas: Criar canais de comunicação efetivos entre a comunidade, as autoridades governamentais e as empresas envolvidas na construção da usina. A transparência nas informações sobre impactos e ações mitigadoras é essencial para reconstruir a confiança e garantir que as preocupações da comunidade sejam levadas em consideração.

5. Monitoramento Ambiental Contínuo: Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da qualidade da água e da biodiversidade na região afetada, envolvendo a comunidade na coleta de dados e na análise dos resultados. Isso ajudaria a identificar problemas emergentes e a implementar ações corretivas de forma proativa.

6. Promoção de Políticas Públicas Inclusivas: Advocacia para que as políticas públicas sejam mais inclusivas e reconheçam os direitos dos ribeirinhos, garantindo que suas

vozes sejam ouvidas nos processos de planejamento e tomada de decisão.

7. Estudo de Alternativas Energéticas Sustentáveis: Incentivar pesquisas e estudos sobre alternativas energéticas que não impactem negativamente as comunidades ribeirinhas e o ambiente, buscando soluções que respeitem os modos de vida locais.

Ao implementar essas propostas, é possível trabalhar para mitigar os impactos da UHECC sobre a comunidade Sapo Seco, promovendo a justiça social e ambiental e garantindo um futuro mais sustentável para a região. Contudo, há material suficiente para o ajuizamento de uma Ação Civil Pública (ACP), que leve em conta as argumentações das empresas e do poder público já apresentadas, buscando avançar na reparação integral do ambiente e dos comunitários.

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
 (Resolução 466/2012 e 510/2016 CNS/CONEP)

A (o) Sra/Sr. está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**A Invisibilidade Socioterritorial de Atingidos por Barragens: uma análise da comunidade Sapo Seco no médio rio Araguari**”. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de invisibilidade socioterritorial em que os ribeirinhos da Comunidade Sapo Seco sofreram com a construção e funcionamento da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão ocorridos na área rural dos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes.

Para realizar o estudo será necessário que a (o) Sra/Sr se disponibilize a participar de entrevistas, previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade os benefícios desta pesquisa servirão como parâmetro para avaliar objetos de estudos relacionado à temática sobre a História da Amazônia e do Amapá. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos (como cansaço e constrangimentos), em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente para fins científicos, sendo garantidos o sigilo e confidencialidade, por meio da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa são a pesquisa não só busca documentar e analisar as experiências da comunidade Sapo Seco, mas também ter a compreensão de seu contexto, poder divulgar a luta e garantia de direitos, a valorização das contribuições locais para a geografia da Amazônia e poder ter acesso aos resultados da pesquisa visando empoderá-los, valorizar suas vozes e contribuir para um maior reconhecimento de seus direitos e lutas sociais.

A pesquisa focará nos moradores da comunidade Sapo Seco, abrangendo os municípios de Ferreira Gomes e Porto Grande, ambos cortados pelo rio Araguari. A cidade de Porto Grande é onde os moradores mantêm relações econômicas, sociais e culturais. O contato com os participantes da entrevista já foi estabelecido, pois eles são membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e frequentemente denunciam os impactos que enfrentam. Serão excluídos aqueles que não atendem aos critérios de inclusão

A (o) Sra/Sr. terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e 510/2016 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96), 999719970. A (o) senhora (senhor) também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradecemos!

Eu _____ declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo pesquisador, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “**A Invisibilidade Socioterritorial de Atingidos por Barragens: uma análise da comunidade Sapo Seco no médio rio Araguari**”.

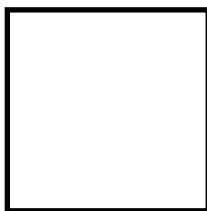
Macapá, _____ de _____ de 2025

Assinatura do Pesquisador
Moroni Pascale Bemuyal Guimarães
Universidade Federal do Amapá.
Cel: (96 999719970)
e-mail: mpbguimaraes@hotmail.com

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Caso o (a) entrevistado (a) esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) entrevistado (a) _____, o (a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha n°1: _____

Testemunha n°2: _____

APÊNDICE 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Discente: Moroni Pascale Bemuyal Guimarães
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Daguinete Maria Chaves Brito.

INVISIBILIDADE DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: análises socioterritoriais da comunidade Sapo Seco, no médio Rio Araguari

Roteiro de Entrevista Semi estruturada

I – Dados de Identificação

1- Nome: será preservado o nome, colocando então como Morador 1 etc.

2 – Data de nascimento

3- Local de nascimento

4- Sexo:

5: Data e local da entrevista

II- Entrevista

- 1- Conte um pouco de sua história de vida? Desde quando mora na comunidade Sapo Seco?
- 2- Me conte sobre algo que lhe marcou durante sua vida enquanto morador da comunidade do Sapo Seco?
- 3- Quais as formas de subsistência na comunidade Sapo Seco? Do que sobrevive?
- 4- Conte-me como era a sua vida na comunidade antes de chegar a Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão?
- 5- O que mudou com a chegada da UHECC?
- 6- Como se dá a relação entre comunidade Sapo Seco e UHE Cachoeira Caldeirão.
- 7- Solicitar como os moradores da comunidade Sapo Seco começaram a se organizar em movimento – Movimento dos atingidos por Barragens e qual a importância do MAB para a comunidade?

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INVISIBILIDADE SOCIOTERRITORIAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS: uma análise da comunidade Sapo Seco no médio rio Araguari

Pesquisador: MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 86327625.8.0000.0003

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.395.121

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2493238.pdf	08/02/2025 08:37:37		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoMoroniatual.pdf	08/02/2025 08:37:01	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito
Cronograma	CRONOGRMA1.docx	04/02/2025 16:15:26	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMORONI.docx	04/02/2025 16:13:09	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOMORONI.docx	04/02/2025 16:12:39	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuenciamoroni_assinado.pdf	31/01/2025 08:03:00	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito
Outros	roteiroentrevitaMoroni.docx	31/01/2025 07:57:26	MORONI PASCALE BEMUYAL GUIMARAES	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MACAPA, 18 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
Cecilia Maria Chaves Brito Bastos
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br